



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Maria Regina Santos de Souza

Impactos da “Guerra do Paraguai” na Província do Ceará
(1865-1870)

Fortaleza/ 2007

Maria Regina Santos de Souza

"Lecturis salutem"

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR

Telma Regina Abreu Camboim - Bibliotecária - CRB-3/593

tregina@ufc.br

Biblioteca de Ciências Humanas - UFC

S716i

Souza, Maria Regina Santos de.

Impactos da "Guerra do Paraguai" na Província do Ceará (1865-1870)
[manuscrito] / por Maria Regina Santos de Souza. - 2007.

173 f. : il. ; 31 cm.

Cópia de computador (printout(s)).

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de
Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza(CE),
30/03/2007.

Orientação: Prof. Dr. Ivone Cordeiro Barbosa.

Inclui bibliografia.

1-CEARÁ - CONDIÇÕES SOCIAIS - SÉC. XIX. 2- CEARÁ - CONDIÇÕES ECONÔMICAS
- SÉC. XIX. 3-PARAGUAI, GUERRA DO, 1865-1870. 4-BRASIL. - EXÉRCITO - RECRUTAMENT
ALISTAMENTO, ETC. - HISTÓRIA - SÉC. XIX. 5-VOLUNTÁRIOS - CEARÁ - SÉC. XIX. I-Barbos
Ivone Cordeiro, orientador. II- Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em História.
III-Título.

CDD(21ª ed.) 981.3104

07/07

Impactos da "Guerra do Paraguai" na Província do Ceará
(1865-1870)

Dissertação apresentada por Maria Regina Santos de Souza e APROVADA em 30
de março de 2007

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr^a Ivone Cordeiro Barbosa/ UFC (Orientadora)

Prof. Dr. Marcos Antônio Silva/USP

Prof.^a Dr^a Ana Amélia de Mello/UFC

Fortaleza/2007.

Dedico esta Dissertação aos meus queridos pais, Antônia e Dionísio,
que tanto me amam!

É maravilhoso ver como, quando um homem deseja muito algo e se agarra firmemente a isso em sua imaginação, tem a impressão, a todo o momento, de que tudo aquilo que ouve e vê testemunha a favor desta coisa...

(LAS CASAS apud TODOROV, 1999.p. 22).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por tudo!

Agradeço a minha família, em especial, aos meus pais, Antônia e Dionísio, que naturalmente torceram por mim. Agradeço ao Paulo, paixão!!!

É com muita alegria que agradeço a minha amiga e querida orientadora, Prof.^a Dr^a Ivone Cordeiro Barbosa. Ela tornou meu sonho de fazer o mestrado em História em realidade. Seus incentivos e seus ensinamentos fazem agora parte do meu ser. Sinto orgulho em dizer que minha vida se divide entre o *antes* e o *depois* da professora Ivone. Professora, a senhora merece mais do que um simples agradecimento!

Devo atenção e amor ao meu também estimado Prof. Ms. Assis Oliveira, com quem dividi muitas risadas e poucas angústias. Assis, a UFC sem você não tem graça!

Devo gratidão aos professores doutores Frederico de Castro Neves e Ana Amélia de Mello, pela ótima disposição que demonstraram lendo meu texto de qualificação. Suas contribuições foram valiosíssimas.

É como muuuuuuuita HONRA que agradeço ao Prof. Dr. Marcos Antônio Silva (USP) pelo seu empenho em ler meu trabalho. Tive o privilégio de conversar com ele algumas vezes!!!!

Agradeço ao Prof. Dr. Marcos Bretas (UFRJ), que sempre foi tão solícito comigo... Escutá-lo foi um "prazer enriquecedor.

Aos meus professores de Francês, Roterdan Damasceno e Rejane Caetano, ofereço minha afeição, porque eles foram tão generosos comigo tirando minhas dúvidas em relação à gramática francesa... Alors, merci beaucoup... J'adore vous!

Minha satisfação aos companheiros do mestrado Márcio Porto, Márcio Inácio, Yacê Carleial, Ana Leopoldina, Airton de Farias e Adriana Ribeiro. Obrigada pela amizade e pela boa convivência!

À "musa" da História, Gláubia Cristiane, agradeço pela lealdade, pela paciência e pela finura, seus dons naturais. Ainda bem que você veio fazer o mestrado na UFC... Só assim o meu número de amigos aumentou!

Às amigas da graduação Maria Elza Miranda e Olindina Fernandes: meu carinho e minha amizade. Vocês me ouviram e me incentivaram nas horas mais difíceis. Além disso, ajudaram-me financeiramente. Espero que eu esteja retribuindo!

Agradeço aos amigos também da UFC, Gerlane, Silvinéia e Ricardo, por dividirem comigo dramas cotidianos semelhantes.

Devo amizade e afabilidade ao pesquisador do Arquivo Público André Frota. Ele me ensinou a mexer com os termos técnicos comuns nos documentos do século XIX.

Às "Meninas" da Biblioteca Pública Meneses Pimentel, Raimundinha, Gertrudes e Madalena: parabéns pelo atendimento! Os senhores, Chiquinho e Jerônimo, também não deixaram a desejar!

Aos funcionários da UFC, D. Regina, D. Telma e Sílvia, pela paciência que tiveram comigo, obrigada! Os senhores Constantino, Francisco, Dantas e Augusto, agradeço pelas horas hilárias.

E, por último, mas não menos importante, agradeço à FUNCAP, por ter FINANCIADO boa parte da minha pesquisa.

Resumo

Esta pesquisa busca analisar os impactos da “Guerra do Paraguai” no Ceará no âmbito social, levando em consideração suas interferências na estrutura de poder, nas relações sociais e na vida cotidiana da Província. Para apresentação das reflexões e do eixo temático proposto, o trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro, discute-se, com base na historiografia e nos jornais da época, como a imprensa cearense criou sentidos tanto para a mobilização, no início da guerra, como para a desmobilização de contingentes depois dos primeiros anos do conflito. No segundo, interpreta-se como os sentidos mobilizadores foram disseminados no tecido social, propiciando que setores populares da Província se dispusessem a partir para a guerra sob o argumento da salvação da Pátria, como também por vislumbrar a possibilidade de obter vantagens, prestígio social e conquistar a liberdade. Sob fundamento de evidências encontradas nas correspondências entre a Presidência do Ceará, Secretaria de Polícia e o Governo Central, mostra-se como o amor à Pátria foi se configurando através de distintas práticas orientadas por diversos atores sociais. Por último, no terceiro capítulo, busca-se perceber como o alistamento militar para a guerra desestruturou o mundo do trabalho, ao mesmo tempo em que desorganizou o ambiente familiar. Para tanto, foram investigadas várias petições enviadas em nome dos parentes dos soldados, destacando-se mães, viúvas, filhas e irmãs, às autoridades imperiais.

Palavras-chave: Conflito. Negociação. Relações de Poder e Mobilização
Voluntária.

Résumé

Ce travail de recherche a pour but d'analyser les impacts de la " Guerre du Paraguay" dans le Ceará dans le cadre social, en considérant ses interférences dans la structure de pouvoir, dans les rapports sociaux et dans la vie quotidienne de la province. Pour la présentation des réflexions et l'axe thématique proposé, le travail a été partagé en trois chapitres. Dans le premier chapitre, basée sur l'historiographie et sur les journaux de l'époque, je discute la manière par laquelle la presse du Ceará a créé des sens pour la mobilisation, au début de la guerre, et aussi pour la démobilisation de contingents après les premières années du conflit. Au deuxième chapitre, j'interprète la façon dont les sens mobilisateurs ont été disséminés dans le tissu social en encourageant les secteurs populaires de la province à se disposer à partir pour la guerre sur l'argument du salut de la Patrie et aussi parce qu'ils y voiaient la possibilité d'obtenir des avantages, du prestige social et de conquérir la liberté. Fondée sur des évidences trouvées dans le courrier entre la Présidence du Ceará, le Secrétariat de Police et le Gouvernement Central, je montre la manière par laquelle l'amour à la Patrie se façonnait à travers des pratiques distinctes orientées par de divers acteurs sociaux. Finalement au troisième chapitre, je cherche à percevoir la façon dont les inscriptions au service militaire pour aller à la guerre a déstructuré le milieu familial. Pour faire réussir tout cela, j'ai examiné plusieurs pétitions envoyées au nom des parents des soldats, en se faisant remarquer des mères, des veuves, des filles et des soeurs, des autorités impériales.

Mots-clés: conflit, négociation, rapports de pouvoir et mobilisation volontaire.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1° CAPÍTULO: Narrativas e criação de sentidos durante a Guerra do Paraguai no Ceará	23
1.1. O Ultraje: civilizados <i>versus</i> bárbaros.	29
1.2. A “Mãe-Pátria” e a fabricação de heróis cearenses.	40
1.3. Mudança dos discursos: crítica a morosidade da Guerra	50
1.4. Os percalços do recrutamento	54
1.5. As narrativas fúnebres	65
2° CAPÍTULO: Urdiduras da mobilização voluntária na Província do Ceará: compromissos, negociações e resistências	71
2.1. Voluntários e voluntaristas da Pátria	72
2.2. Do sofrimento de outrora à esperança do agora: voluntários da fortuna	89
2.3. Da transgressão à redenção: voluntários transgressores.	101
3°CAPÍTULO: As Vozes do sofrimento	117
3.1. Revolta, solidariedade e sociabilidade no Ceará durante a Guerra do Paraguai	119
3.2.Os pedidos de exclusão do serviço militar: reações aos desrespeitos.....	128
3.2. Os desamparados da Guerra	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS	158
BIBLIOGRAFIA E FONTES	162

INTRODUÇÃO

O ano era o de 1868. Raimundo Rocha Dutra, um ex-funcionário do Palácio da Presidência cearense, dizia "ter sido recrutado indevidamente no Ceará para a guerra do Paraguay". Revoltado, exigia sua volta para a Província, pois "não tinha capacidades físicas para lutar"¹. Em contrapartida, o agente que realizara a captura se atrapalhara na explicação, dando pelo menos duas versões para o caso. Nas palavras do recrutador, Dutra era "mau chefe de família e, por causar tantas vergonhas aos seus parentes, tinha sido enviado para a guerra como voluntário da pátria". O problema foi que "ele não pôde ser aceito naquele momento no referido batalhão de voluntários, mas ele aceitou ser voluntário do Exército".²

Naquele mesmo ano, outra situação inusitada acontecia. "Antônio Gaspar da Graça, que estava preso na cadeia de Fortaleza, pedia para falar com o chefe de polícia Francisco Oliveira". O assunto: o preso pedia para ir "ao quartel de 1ª linha" de onde pretendia partir para a guerra". Sua solicitação foi negada, porque, segundo a autoridade policial, "os presos só poderão sair da respectiva prisão nos casos prescritos na lei", ou seja, o indiciado não preenchia a exigência do Ministério da Guerra de 1867, que dava perdão a determinados réus que quisessem combater no Paraguai.³ Enquanto isso, "a mãe pobre e velha de Antônio Matozinho da Silva Vieira" recebia com tristeza a "morte desse seu único arrimo" que, inspirado pelos "mais verdadeiros sentimentos patrióticos", embarcara no início de 1865 para o conflito⁴.

Todas essas evidências fizeram crescer o projeto inicial de mestrado, que estava apenas dedicado aos desdobramentos que o Decreto 3.371, o decreto dos

¹ Biblioteca Pública Meneses Pimentel/CE (BPMP/CE). *Jornal do Ceará*. Fortaleza, 5 de março de 1868. p.3.

² Arquivo Público do Ceará (APEC). *Livro de Registro de Ofícios da Presidência do Ceará ao Ministério da Guerra (1862-1870)*. Livro Nº 149. Ofício (03/12/1868).

³ APEC. Secretária de Polícia do Ceará. *Livro da Porta da Cadeia - Lançamentos de Despacho da Secretaria de Polícia*. Livro Nº 2. Despacho do dia 14/09/1868.

⁴ BPMP/CE. *Jornal O Cearense*. Fortaleza, 7 de janeiro de 1868. (Noticiário). Conferir também as listagens dos soldados mortos em guerra nas publicações do mês de abril de 1868 do *Jornal do Ceará*.

Voluntários da Pátria trouxe para a Província cearense durante a Guerra do Paraguai.

Criado durante a Guerra do Paraguai como estratégia do Governo Imperial para aliciar homens para o serviço das armas, haja vista que este ofício não era bem-visto pela sociedade do dezenove⁵, o Decreto 3.371, de 7 janeiro de 1865, teria desdobramentos imprevisíveis perante a sociedade brasileira. As garantias expressas em seus artigos foram capazes de despertar sentimentos poderosos, como liberdade, cidadania e esperança em dias melhores.

O Decreto oferecia para todos aqueles que quisessem participar de imediato e voluntariamente do conflito dinheiro, terra, emprego público, promoções por bravura, meio soldo para inválidos da guerra, pensão para as famílias dos combatentes mortos, entre outros benefícios. Deste feito, surgiram homens de todos os lugares do Brasil, muitos dispostos a defendê-lo, outros, porém, procuraram as juntas de alistamentos para obterem por intermédio do decreto supramencionado, uma melhor condição social e/ou econômica; mas a questão que passou a me preocupar era a seguinte: como as pessoas sabiam dessas notícias da guerra?

As pessoas que tinham condições financeiras, sendo alfabetizadas, compravam e liam jornais. Já as desafortunadas ouviam as manchetes pela boca do vendedor de jornais, mas a maioria acabava sendo convencida pelas passeatas e comícios realizados nas principais cidades cearenses. Resultado: a imprensa era uma parte importante do trabalho, porque foi ela que teve o encargo de criar sentidos, tanto para a mobilização como para a desmobilização para a Guerra.

A imprensa cearense, a princípio, foi umas das maiores propagadoras das garantias do Decreto do 3.371 e dos discursos pátrios, que tentavam se espalhar pelo tecido social, materializando-se em ações que pudessem propiciar ao homem pobre e livre da Província o voluntariado e a luta pela Pátria. Nesse sentido, os

⁵ CUNHA, Marcos Antônio. *A Chama da Nacionalidade: ecos da Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000. Esse autor diz que o ofício das armas desde os tempos coloniais tinha um significado pejorativo por ser exercido por estrangeiros, portugueses, isto é, por homens que representavam a repressão. Para um melhor esclarecimento sobre o estigma das forças armadas brasileiras nos séculos XVIII e XIX Cf: WERNECK, Nelson Sodré. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

jornais de Fortaleza como *A Constituição*, *O Cearense*, *Aurora Cearense*, *Jornal do Ceará*, *Pedro II* entre outros, posicionaram-se a favor do contra-ataque brasileiro, vulgarizando a idéia de "território invadido". Notícias como "Às Armas, Cidadãos: é justa a guerra"⁶, apareciam como chamativos para os perigos que a "nação" corria, assim como as poesias, cânticos e hinos cujos versos enalteciam a coragem e o amor que "todos deveriam ter pela "mãe Pátria".

Alistamentos como os dos jovens cearenses Israel Bezerra de Menezes, que aderiu ao serviço das armas imediatamente ao escutar "o ultraje de Solano López"; e Jovita Feitosa, que, mesmo diante de tantos obstáculos postos pela visão masculina do Exército, desejou ir aos campos de batalhas; estavam registrados nas primeiras páginas dos periódicos como exemplos a serem seguidos.

Cumprindo o dever de órgão oficial dos partidos, a imprensa do Ceará publicava essas adesões imediatas à Guerra do Paraguai, ao mesmo tempo em que formulava suas ideias do conflito, tentando transmiti-las de maneira linear no tecido social. Para tal fim, contudo, era necessário que as notícias do *front* e das vantagens financeiras aos voluntários ultrapassassem o espaço do papel, da letra, e atingissem as camadas pobres e livres da Província.

Para essa empreitada, as autoridades militares e intelectuais do Ceará, em seus deveres como patriotas, incumbiram-se de repassar de maneira simplificada as notícias da Guerra, organizando comícios, passeatas e reuniões públicas com o intuito de esclarecer as vantagens que se adquiria ao participar dos combates voluntariamente. Não raro, nessas aglomerações públicas, recitavam-se poemas e cantavam-se hinos que se transformavam em verdadeiras aclamações patrióticas, mexendo com anseios daqueles que os ouviam.

⁶ BPMP/CE. *Jornal O Cearense*. Fortaleza, 7 de fevereiro de 1865. . p .2. (Publicações)

Vale evidenciar, também, as contribuições dos Voluntaristas da Pátria⁷, sujeitos geralmente possuidores de cabedais, que ajudavam financeiramente as causas da Guerra, pagando os transportes de recrutas e de voluntários, contribuindo com as pensões das famílias dos combatentes e voluntariando pessoas, isto é, financiando “às próprias custas” homens para o serviço das armas. Essas ações, para as autoridades imperiais, eram modalidades apreciadas de patriotismos, conforme encontrei evidências, tanto em fontes manuscritas quanto em vertentes impressas.

Com o prolongamento da Guerra, porém, a imprensa cearense opositora ao Governo Central, por exemplo, passou a registrar essas ações de maneira negativa, e, por esta razão, outros decretos que foram baixados para garantir o atendimento às necessidades de contingente tiveram pouca publicidade. O decreto de número 3.725, de novembro de 1866, que emancipava os escravos africanos, chamados de *cativos da Nação*, foi quase um desconhecido das publicações.

Também ignorado pela imprensa foi o Art.101, inciso 8º, da Constituição de 1824, que previa “perdão, e moderava as penas impostas e os Réos condenados por Sentença”. Em outras palavras, o Imperador estava disposto a indultar os criminosos sentenciados que espontaneamente quisessem participar da Guerra. Em 1867, esse desse dispositivo legal foi adaptado para o momento beligerante por que passava o Brasil.

Por ter extrapolado o tempo previsto pelas autoridades militares e pela sociedade civil, o conflito do Paraguai foi muito criticado nos jornais que, em seus “Noticiários”, documentavam as vozes dissonantes. Começaria, desde então, um confronto de narrativas entre os principais periódicos da Província, isto é, outro conflito para além do conflito bélico propriamente dito.

Entre as “infaustas notícias” estavam aquelas relativas às violências dos recrutamentos na Província, às crueldades dos combates em solo paraguaio, às mutilações e mortes dos combatentes cearenses em campanha. Assim, os expedientes (leis e decretos) anteriormente citados não poderiam ganhar tantos espaços, visto que parte da imprensa do Ceará despenderia um novo esforço no sentido de desqualificar, principalmente, as manobras do “Império que teimava em sustentar essa nefasta guerra”, conforme escreveu um anônimo para o jornal *O Cearense*, em 1867.

⁷A Expressão “Voluntarista da Pátria” é muito utilizada pela historiografia brasileira dedicada à temática da guerra do Paraguai. Conferir, sobretudo, SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

Passado o período conhecido na historiografia da Guerra do Paraguai como *euforia patriótica*, isto é, o primeiro ano de combate, muitos periódicos, a exemplo de *O Cearense*, representante do partido Liberal no Ceará, começaram a tecer comentários críticos sobre os custos do conflito que "perturbavam todo o movimento do paiz"⁸, e sobre o "aumento da desordem interna" na Província causada pelo recrutamento, queixando-se da desorganização familiar e das frentes de trabalho, das revoltas, dos motins e dos afrontamentos individuais e coletivos nos quartéis e nas ruas das principais cidades do Ceará.

Como veículo de informação, o jornal é também espaço para disputa e discussão política. Nesse palco conflituoso, novos atores começaram a se movimentar ora a favor, ora contra a Guerra. As contendas envolviam tanto as autoridades civis como também as autoridades militares, que denunciavam calúnias pessoais e profissionais.

Em 1869, foi publicado no jornal *O Cearense* uma notícia que demonstrava a oposição ferrenha desse periódico em relação à guerra:

[...] Não há mais exército aqui, há povo irritado e descontente, sem esperança, e sem confiança. Nos quartéis e nas ruas os próprios soldados, que hoje são somente voluntários ou guardas nacionais, queixam-se amargamente da direção da guerra e de sua prolongação[...]⁹

Ao historiador cabe interpretar os discursos divulgados pela imprensa para perceber que eles tiveram vários desdobramentos perante a população cearense, uma vez que os receptores dos discursos são também produtores de discursos.¹⁰

Apesar de a ideia de oposição permanecer no ápice das discussões dos editoriais, principalmente nos jornais de Fortaleza, ainda foi possível, garimpando em fontes militares, detectar a presença de voluntários, mesmo que a princípio

⁸ APEC. *Relatório* apresentado ao excelentíssimo presidente eleito do Ceará, Dr. Pedro Leão Veloso, em 6 de novembro de 1867. Fortaleza: Tipografia Progresso, 1867. Essa citação foi encontrada no *Jornal O Cearense* de setembro de 1867, p.7. (Possuo os Relatórios de 1850-1890 em CD-ROM).

⁹ BPMP/CE. *Jornal O Cearense*. Fortaleza, 8 de março de 1869. p.3. (Noticiário)

¹⁰ *Estratégias e Táticas* em DE CERTEAU, Michel. *A Invenção do cotidiano*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

não fossem da Voluntários da Pátria, mas que passaram a servi-la agindo de variadas maneiras, ficando claro que o patriotismo ia se configurando por meio de diversas práticas.

Os alistamentos voluntários que *a priori* não visavam à Pátria pareciam ser uma constante nas províncias brasileiras. Analisando a produção historiográfica sobre a Guerra do Paraguai, verifiquei autores como Wilma Perez Costa¹¹ que fez referência aos *voluntários da Fortuna*, sujeitos que se fizeram de voluntários para receber, sobretudo, os benefícios financeiros; Ricardo Salles e Jorge Prata de Sousa¹², autores que trataram especificamente da "inserção de escravos" nas tropas brasileiras durante aquele conflito, ressaltaram as ideias de consecução de liberdade por parte dos cativos que se alistavam à revelia de seus donos para o serviço militar; e Vitor Izeckhsonh e Peter Beattie¹³, estudiosos que se dedicaram às agruras do recrutamento no Brasil durante a referida guerra, destacaram a presença de criminosos que legalmente foram aceitos nas tropas por força de indultos consentidos pelo imperador.

No Ceará, encontrei todas essas evidências acima apontadas. Durante toda essa conjuntura de hostilidade, foi possível vislumbrar o movimento de escravos, criminosos, miseráveis, entre outros, rumo às juntas de alistamentos.

Para interpretar a racionalidade da ação desses homens, foi preciso interrogar as evidências de seus alistamentos. Assim, reconheci os seus procedimentos como lógicos, inferindo que realmente foram sujeitos de suas histórias. Sem pensarem muito nos ricos da Guerra, escravos e criminosos, por exemplo, encararam o embate

¹¹ COSTA, Wilma Perez. *A Espada de Dâmoçles: o Exército, a Guerra do Paraguai e crise do Império*. São Paulo: HUCITEC, Unicamp, 1996. p.229. Segundo a autora, era possível que a guerra em sua primeira fase, *Estratégia defensiva*, atraísse homens que buscavam as glórias militares, as promessas de pensões vitalícias e o acesso à oficialidade.

¹² PRATA, Jorge de Souza. *Escravidão ou Morte*. Rio de Janeiro: MUAD/Adesa, 1996; SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: Op. Cit.*

¹³ BEATTIE, Peter M. Ser homem pobre, livre e honrado: a sodomia e os praças nas forças armadas brasileiras(1860-1930).In: *Nova História Militar Brasileira*. CASTRO, Celso, IZECKSONH, Vitor e KRAAY, Hendrick (Orgs.).Rio de Janeiro: FGV. 2002. p.269-300; IZECKSONH, Vitor. Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai. In: *Nova História Militar Brasileira*. CASTRO, Celso, IZECKSONH, Vitor e KRAAY, Hendrick (Orgs.).Rio de Janeiro: FGV. 2002.p.179-208.

belicoso como *solução* para suas causas próprias: o voluntariado configurou-se, então, como resistência a uma situação cotidiana indesejada.

Para perceber o voluntariado como resistência, foi necessário entender as formas de resistências em James Scott e E.P Thompson¹⁵. Para ambos, o ato de resistir se caracteriza no confronto de interesses. Neste, as intenções devem surgir mostrando quais as *finalidades* da ação.

Outra tipologia de fontes que atestou a presença dessas resistências foi a *Literatura* que registrou muitos casos de indivíduos que se fizeram voluntários para a guerra do Paraguai com intuito de resolver problemas particulares. Machado de Assis, em *Iaiá Garcia*¹⁶, mostrou as circunstâncias que levaram o protagonista Jorge, um jovem advogado de família abastada, a combater no Paraguai como voluntário da Pátria. Contando com a desaprovação de sua mãe em relação ao seu amor por Estela e com a relutância desta em assumir esse amor, o personagem principal do romance cedeu ao dever cívico. Assim, de um caso doméstico saiu uma ação patriótica.

O trabalho do historiador consiste em articular as fontes de variadas naturezas para definir melhor o seu objeto de pesquisa. Dessa forma, as memórias se apresentaram também como excelentes mananciais de evidências para este trabalho.

Ao deparar a memória do cearense Antônio Bezerra de Meneses, "moço de boa família", que aderiu à causa da Pátria, "depois de ter perdido as esperanças de bacharelar em Direito no Rio de Janeiro tendo que suportar as humilhações de seu meio social, que se encarregava de divulgar a estreiteza de seu talento"¹⁷, encontrei situação similar àquela que outrora fora descrita por Machado de Assis. Ou seja, nos dois casos, o alistamento voluntário sanou problemas pessoais, ao mesmo tempo em que a relação com a salvação da Pátria ia se construindo.

¹⁵ SCOTT, James. Forma de resistências camponesas. In: *Revista Raízes*. Campina Grande, UFCG, V.21. Nº. 01; THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia Das Letras, 1998.

¹⁶ MACHADO DE ASSIS. *Iaiá Garcia*. Porto Alegre: LP&M, 2000.

¹⁷ MENEZES, Antônio Bezerra. Como me tornei voluntário da Pátria. *Revista do Instituto Histórico do Ceará*. Fortaleza, 1966. T. 80.

Preciso dizer que este estudo não obedece a um preceito historiográfico que ao narrar a história da “guerra do Paraguai” busca as agruras dos recrutamentos. Não obstante, sem essa regra, ficaria impossibilitada de apresentar melhor meu objeto: como poderia caracterizar os voluntários sem mostrar os involuntários(recrutados)¹⁸?

Isto posto, o “tributo de sangue”, como ficou conhecido o recrutamento no século XIX, em virtude da violência de suas ações, era uma questão que não podia ignorar, visto que as conseqüências danosas às populações pobres e livres do Ceará estavam marcadas nos recrutamentos registrados nas fontes da Província. Eu, porém, não examinei esses percalços, como fez boa parte da historiografia brasileira que, dedicada à temática da “guerra do Paraguai”, centrou suas discussões, sobretudo, nos recrus: suas condições sociais, como se davam seus alistamentos e o que acontecia com aqueles que se negavam a pelejar.

Interessou-me investigar o impacto do serviço militar sobre o espaço familiar. Assim, procurei saber mais sobre as famílias dos combatentes, voluntários e involuntários, porque sobre elas nada ou quase nada se tem escrito. Como ficavam os dependentes dos combatentes? O que se sabe sobre os sofrimentos dos pais e viúvas cearenses que tiveram seus parentes mortos ou mutilados na Guerra do Paraguai?

Maria Teresa Dourado, estudando a participação feminina na Guerra do Paraguai na província de Mato Grosso, fez referência à vulnerabilidade na qual ficavam os parentes dos combatentes, destacando principalmente as esposas, mães, viúvas e descendentes dos militares mato-grossenses mortos no conflito. A autora ratificou, por exemplo, questões fundamentais como as angústias e os medos dessas famílias que esperavam por notícias do *front* e pelos subsídios do Governo.¹⁹

No trabalho de Xisley Araújo Ramos sobre o recrutamento no Ceará nas décadas de 50 a 70 do século dezenove, os familiares cearenses aparecem

¹⁸ Involuntário no sentido de forçado ou obrigado.

¹⁹ DOURADO, Maria Teresa Garritano. *Mulheres comuns, senhoras respeitáveis: a presença feminina na Guerra do Paraguai*. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2005.

revoltados com as forças policiais que "laçavam indevidamente seus parentes" para a Guerra do Paraguai. Mesmo não sendo o foco principal de seu trabalho, a autora fez uma excelente exposição, principalmente dos casos de esposas e mães que reagiram com indignação e violência às ordens militares, sendo uma das reivindicações mais freqüentes "o pedido de exclusão do serviço militar" de seus filhos e esposos.²⁰

Este trabalho também tem a perspectiva de preencher as lacunas sobre a família dos combatentes cearenses que partiram para a luta em campos paraguaios, tendo como base frestas deixadas pelas correspondências (ofícios, circulares, petições, avisos) entre autoridades cariocas e autoridades cearenses durante o conflito. Destaquei os diálogos entre os Ministérios do Império, da Guerra e da Justiça e a Presidência do Ceará.

Nessas fontes consegui vislumbrar tramas complexas de negociações e resistências dos parentes dos militares cearenses, sobretudo das mulheres que não aceitavam as injustiças que a Guerra do Paraguai havia imposto sobre si e sobre seus dependentes.

Constantemente, encontrei mulheres cearenses enviando petições às autoridades civis e militares, suplicando a soltura de seus arrimos, a dispensa do serviço militar dos incapacitados e a pensão dos parentes mortos ou mutilados na Guerra. Muitas vezes esses pedidos ganhavam formas de exigências ou de denúncias, que acabavam demonstrando valores que regulavam a sociedade cearense do século dezenove.

Antes, não podia esquecer que essas petições ou requerimentos eram normalmente escritos por homens letrados, geralmente advogados que ganhavam por pedido escrito e enviado. Sendo assim, para não incorrer no erro de Ulisses "que se deixou encantar pelos cânticos das sereias", investiguei e interpretei essas súplicas inspirada em Carlo Ginzburg²¹: "à luz do inquisidor". Isto é, não negligenciando a distância entre o escrito e o dito, afinal o hiato entre a

²⁰ RAMOS, Xisley Araújo. *Por trás de uma fuga nem sempre há um crime: o recrutamento a laço e os limites da ordem no Ceará (1850-1875)*. 2003. 214f. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2003. A palavra "excusa" tinha caráter ambíguo na documentação examinada. No âmbito civil significava exclusão, já campo militar "excusa" era que "fé de Ofício" do militar.

²¹ GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

suplicante e o "escrevente", provavelmente, levou a algumas distorções pelo caráter formal das petições e por força das convenções da época, uma vez que, sendo documentos escritos, decerto, estavam comprometidos com outros valores de dominação e poder.

Foi lendo Arlete Farge²² que consegui perceber o sofrimento dos familiares dos militares cearenses que partiram para a Guerra do Paraguai. Em nenhum dos requerimentos investigados encontrei uma súplica no singular. As lutas pelos direitos e garantias estavam no plural, ou seja, os parentes não suplicavam apenas para si; ao contrário, suas alegações pareciam estar mais ligadas a outras vidas também desgraçadas pela conflito. O número de "órfãos e a pobreza dos parentes" eram questões muito ressaltadas nas petições. O que o serviço militar representava para a vida familiar?

As petições foram as formas mais comuns utilizadas por pais, mães, esposas, viúvas, filhas e outros parentes dos praças (soldados, cabos, sargentos) para cobrarem do Estado Imperial a aplicação das leis e decretos militares. Para mim, esses pedidos indicaram histórias de vida: relatos de violência, de sofrimento, de angústia e de medo.

O propósito ao se investigar os conteúdos desses documentos ambicionou menos saber se havia ou não exageros nos apelos de pobreza. Priorizei mais interpretar a inquietude, a insegurança e o temor que estavam tacitamente descritos nos requerentes, porque esses eram reais e explicavam os porquês das súplicas.²³

Privilegiei a voz feminina como mote das investigações sobre outras tramas da Guerra do Paraguai no Ceará não apenas por existirem lacunas historiográficas, mas porque, de fato, as mulheres estavam pulsando no espaço masculino do poder, quer protestando, quer requerendo seus direitos frente ao Estado.

²² FARGE, Arlete. *Lugares para História*. (tradução Telma Costa), Lisboa, Editorial Teorema, 1999.

²³ DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente (1300-1800): uma cidade sitiada*. São Paulo: Cia das Letras, 1999, p.11-37.

Diante desses *Impactos da Guerra do Paraguai no Ceará*, a dissertação foi organizada da seguinte forma: no primeiro capítulo, *Narrativas e criação de sentidos durante a guerra do Paraguai no Ceará*, dediquei-me às narrativas dos jornais de Fortaleza sobre essa Guerra, percebendo que sentidos foram atribuídos por eles ao conflito, ora para popularizá-lo, ora para impopularizá-lo, e para quem estes sentidos foram direcionados.

Negociações, compromissos e resistências durante a mobilização voluntária no Ceará é o título do segundo capítulo. Nele analiso as várias formas de "estar voluntário", isto é, como o amor à Pátria foi se configurando através de diferentes práticas. Baseada em evidências encontradas nas fontes jornalísticas, nas memórias de ex-combatentes e nos documentos militares referentes à Província cearense, encontrei diversas categorias de voluntários: os *da Pátria*, sujeitos que abraçaram a causa patriótica, fossem se alistando, fossem ajudando em donativos; os *da fortuna*²⁴, homens pobres e livres que desejavam ter melhores condições financeiras e sociais por meio do serviço voluntário para a Guerra e, por fim, os *voluntários transgressores* que, em outras palavras, eram indivíduos considerados pela justiça instituída como criminosos que resolveram ser "patriotas" para revogarem suas penas.

No terceiro capítulo, *As Vozes do Sofrimento*, interpretei como o alistamento militar para a guerra do Paraguai desestruturou os trabalhos no campo, ao mesmo tempo em que desorganizou as famílias cearenses, pois o trabalho camponês no Ceará era intrínseco à unidade familiar. Os requerimentos enviados pelos parentes dos militares às autoridades imperiais, principalmente, os das mães, esposas, viúvas, filhas e irmãs, atestaram essa desestruturação. Com a proteção, em princípio, garantida pela instituição militar, essas mulheres requeriam seus direitos, relatando seus sofrimentos, angústias e medos diante da ausência dos parentes mortos em combates. Todos os relatos giravam em torno da pobreza a que estavam submetidas e da dependência do combatente para os provimentos das necessida-

²⁴"Voluntários da Fortuna" foi expressão utilizada pela autora Wilma Perez Costa(1996) para designar os indivíduos que se alistavam visando às vantagens sociofinanceiras, a exemplo dos escravos.

des. Essas alegações foram também utilizadas para impedir os engajamentos de seus parentes nas tropas.

Por último, mantive a ortografia da época nas transcrições de trechos documentais, para um melhor entendimento do diálogo entre “os vivos do presente e os vivos do passado”.

1º CAPÍTULO

1. Narrativas e criação de sentidos durante a Guerra do Paraguai no Ceará

Após uma curta e temporária invasão brasileira em território uruguaio, em setembro de 1864, iniciou-se o primeiro passo para as hostilidades entre Brasil e Paraguai, que teriam como consequência um conflito prolongado e desumano no qual as duas nações mais perderam do que ganharam. O aprisionamento do vapor brasileiro Marquês de Olinda por forças paraguaias, em novembro daquele ano, foi a declaração imediata, o estopim, da Guerra.

Ao se iniciar o conflito entre Brasil e Paraguai, registraram-se do lado brasileiro muitos voluntários dispostos a defenderem a Pátria, pois “a população estava desejosa de derrotar um ataque tido como traiçoeiro e injustificável de Solano López”²⁵. Com a criação do Decreto 3.371, em 7 de janeiro de 1865, que oferecia vantagens sociofinanceiras àqueles que se candidatassem voluntariamente para a Guerra, houve um maior estímulo ao ingresso nas forças armadas.

Este aparato legal foi uma estratégia utilizada pelo Governo Imperial para angariar e nutrir um número expressivo de contingente para a Guerra do Paraguai, uma vez que o Brasil não dispunha de um Exército organizado e nem numeroso. Vale ressaltar que, em algumas províncias - como a da Bahia - houve mobilizações voluntárias antes da declaração do decreto 3.371, fato que ajudou na aprovação dele.²⁶

A formação de uma força reserva para o Exército brasileiro, porém, não era tarefa tão simples e exigia um esforço de convencimento da população. O serviço militar era considerado uma “desonra” para as camadas pobres e livres, pois além “dos castigos corporais nos quartéis e do baixo soldo, o soldado raso ou recruta, carregava sobre si o estigma da transgressão social, ou seja, na maioria das vezes

²⁵DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva Doratioto. *Maldita Guerra: uma nova história da guerra do Paraguai*. Cia das Letras, 2002.

²⁶CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1980.

ele estava associado à bandidagem , à desordem e à vadiagem".²⁷

Diante dessa conjuntura, era necessário que o Governo Imperial investisse na modificação da imagem que a sociedade brasileira tinha do soldado ou recruta. O império necessitava agregar o maior número de homens de todas os segmentos sociais, e, para tanto, buscou legitimar o apoio e a cooperação coletiva, intensificou o apelo patriótico para despertar e nutrir o sentimento nacional, contrapondo-se ao inimigo comum, o Paraguai, que passou a representar a barbaria.

Nessa campanha, a imprensa brasileira desempenhou um papel de suma importância, principalmente quando dizia respeito à desqualificação do opositor, que no dizer de Bronislaw Bazco, "os tempos de crise são tempos quentes na produção de imaginários sociais, estimulados pelos conflitos, pela busca de legitimidade, pela comoção das estruturas" ²⁸. Dessa forma, os jornais procuravam dar legitimidade à Guerra. Quando escreviam sobre o "ultraje inominável que López havia imposto ao Brasil", acreditavam em seus escritos, porque os sujeitos não estão fora dos discursos.²⁹

De acordo com André Amaral de Toral³⁰, a Guerra do Paraguai foi a primeira, na América do Sul, a receber uma cobertura visual, por meio da litografia, (gravura em pedra) que permitia a reprodução de fotografia e pinturas na imprensa. Esse autor destaca a produção imagética a partir de 1868, na capital do Império, Rio de Janeiro, com os jornais *Semana Ilustrada* e *A vida Fluminense*, e, em São Paulo, com o periódico *Cabrião*. Esses periódicos eram especializados nas imagens do conflito. Eles construíram "discursos-imagens" direcionados às elites letradas urbanas, sendo o acesso dificultado às camadas populares.

²⁷ DORATIOTO (2002). p. 264-276

²⁸BAZCO, Bronislaw. Imaginário social. In: *Enciclopédia Einaudi/Antropos-Homo*. Lisboa: Imprensa Nacional, casa da Moeda, 1986. V.5.

²⁹DARTON, Robert. *Os Dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Cia das Letras, 2005. Capítulo 8.

³⁰ TORAL, André. *Imagens em desordem: a iconografia da Guerra do Paraguai (1864-1870)*. São Paulo : Humanitas, 2001. Segundo o autor, fotografias e pinturas eram copiadas por meio da Litografia.

Diferente dessa conjuntura sulista, no Ceará, poucos foram os jornais ilustrados, e não encontrei nenhum que fosse especializado em imagens da Guerra do Paraguai. O *Tagarela*, periódico ilustrado de curta vigência em Fortaleza, foi consultado e nada observei nele que me levasse a pensar que o conflito pudesse ter uma produção ilustrativa.

Diante do exposto, posso fazer algumas comparações: se no sul, principalmente nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, o conflito pôde ser percebido também pelo discurso imagético; no norte, especificamente no Ceará, a forma de percepção utilizada pelas classes abastadas e urbanas fora, sobretudo, a "imagem escrita". Isso me levou a pensar que as narrativas da Guerra tinham como público-alvo, como estava sendo na capital do Império, os segmentos elitizados da província cearense, geralmente compostos por negociantes de cabedais, grandes proprietários de terras e de escravos, intelectuais e uma parte da burocracia e do clero. Cabe, então, perguntar: por que havia a necessidade de convencer essas elites?

Raimundo Girão, em seu livro *Pequena História do Ceará*³¹, afirma que o bipartidarismo presente na província cearense, em meados do século XIX, levava as dissidências e rixas políticas entre as elites. Esses conflitos interferiram, decerto, na maneira de narrar a Guerra do Paraguai, porque os espaços dos jornais foram utilizados para criticar os opositores políticos que usavam o conflito para emitir suas opiniões pessoais e também morais em relação aos seus inimigos internos. Foi dessa forma que, após alguns anos de combates, personagens como o Marquês Luis Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias, membro do Partido Conservador, antes ovacionado pelo patriotismo em alguns jornais da Corte, sofreu a acusação de ser o responsável pela continuidade do conflito.

³¹GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. Fortaleza: Editora do Instituto Histórico do Ceará, 1962. (2a edição).

A facilidade com que as ofensas chegavam à imprensa se devia ao fato de que muitos políticos, quando não eram eles próprios donos de jornais, tinham relações muito próximas com os editores de periódicos de grande circulação na Província.

Havia racha interno entre os partidos. Alguns membros não poupavam nem seus colegas quando estes desrespeitavam as ideias partidárias. Por exemplo, as proibições do recrutamento em áreas agrícolas e em tempos de eleições eram medidas liberais que alguns correligionários não respeitavam; mas nada acirrava tanto os ânimos quanto as mudanças ministeriais.

Coincidência ou não, em 1868, o ministro do Gabinete do Império, o liberal Zacarias de Góes, foi demitido de seu cargo instigando a fúria nos liberais cearenses, que reagiram à altura à decisão, descarregando todos os seus rancores no conflito, culpando abertamente o conservadorismo do Imperador e de seus ministros pela continuidade dos confrontos. Este viria a ser, porém, o segundo momento. O que prevaleceu no início foi uma adesão muito forte à Guerra por parte daqueles liberais.

Em muitas províncias brasileiras, a Guerra teve, a princípio, cobertura positiva e o Ceará fez parte desse movimento de adesão. Num período muito curto, primeiro ano de hostilidade, as camadas elitizadas cearenses, uma vez convencidas da "justeza da guerra", tomavam para si a "missão civilizatória" de persuadir as "classes" mais baixas e iletradas da Província. Para tanto, foi preciso deixar o partidarismo à parte, porque o momento exigia abnegação.

Para as camadas pobres das províncias, a audição era o sensor mais usado para se saber do conflito, pois o jornal era folha vendida, e, além disso, a maior parte da população cearense em meados do século XIX era composta por analfabetos.³² As formulações a respeito dos combates, das vantagens financeiras do decreto 3.371, do patriotismo e da bravura dos cearenses foram transmitidas por meio das passeatas e dos comícios públicos organizados por potentados locais, autoridades militares e por intelectuais. Nesses atos elementos de aclamação patriótica como

³² BRAZIL, Tomaz Pompeo de Souza. *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997. Tomo II. (edição fac-similada).

poemas, canções e hinos eram cantados e recitados e conseguiam atingir a "arraia-miúda".

A Igreja Católica do Ceará, gozando de sua autoridade e de seu prestígio na Província, foi outra instância do poder instituído que muito se comprometeu com a arregimentação para o conflito do Paraguai, pois "ordenava aos reverendos parochos e mais sacerdotes do bispado que recitem em todas as missas a comemoração da paz" que só viria "se os filhos accudissem o chamamento de Deus e da Pátria"³³. Eis outra forma pela qual os pobres souberam das notícias da Guerra contra Solano López, que muitas vezes foi descrito nos sermões como o "anticristo".

Mesmo nos momentos mais difíceis dos combates, quando a guerra tornou-se de posição³⁴, parte do clero da Província achava justo o conflito e pedia nas missas a cooperação de todos, utilizando como elemento de convencimento a união "da fé aos sacrifícios nos campos de batalha" para que "àqueles dias de sofrimentos terminassem". Nos jornais de circulação grande na capital da Província como *O Cearense* e o *Aurora Cearense*, órgãos Liberais; *A Constituição* e o *Pedro II*, representantes dos Conservadores, por vezes encontrei pronunciamentos de padres, monsenhores e até mesmo do 1º bispo do Ceará, D. Luis Antônio dos Santos, pedindo a salvação da Pátria e o fim da hostilidade a qual "o Brasil fora obrigado a reagir", o que dava uma configuração cristã para as narrativas da Guerra.

Objetivei discutir as atitudes tomadas pelos articulistas dos periódicos em relação "à defesa da soberania nacional", bem como as mudanças do discurso "patriótico" para "crítico-destrutivo" durante a continuidade da Guerra. Este geralmente vinha acrescido de julgamentos pessoais que acabavam incidindo na opinião pública. Obviamente, não quero supor um público completamente passivo, que simplesmente absorvia as notícias, os fatos e os valores da imprensa. Falo de um público que podia ser influenciado pelas informações divulgadas por homens

³³ BPMP/CE. Jornal *Aurora Cearense*. Fortaleza, 30 de dezembro de 1866. .p.5."Pronunciamento de D. Luis, o primeiro bispo do Ceará."

³⁴ BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Cia da Editora Nacional, 1938.

que gozavam de prestígio dentro da sociedade cearense.

Não posso deixar de mencionar o porquê de minha escolha pela imprensa como fonte extremamente útil. A periodicidade dos jornais cearenses me permitiu "recompôr" o dia a dia dos habitantes, como reagiam diante dos acontecimentos, e estabelecer a cronologia dos "ocorridos" da Guerra, a exemplo dos combates. O periódico *A Constituição* foi um dos mais especializados em narrar as batalhas. A batalha Naval de Riachuelo, por exemplo, ocorrida em junho de 1865, foi noticiada com frequência por essa folha, que enfocou, sobretudo, a "valentia do militar cearense". O efeito foi, a princípio, positivo.

A disposição espacial dessas informações, sempre em destaque nas páginas iniciais dos periódicos, permitiu-me perceber a intenção dos articulistas que era a de inserir o Ceará num contexto maior da "pátria-nação em construção".

A partir das invasões das Províncias de Mato Grosso e do Rio Grande do Sul, e dos pronunciamentos dos arroubos patrióticos na Capital do Império, começou-se na Província cearense uma produção de narrativas contra a afronta paraguaia. No início, essas opiniões emitidas receberam reabilitações conforme a duração e os reveses da Guerra. Vale lembrar, porém, que os relatos jornalísticos não refletem a história simplesmente. Não basta retirar de suas informações somente aquilo que interessa. Sobre os jornais devem incidir leituras meticolosas que possibilitem reflexões cuidadosas do que é importante dentro de um determinado assunto.³⁵

³⁵ ESPIG, Márcia Janete. O Uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico. In: *Revista de Estudo Ibero-Americano*, Rio Grande do Sul, PUCRS. N° V. Ano XXIV, 1998. P. 269-289.

1.1- O ultraje: civilizados *versus* bárbaros

“Senhores! O Ceará em longa distancia do Paraguay, não tem sido indiferente a Pátria, que acabara de ser ultrajada pelo pérfido e selvagem Solano López”.³⁶ As palavras do Dr. José Lourenço de Castro e Silva demonstravam bem qual o clima de indignação que prevaleceu diante da ação invasora do Paraguai.

De início, era unânime entre os jornais de Fortaleza, capital do Ceará, nomear a ação de Solano López como “crime de lesa-soberania, sendo o Império vítima desse tirano megalomaniaco”. A apreensão da embarcação brasileira, Marquês de Olinda, por forças paraguaias, em dezembro de 1864, e em seguida as invasões das Províncias de Mato Grosso e do Rio Grande do Sul, sem uma prévia declaração de guerra, foram consideradas ações covardes e despertaram o ódio de muitos brasileiros.

A ideia era demonstrar que o Império fora obrigado a revidar a afronta. Nesse sentido, tornou-se bastante pertinente narrar com minúcias “a covardia das forças paraguaias que traiçoeiramente atacaram os cidadãos brasileiros”:

A República do Paraguai, dizemos mal, o vaidoso e ignorante país[mutilado]. Proclamou-se por droit de conquét de naissance o protetor... da Independência oriental: declarou guerra ao Brasil, fechou o Rio Paraguay a nossa bandeira (e outros não? Que miserável astúcia!) e a falsa fé aprisionou o paquete Brasileiro “Marques de Olinda” conjurando os seus passageiros, entre os quaes se acha o Sr. Frederico Carneiro de Campos, nomeado presidente da Província de Mato-grosso e deputado da assembléia geral do Brasil. [...]

O Paraguay insulta e afronta o Brasil, punge-nos o coração, condenando ao martyrio de sua barbaridade, brasileiros que pacificamente transitavam pelas águas comuns, na fé de uma nação culta, que se julgava em paz com esse traiçoeiro vizinho.

Que resta ao Brasil? Apanhar a luva, não diremos, porque esta phrase se applica a cavaleiros; responder ao Paraguay; Lupum auribus tenes, e ir dar lição severa a temerário e odioso provocador[...]³⁷

³⁶ BPMP/CE. Jornal *O Cearense*. Fortaleza, 16 de fevereiro de 1865. p.3. (Noticiário).

³⁷ BPMP/CE. *Ibidem*. Fortaleza, 4 de fevereiro de 1865. p.4.(Noticiário).

Desde que as primeiras notícias desse apresamento chegaram ao Ceará, com pelo menos dois meses de atraso, houve uma mobilização por parte da imprensa cearense em criar narrativas que possibilitassem, *a priori*, a persuasão dos vários segmentos elitizados da Província que, uma vez convencidos, não tardariam em envolver-se na luta, levando consigo seus seguidores e subordinados.

Informações sobre a indignação popular e os consequentes alistamentos em outras províncias - como São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro - tiveram publicações estratégicas nos jornais cearenses como parte integrante do movimento que visava um maior número de voluntários para a Guerra. No periódico *O Cearense* encontrei:

Em o lugar competente publicamos o decreto do governo imperial, creando o corpo de voluntários sob denominação de voluntários da Pátria. As condições estabelecidas no decreto são mais vantajosas aos que, cedendo aos nobres impulsos do coração se ofereceram para defesa da Pátria. Em algumas Províncias, como São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro e Pará, organizam-se corpos de voluntários, e há grande entusiasmo a prol da guerra; os nobres estímulos e o amor da Pátria acendeu-se vivamente n'aquelas Províncias heróicas. Aclama-nos empenhados em uma questão de eterno opprobrio ao brasileiro que ficar surdo ao appello da Pátria em perigo. Quando, um dia, a posteridade lançando os olhos sobre o passado, ler a historia da nossa actualidade, não terá de corar pelo Ceará, porque n'essa triste emergência temos fé, não havemos ficar inertes ou indiferentes. Ao governo cumpre proceder de maneira se aproveitar as boas disposições do povo, afim de que não diga do Ceará; foi o ultimo vindo.³⁸

O jornal *O Cearense* foi um dos periódicos que mais tentaram expandir a ideia de salvação da Pátria, destacando o povo cearense como patriota. Assim, não demorou a descrever como andavam as mobilizações na Província:

Os cearenses vão accudindo nobremente os reclamos da patria e ao convite imperial. Vê-se cidadãos de todas as classes comprehendem belamente o sagrado dever de defender a honra e integridade do Império e de auxiliar nossos briosos irmãos, os bravos de Paysandu e Coimbra.³⁹

³⁸ Ibidem. Jornal *O Cearense*. Fortaleza, 2 de fevereiro de 1865. p. 4. (Noticiário)

³⁹ Ibidem. Jornal *O Cearense*. Fortaleza, 11 de fevereiro de 1865. p.2 (Noticiário)

Vale ressaltar que essas narrativas de indignação eram extremamente necessárias, pois José Murilo de Carvalho lembra que, no geral, "a ideia de Brasil como nação não estava no horizonte mental de grupos locais e da população, estava na cabeça dos políticos que lideraram o processo de independência"⁴⁰. Ou seja, Nação e Pátria estavam mais ligadas aos ideais políticos pensados pelos setores elitizados que tinham alguma representação na política imperial, ao passo que, para a maior parte da população pobre, esses ideais eram ignorados.

Dessa forma, tem razão Carvalho quando afirma que a Guerra do Paraguai "foi um fator determinante na formação da identidade brasileira, pois colocou um inimigo estrangeiro que, por oposição, gerou o sentimento de pertença".⁴¹ A partir de então, a nação deixava de ser aquela abstração pensada por algumas mentes depois da Independência do Brasil e passava a ter materialidade comum. Por esta razão, um dos temas mais privilegiados nas narrativas jornalísticas da época foi o da "salvação da Pátria", porque ofendê-la era o mesmo que ofender qualquer brasileiro.

Nesse sentido, a imprensa cearense explorava ao máximo a ofensa que o Brasil havia sofrido. Em nome da "integridade e da honra" brasileiras o jornal *O Cearense* chamava a uma "guerra justa e santa":

As nações, como os indivíduos, têm seus dias de sacrifícios, de perigos, e aflição; como de seguridade, satisfação e gloria.

Porque a vida dos Estados depende de sua integridade, e de sua honra, que consistem na integridade de seu território e autonomia de seu poder. Atacada a existência nestas bases o corpo social periga; e como não há sacrifícios o bastante para quem defende a honra e a vida; assim não se deve have-los para sociedade quando são ameaçados tão caros interesses.

O povo brasileiro é chamado a uma guerra justa e santa, tanto o quanto pode ser esse flagelo imposto á sociedade como condição de seu desenvolvimento.⁴²

⁴⁰ CARVALHO, José Murilo. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 2005.p.235.

⁴¹ CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: grande caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.p.76-85.

⁴² BPMP/CE. *Jornal O Cearense*. Fortaleza, 7 de fevereiro de 1865. p.3.

Na visão do jornal *A Constituição* o Brasil foi "arastado para a guerra", por isso ratificou à defesa da pátria:

Posto que a nação inteira tenha soberbas provas de patriotismo, enviado todas as Províncias a porfia inúmeros voluntários aos campos de batalhas, que se abrem risonho e verdejantes de louros as nossas armas lá onde o cacique dos paraguaios nos provoca, contudo muito resta ainda a fazer para os esforços empregados não sejam perdidos.

Convem que esses esforços se convertam em actos que revelem o mundo inteiro que a guerra, a que fomos arrastados, fundada como he no sagrado coração direito de defesa, nada mais tem em vista do que fazer do Paraguay o direito internacional e levar aquellas paragens princípios de liberdade e civilização que ali até hoje não tem penetrado[...]⁴³

Nos periódicos de linha católica, como o *Aurora Cearense*, a guerra tornou-se "a religião da pátria em comunhão".

Na edição de dezembro de 1866 do *Aurora Cearense*, D. Luís, o primeiro bispo do Ceará, fez um pronunciamento longo no qual se referia aos males que as guerras levavam às nações:

A paz meus caríssimos irmãos, é o mais estimável dom, que a bondade de Deus ortoga aos homens na terra, assim, como a guerra, segundo os livros sagrados, é a maior calamidade, que nos pode chegar, e o maior castigo que o mesmo Deus, em sua justiça, inflige aos pecadores. Com este flagelo todas as classes da sociedade sofrem, e toda as fontes de prosperidade nacional secção. A lavoura perde os braços, que a alimentavam, definham, o comercio, entrando em assustadora crise, não inspira confiança; os estabelecimentos de instruções e beneficência não podem ordenar recursos, fazer face extraordinária despesas, fecham-se, e todo paiz retroga muitos annos, no caminho da civilização e da prosperidade[...]⁴⁴

Perecia um discurso não reativo, mas só parecia. Mais adiante, o Bispo ressaltava a necessidade de se repelir o inimigo, porque para ele o Brasil também havia sido arrastado para a Guerra.

⁴³ BPMP/CE. Jornal *A Constituição*. Fortaleza, 04 de julho de 1865. p.1

⁴⁴ BPMP/CE. Jornal *Aurora Cearense*. Fortaleza, 30 de dezembro de 1866.p. 3.

[...]O nosso Brasil, este abençoado paiz sempre favorecido pela providencia divina, por muitos annos gozou da paz, e seus filhos contente e satisfeitos a sombra das bellas instituições, que as regem, prosperavam e caminhavam alegres na via de um bem entendido progresso.

Mas, caríssimos irmãos, o homem inimigo, segundo a esphera evangélica, semeou a sizonia no pacífico paiz de Santa Cruz. Uma provocação acintosa, uma invasão armada, desafiaram o brio e a honra nacional, e forçaram o nosso governo a repelir com armas injusta e inqualificada aggressão.

Esta empenhada a honra de nossa Pátria, caríssimos irmãos e filhos amados, estão comprometidos nossos bem estar, a nossa tranqüillidade, os nosso interesses, o futuro da nossa Pátria, nossa tranqüillidade, a nossa mesma consciência de catholicos, que pela graça de Deus, somos.

Os livros Santos parecem confundir o amor da religião com o amor da Pátria, ou identificam tanto estas duas coisas, que inculcam de modo que não se pode observar uma sem a observância da outra.⁴⁵

Na visão do Prelado, o conflito foi um acinte que merecia resposta por parte dos brasileiros. Sabendo que o ato de escrever não é dissociado do ato de pensar⁴⁶, entendo que a escrita destes discursos expressavam tanto a necessidade de formação de uma *comunidade da nação* como a tentativa de grupos políticos imporem seus ideais "às custas da guerra".

Criar uma "comunidade de nação" demandava mais esforços, fazendo-se necessário "desumanizar" a pessoa de Solano López.

Pôde-se observar na imprensa cearense que adjetivos pejorativos bem peculiares à época eram dirigidos ao líder paraguaio. Tirano, selvagem, déspota, anticristo e bárbaro foram as denominações mais comuns relativas ao presidente paraguaio.

Assim, O *Cearense* instigava a população ao dever das armas estigmatizando o líder guarani: "Cearenses, vão-se as fronteiras, mostrai ao Brasil nossa dedicação à Pátria, e ao tirano paraguaio que suas hordas de selvagens não passarão impunemente ao solo brasileiro"⁴⁷.

⁴⁵ BPMP/CE. Jornal *Aurora Cearense*. Fortaleza, 30 de dezembro de 1866. p. 4.

⁴⁶ WILLAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979.

⁴⁷ BPMP/CE. Jornal *O Cearense*. Fortaleza, 9 de março de 1865.

Cabe aqui uma observação de grande importância acerca do uso da palavra "bárbaro" utilizada pela imprensa no contexto da Guerra. Este verbete passou a ter outros significados dentro do contexto do bipartidarismo cearense.

O termo em questão teve a princípio seu significado restrito a violência ou falta de leis civilizadas do povo paraguaio. Apesar de o momento exigir abnegação de todos, o conflito não pôde conter por muito tempo a trégua entre os partidos políticos cearenses rivais. Assim, bárbaro, no espaço dos periódicos de Fortaleza, foi também a forma encontrada pelos articulistas para a crítica de seus adversários.

Em outros termos, os periódicos de linha conservadora que defendiam a Monarquia, por exemplo, fizeram uso do verbete para também depreciar os opositores, os de linha liberal. Davam a entender que a barbaria paraguaia era advinda dos ideais liberais republicanos, ou seja, que o republicanism era incompatível no cone sul, e que o mesmo levaria o continente ao barbarismo. Dessa forma, os Conservadores cearenses estavam ao mesmo tempo fazendo a defesa da Pátria e advogando suas ideias.

Em contrapartida, os Liberais cearenses passaram a restringir a palavra bárbaro como antônimo de civilidade. Este termo, segundo Marco Antônio Cunha, foi interpretado na época da guerra do Paraguai, "como sinônimo de *modernidade*", encontrando bastante "ressonância nos ideais dos liberais republicanos, que pregavam mudanças e aceleração nas atividades produtivas em oposição à estrutura econômico-social do Estado imperial".⁴⁸ Modernidade que "os emperrados e incivilizados Conservadores" não aceitavam ter- disse *O Cearense* em 1869.

Essas contendas, entretanto, não impediram a propagação da imagem violenta do Presidente paraguaio na Província.

Na edição de 26 de junho de 1867, *O Cearense*, que havia se tornado crítico ácido da guerra, na ânsia de denunciar as agruras do recrutamento na Província e com isso desgastar a imagem da Monarquia, deu indícios dos receios em relação "aos paraguaios":

[...] partio desta cidade [de Baturité] uma escolta de 10 praças sob o comando do alferes Manoel Antonio da Silveira e chegando a casa de Manoel Patrício, pela meia noite pouco mais ou menos o alferes por algum calor estratalhou seu corpo e deu ordem aos soldados para invadirem a

⁴⁸CUNHA, Marco Antônio. *A Chama da nacionalidade: ecos da guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000. p. 107.

humilde choça [de José Patrício]; a ordem foi imediatamente executada, derrubaram a porta e invadiram a casa servindo-se de tições para poderem enxergar. Patrício não estava em casa, *mas seus filhos vendo sua habitação alta noite invadida por gente, entenderam que era algum bando de paraguayos que lhes queriam offender, lançaram mão das armas e defenderam-se heroicamente*; da luta saíram feridos 4 filhos, 1 menino e a velha mulher de Patrício[...]⁴⁹

A cena descrita é passível de algumas observações. Decerto, o tumulto fazia parte da aversão ao brutal recrutamento realizado na Província durante o terceiro ano de guerra, sendo provável que as populações interioranas reagissem com violência em relação aos recrutadores, encarando-os como os próprios invasores.

A confusão, no entanto, é sugestiva para mim, pois ela é a essência de minha argumentação, uma vez que ligar as forças recrutadoras da Província aos militares paraguaios significavam reconhecer tanto as brutalidades dos alistamentos como a vulgarização de imagens ruins do povo paraguaio.

Do lado paraguaio, esse movimento de desumanização do outro se fez bem mais presente do que no Brasil, visto que a propaganda patriótica inspecionada de perto por Solano López esteve bastante direcionada para a população pobre e para os militares no *front*. Era um incentivo à luta.

André Toral afirma que o perfil dos periódicos paraguaios era crítico-jocosos. Em quase todas as edições, havia escárnio da Monarquia brasileira e, por várias vezes, o Imperador e o Exército brasileiro tiveram suas imagens estigmatizadas.⁵⁰ O fato de o povo paraguaio ser bem alfabetizado, bem como a distribuição gratuita dos jornais entre as camadas mais pobres, facilitaram a incorporação no tecido social "das tendências imperialistas de D. Pedro II". Por consequência, houve reforço do patriotismo no Paraguai. Assim, promoveram-se a animalização e o barbarismo do Império Brasileiro, de forma a confirmar a recíproca.

⁴⁹ BPMP/CE. *Jornal O Cearense*. Fortaleza, 26 de julho de 1867.p.4.(Grifei)

⁵⁰ TORAL, André Amaral de. *Imagens em desordem: a iconografia da guerra do Paraguai (1870-1870)*. São Paulo: Humanitas, 2001.p.72. Segundo o autor os periódicos ilustrados *El Centinela* e *El Cabichuí* apesar de terem tido existências efêmeras, o primeiro de abril de 1867 a dezembro deste mesmo ano, e o segundo de maio de 1867 a julho de 1868, desagradaram muito os defensores da monarquia brasileira com suas charges humilhantes.

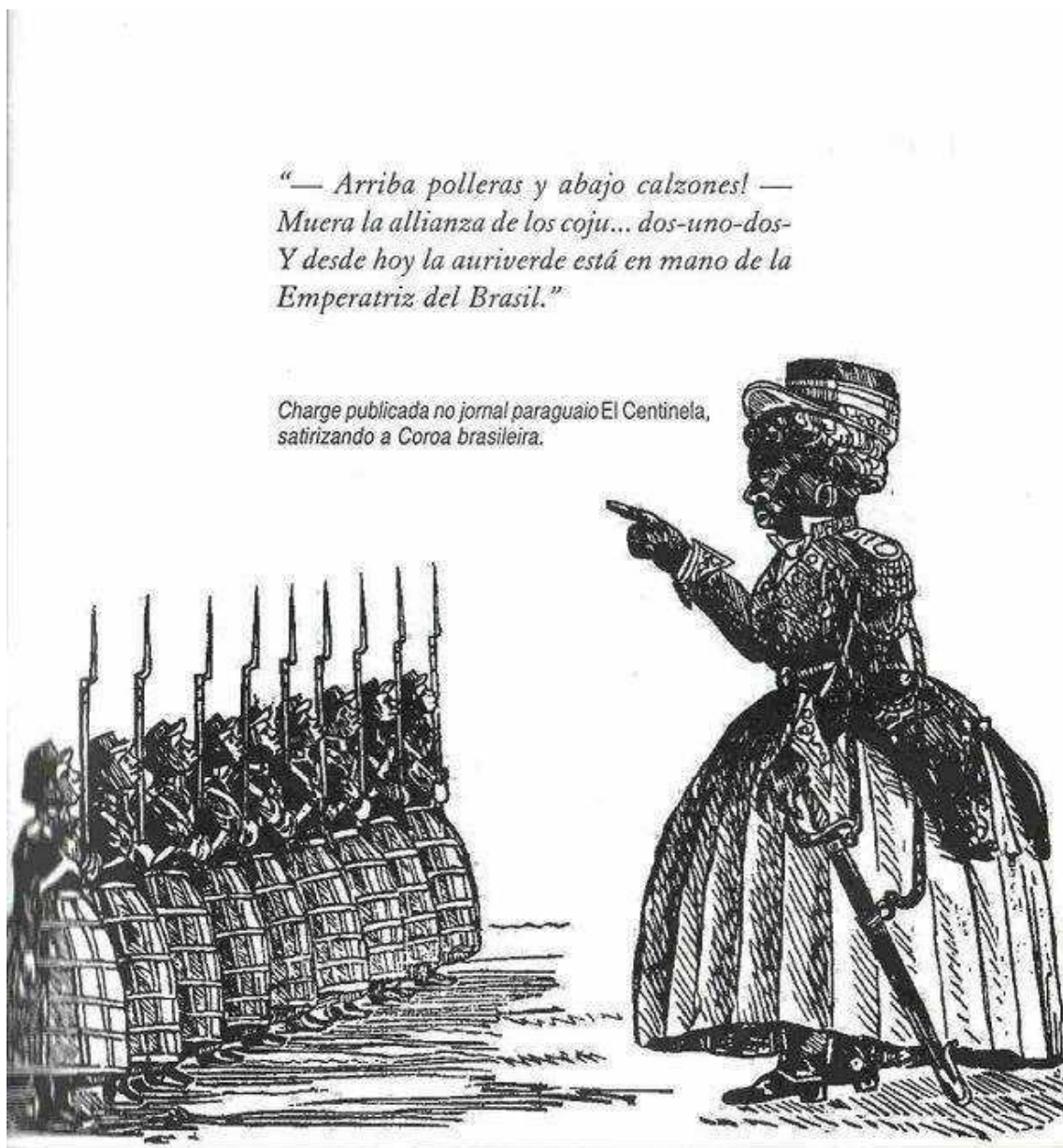
De acordo com Toral, as derrotas por que passaram os exércitos paraguaios a partir do segundo ano de combate fizeram com que Solano López aumentasse o número de jornais no país, sendo que muito destes, por exemplo, os semanários *El Centinela*, editado em Assunção, e o *El Cabichuí*, produzido no *front*; contavam com o artifício da ilustração. O autor destaca, ainda, que o empenho do Presidente paraguaio foi de tal envergadura que um periódico, o *Cacique Lambaré*, foi editado totalmente em guarani, língua bastante utilizada pelas populações indígenas do interior do país, e distribuído para elas.

Citando o historiador paraguaio Juan Crisóstomo Centurión, Toral afirma que:

[...]As tropas e o povo compreendiam perfeitamente que essas publicações se faziam diretamente sob as inspirações ou censuras do marechal López. Ainda assim, teriam cumprido satisfatoriamente o seu papel de manter o elemento moral do exército, conservando a disciplina em meio a privações e miséria.⁵¹

Para manter o moral dos combatentes e a abnegação do povo, o “marechal López” investiu contra o império de maneira incisiva, publicando charges que “desmoralizavam a Monarquia e o Exército brasileiro, representando-os como escravos negros”. O historiador Jorge Prata de Sousa apresenta uma caricatura do jornal *El Centinela* em que a “Coroa Portuguesa” foi representada como uma mulher negra que comandava um exército feminino – uma clara referência racista e preconceituosa.

⁵¹ CENTURION Apud TORAL p.69.



Jornal *El Centinela* apud SOUZA, Jorge Prata de. *Escravidão ou Morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Muad, ADESA, 1996. p. 35.

Essas publicações eram estrategicamente deixadas por soldados paraguaios em locais próximos aos acampamentos brasileiros, e o conhecimento destas entre os comandantes em chefe tornou-se inevitável. Rapidamente o Imperador teve ciência dessas imagens.⁵²

⁵² Ibidem TORAL p.68

As charges que associavam a Monarquia, a Imperatriz, o Imperador e o Exército brasileiro à escravidão enfureceram D. Pedro II, ferindo-o sensivelmente. As imagens poderiam levar qualquer pessoa à reflexão, independentemente do grau de instrução.



Jornal *El Centinela* apud TORAL(2001).p.184. Da esquerda para direita: Tamandaré, D.Pedro II e Gal. Polidoro.

A reação da imprensa brasileira a essas imagens foi igualmente humilhante, conforme a caricatura encontrada na edição de 6 de fevereiro de 1869 do jornal *A Vida Fluminense*, onde Solano López montado numa vaca, comandava um exército de animais, cachorros e gatos:

Vida Fluminense, 58, 6.2.1869



NOTÍCIAS DO SUL.

Tendo dado cabo de tudo quanto havia de bipedes no Paraguay, o El supremo, que tem muita paciência achou ainda meio de reorganizar um novo exercito de quadrupedes a quem faz a seguinte proclamação... (Por falta de espaço pedimos ao leitor que a leia no *Diario da Paz* ou le será publicada hoje) e qual os soldados entusiasmados responderem:
Hau hau! hau! miau! hau! miau!

Jornal *A Vida Fluminense* apud TORAL (2001). p. 181.

Não encontrei essas charges cariocas na imprensa cearense. Achei, sim, um discurso que, segundo *O Cearense*, Solano López chamava seu povo à luta. Sua reprodução demonstrava a indignação dos articulistas desse jornal com os argumentos do Presidente paraguaio:

[...]SOLDADOS. Foram estéreis os meus esforços por manter a paz como o império do Brasil, mal conhecendo o nosso valor enthusiasmos, provocando a guerra; a honra, a dignidade nacional e a conservação dos mais caros direitos nos mandam aceitar-a.

Em recompensa da vossa lealdade e grandes serviços fixeis sobre vós minha atenção escolhendo-os entre números legiões que formamos os exércitos da republica , para que sejais os primeiros a dar uma prova da valentia das nossas armas, recolhendo os primeiros louros que devemos reunir aos quaes os nossos maiores pozeram na Coroa da Pátria, nos memoráveis dias do Paraguay e Taquary[...]⁵³

⁵³ BPMP/CE. *Jornal O Cearense*. Fortaleza, 19 de janeiro de 1865. p.3. (Noticiário).

Esse “discurso” também foi publicado em outros periódicos de Fortaleza, como o jornal *A Constituição*. Apesar dos esforços de difamar a imagem do Presidente paraguaio terem tido relativo sucesso nas províncias brasileiras, não poderia deixar de acentuar as dificuldades enfrentadas pelo Império na empreitada patriótica durante a Guerra do Paraguai.

Em situação bem diferente da condição paraguaia, o Brasil teve mais empecilhos em vulgarizar as ideias de pátria do que o Paraguai, uma que vez o Império contava com poucos periódicos ilustrados dedicados à temática da Guerra. Apenas na capital imperial, Rio de Janeiro, seguida de algumas províncias, como as do Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato-Grosso, Pernambuco e Bahia, encontravam-se publicações ilustrativas, dedicadas quase exclusivamente ao conflito. Além disso, dois fatores haviam contribuído para que os ideais abstratos como pátria e nação não se propagassem entre as camadas pobres: o analfabetismo da maior parte da população brasileira e o fato de os jornais também visarem ao lucro.

O Ceará fazia parte dessa odiosa estatística, haja vista que o analfabetismo na Província era um dos mais altos do Império. A Guerra, contudo, mudaria essa situação de abstração das ideias. Graças aos *voluntaristas da Pátria*, homens que desempenharam papéis importantes como filtradores dos discursos de salvação do Brasil, Pátria passou a se concretizar como Nação diante de um inimigo comum: o Paraguai de Solano López.

1.2. A “mãe-Pátria” e os heróis cearenses

A guerra do Paraguai demandou esforços de mobilização nunca vistos no Império e, como já expressei, muitas estratégias foram utilizadas para que o número de combatentes não rareasse. Criar sentido do que era ou representava a Pátria dentro do tecido social era essencial para sua salvação. Boa parte da elite brasileira concentrou-se nessa empreitada que, diga-se de passagem, não foi matéria fácil.

Atrelar, sobretudo, a figura da mãe, chefe do lar que zelava pelo bem-estar dos filhos, à Pátria foi um ato bem pensado no que se referiam às estratégias de

alistamentos. Estas visavam a tocar os corações daqueles que ainda não tinham atendido aos chamados de salvação.

Era a metáfora da mãe, segundo Armelle Enders, que afetava o amor, desprendimento, abnegação, segurança, valores essenciais para o nascimento de uma Pátria para todos. Assim:

As mulheres são indissociáveis do tema ‘mãe-Pátria’. É por intermédio delas, acreditava-se, que o amor à terra natal é transmitido. O sentimento nacional não poderia ser apanágio de nenhuma outra categoria da população. Somente ele, junto com a fé em Cristo, tem o poder de transcender a divisão sexual (e social) das tarefas e de legitimar as donzelas e as matronas guerreiras.⁵⁴

O uso de outras “categorias” femininas, no entanto, de inestimável valor como filhas ou irmãs, foi também adequado como elemento mobilizador.

Pedro Paulo Soares, em seu trabalho sobre a *Iconografia da Guerra do Paraguai na imprensa Fluminense*, afirma que:

Durante o período de mobilização das forças militares, ocorrido após a declaração de guerra com o Paraguai, à imagem feminina foi corriqueiramente utilizada para a representação da nacionalidade brasileira. Eram, como já dissemos, figuras em suas variações clássicas- a mãe, a mátria dos positivistas; a irmã, a fátia, entidade protetora e guerreira.⁵⁵

Esse movimento de criação da Pátria por meio das “categorias” femininas foi constante nos jornais fluminenses que muito apresentaram as províncias nortistas fazendo parte da nacionalidade.

A Província de Pernambuco foi associada a uma “bela índia que, preocupada com o futuro do império”, dizia “... vamos levar a nossos irmãos do sul sangue e braços! À guerra!”. Já a legenda que acompanhava a representação da “majestosa Bahia” era claramente de uma “mãe guerreira” que ordenava: “Ide, meus filhos, esta

⁵⁴ENDERS, Armelle. O Plutarco brasileiro: a produção de vultos nacionais no segundo Reinado. *Revistas Estudos Históricos/CPDOC-Fundação Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro. V.14. Nº 25. 2000.P.52.

⁵⁵ SOARES, Pedro Paulo. *A Guerra da Imagem: iconografia da Guerra do Paraguai na imprensa ilustrada fluminense*. 2003. Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.p.82

capela cingirá os vivos, as minhas orações acompanharão os mortos; os mortos ou vivos, o Brasil espera, e eu mando, que cada um de vós cumpra seu dever"⁵⁶.

Muitos periódicos cearenses fizeram uso, principalmente, da metáfora da "mãe-Pátria" com a intenção de que novos voluntários se apresentassem. Afinal que filho ficaria surdo aos pedidos de socorros da mãe em perigo? Nesse sentido, uma poesia publicada pelo *O Cearense* ratificava o sofrimento da "mãe-Pátria":

Brando de guerra
As armas filhos da Pátria
As batalhas nos conduz
Os bárbaros que estão pisando
A terra de Santa Cruz
Motilam nossas donzelas
Como esfomados urubus
(...)
A *mai Pátria* afflicta geme
Seus gemidos a nos voou
Nos filhos estremecemos
Pela voz que zoou
Do sul pedindo socorro
Responde- o norte-eu lá vou!
(...)
Em socorro da mai Pátria
Que o norte esta chamando,
Elle manda, os filhos duros
Deixa louris a Pátria
Ao Paraguai partiu voando.⁵⁷
[...]

Nas palavras de D. Luís, salvar a "mãe-Pátria" era incumbência dos homens tementes a Deus:

[...] Vós sabeis, bem sabeis, meus carissimos irmãos que se Deus não proteger a cidade, debalde trabalham aqueles que defendem, e firmando nesse oráculo do Espirito Santo, devemos dirigir nossas súplicas consciência de catholicos, e dizer-vos: Deus o quer, meus filhos. Deus quer e manda sob pena de incorrerem em seu desagrado, que mesmo com o preço de nosso sangue e de nossa vida, coadjuvemos nossa *mai* no empenho, em que ella se acha colocada. Deus quer e manda que vinguemos a sua honra offendida e a livremos dos insultos, que visinho ingrato lhe dirigio, assacado-lhe injustiças[...]⁵⁸

⁵⁶ Ibidem.SOARES. p.85.

⁵⁷ BPMP/CE. *Jornal O Cearense*.Fortaleza, 9 de março de 1865. p.4.(Publicações Solicitadas)

⁵⁸ BPMP/CE. *Jornal Aurora Cearense*. Fortaleza, 30 de dezembro de 1965.p. 5.

O discurso que estava se construindo podia ser resumido nas palavras enfáticas do referido Bispo que atrelava “o traidor da Pátria ao matricida”⁵⁹.

A alegoria da “irmã” como evocativa da unidade geográfica e política também teve boa utilização nas “Publicações solicitadas” do jornal *O Cearense*:

Cearenses!....A causa de nossas *irmãs* [Mato-grosso e Rio Grande do Sul invadidas] é nossa cauza, é cauza do Brazil, e sem que sejais taxados de ingratos, de pérfidos, de filhos de espurias, podeis de tomar nella a mais enérgica parte.

Ninguem poderia chama-nos de miquos, temos sofrido desses pérfidos vizinhos. Temos visto nossos emissários insultados, injuriados, os nossos irmãos horrivelmente assassinados, as nossas fronteiras salteadas, os nossos trabalhos ludibriados e rasgados em praça publica[...]⁶⁰

Essas representações, durante o primeiro ano de guerra, tiveram, de certa forma, boa aceitação entre os cearenses que liam ou ouviam as notícias e os chamativos para o dever cívico.

Os combates no *front* foram outros incentivos para a Guerra. As “grandezas das batalhas” eram usadas para encorajar aqueles que ainda não tinham sido instigados ao patriotismo.

Narradas como verdadeiras epopéias, as batalhas acontecidas no ano de 1865, também fizeram parte dos esforços de arregimentação na Província cearense. Antes de começar a falar dessas narrativas heroicas, porém, é preciso primeiro entender que o Brasil até a época da Guerra do Paraguai carecia, de certa maneira, de heróis nacionais que causassem comoção no todo social.

De acordo com Maria Helena P.T. Machado, o problema da construção de uma história nacional, no século XIX, era “questão paradigmática do jovem Império transplantado nos trópicos, o vir-a-ser ‘natural’ da colônia em nação independente, portadora de uma história e geradora de um povo”. Para a autora, os debates e os esforços dos intelectuais culminaram nos anos de 1870, “só então a construção

⁵⁹ Ibidem. *Aurora Cearense*. Fortaleza, 30 de dezembro de 1866. p. 4.

⁶⁰ Ibidem. *O Cearense*. Fortaleza, 7 de fevereiro de 1865. p.3. (Publicações Solicitadas)

de um imaginário a respeito da constituição de uma raça americana entraria em marcha”.⁶¹

No tempo do Guerra do Paraguai a construção de heróis foi propícia. É possível fazer uma ponte entre esse empenho e o interesse dos articulistas cearenses que tentavam criar fortes imagens do militar cearense como corajoso e abnegado. Assim, das “memoráveis batalhas” narradas pela imprensa surgiram os heróis cearenses.

A batalha conhecida como a “tomada do forte de Paysandú”, um confronto específico entre brasileiros e *blancos* uruguaios na chamada “guerra do Uruguai”, do qual as tropas imperiais saíram vencedoras; foi celebrada na imprensa cearense como chamativo à Guerra do Paraguai. A confirmação da vitória brasileira veio no dia 2 de fevereiro de 1865, e, para celebrar este feito, um hino de autoria de Zaluar foi escrito no jornal *O Cearense*:

HINO DE PAYSANDU.

Do Brasil o pendão thrimphante
Já tremula nos muros inimigos
Ao erguer o império gigante
Seus contrários são batidos
Rufa a caixa tocando arrebate (refrão)
Eis as armas do mar e terra!
Envolvidos no pó dos combates
Entoemos os hynos da guerra
Incende-a –lhe o audaz pensamento
A vitória passara ao teu lado
(refrão)
Onde exite uma vida, em alinto
Tem a Pátria um heroe , um soldado
Nobres filhos d’indonmita raça
Em desfaca da honra ultrajada
Não resistira teu brio, uma praça!
(refrão)
E qual seu raio , em seu punho, uma espada
Contra as gordas selvagens , ferozes
Das nações o opprobio , o desdouro
Corremos a lucta velozes
Nossa fontes cingidas de louro
(Refrão)

⁶¹ MACHADO. Maria Helena P.T. Um Mitógrafo no Império: a construção dos mitos da história nacionalista do século XIX. *Revistas Estudos Históricas/CPDOC-Fundação Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro. V.14. Nº 25. 2000.p. 63-80.

Honra aos fortes que o sangue valente
Derramam no solda batalha
E morreram na anciã fremente
Da bandeira fazendo mortalha
(Refrão)⁶²

A batalha de Paysandú deu a partida para a criação de heróis locais. Na "reconquista" desse forte, futuros vultos nacionais, como o Liberal barão de Tamandaré, posteriormente almirante e símbolo-mor da Marinha brasileira, estavam em cena:

[...]Payssandu foi tomado viva a força do dia 2 de janeiro, depois de um combate de cinquenta e tantas horas, e dos sitiados haverem feitos esforços desesperados para conservar a praça.
(...) O nosso exercito mostrou muita bravura e dedicação em tão glorioso feito, no qual tomaram parte o general Mena Barreto, e o barão de Tamandaré, primeiro official, superior, que ocupou Payssandú, onde com maior entusiasmo fora arvorado o estandarte brasileiro...⁶³

Aos poucos, os heróis locais, como o coronel cearense Antônio de Sampaio, iam ocupando seus lugares, sendo homenageados nas "Ordens do dia" dos generais em chefe:

Payssandu.
Segunda a ordem do dia do general em chefe, os officiais que mais se distinguiram segundo sua parte:
- Coronel Antonio de Sampaio
- Major Antonio da Cruz Barreto
- Tenente Coronel João Sabino de Sampaio Menna Barreto
[...]⁶⁴

O primeiro ano de guerra foi, sem dúvida, muito propício para a produção de vultos nacionais e locais. Tão logo no Ceará, como no restante das províncias brasileiras, este movimento de criação de heróis propagou-se devido à questão da integridade do território brasileiro.

⁶² BPMP/CE. *Jornal O Cearense*. Fortaleza, 25 de fevereiro de 1865. p.2. (Noticiário).

⁶³ Ibidem. Fortaleza, 4 de fevereiro de 1865. p.2. (Noticiário). Devemos lembrar que o Almirante Tamandaré pertencia ao partido Liberal, por isso sua figura foi muito prestigiada no jornal O Cearense, também liberal. Tamandaré foi antes de tudo um herói liberal.

⁶⁴ Ibidem, Fortaleza, 21 de fevereiro de 1865. p.2. (Noticiário).

No editorial de 25 de julho de 1865, o jornal *A Constituição* destacou do *Jornal do Comércio* de Recife a seguinte transcrição de um "soldado anônimo":

Carta particular que contem interessantes pormenores:

[...] no ataque a Corrientes, a 25 de maio, coube-me uma parte activa e importante, mas ali só recebemos de terra bolinhas de fuzil, porem na batalha encarniçada de Riachuelo, o 11 de junho, que durou sem cessar desde 9 horas da manha até às 6 da tarde, nessa lucta sanguinolenta é que tivemos o nosso dia de gloria, pois devemos estar de porte apreciando para saltares do interno de teu peito os vivas de enthusiasmos de um coração brasileiro em presença da bravura, coragem e sangue frio com que a guarnição heróica desta canhoeira manejava a grossa artilharia, já obrigada a calar algumas peças inimigas, já fazendo voar em estilhaços a caixa das rodas e parte das bordas do vapor inimigo.⁶⁵

A exemplo da batalha de Paysandú, o combate naval de Riachuelo também foi utilizado como símbolo de evocação nacional, criando heróis locais.

Passeiata.

Antes de ontem com o recebimento da fausta noticia do brilhante feito d'armas de Riachuelo, onde nossa armada e parte do exercito que acompanhava se *immortalizaram* nossos amigos *commandantes superiores Machado, Tenente Coronel Cunha Freire, Capitão Justa (commandante interino do 1º batalhão da Guarda Nacional), Capitao Varonil*, e muitos officias da guarda nacional, promoveram uma passeiata, que com uma bella banda de muzica e grande concorrência percorreu as ruas da cidade entre repetidos enthusiasmos vivas o patriotismo, indo depois ao patio do palacio, onde o Ex. Sr. Dr. Homem de Mello chegando a varanda deu vivas de enthusiasmos ao Imperador, A Constituição, A Religião Catholica e aos bravos de Riachuelo.

A memoravel Victoria de Riachuelo merecia bem essa manifestação dos cearenses, já porque nenhum brasileiro pode deixar de enthusiasmar-se com feito tão glorioso de nossas armas, já porque tendo-se, distinguido naquela batalha tantos cearenses, como o bravo tenente Coronel Guimarães e outros, nem um cearense que saiba quanto o nome cearense foi enobrecido em Payssandú, em Corrientes, e ultimamente em Riachuelo pode deixar d' inflamar-se expandindo-se com maior effusao na celebração de feitos tão gloriosos para toda nação, e para as Províncias, cujos filhos nelles tiveram parte!⁶⁶

⁶⁵ BPMP/CE. *Jornal A Constituição*. Fortaleza, 25 de julho de 1865. p.1.

⁶⁶ *Ibidem*. Fortaleza, 26 de julho de 1865. p.3.

Além da listagem de heróis, houve, como se depreende da notícia, a intenção de disseminar a vitória em público, o que infiro ser um esforço de mobilização. Relatar as batalhas dando destaque para os heróis demonstrava o empenho das elites políticas cearenses no sentido de criar “ações pedagógicas”, que buscassem identificar o povo à nação. Só assim, havia esperanças de arregimentar e nutrir os contingentes.

Concomitantes às notícias de Riachuelo, o ato simbólico da ida do Imperador a Uruguaiana, cidade gaúcha invadida por tropas paraguaias em meados de 1865, veio a corroborar esse esforço.

Para estudiosos como Lília Schwarcz, “a presença do Imperador no campo de batalha vestido de soldado repercutiu de maneira positiva na sociedade imperial”, sobretudo, entre “a elite letrada, que fez uso simbólico da visitação para tentar angariar homens para os exércitos em operações⁶⁷”.

Na fase da “ofensiva estratégica da *Tríplice aliança* (Brasil e partes da Argentina e do Uruguai)”, os confrontos terrestres tiveram muita divulgação, tendo maior proeminência a batalha de Tuiuti, realizada no dia 24 de maio de 1866, por ser considerada “a maior e mais sangrenta” luta travada pelo Exército Brasileiro. Graças a esta, muitos cearenses tiveram o *status* de mártires de guerra, recebendo as honrarias de praxe.

Enfoquei dois cearenses, os futuros generais Tibúrcio e Sampaio, que foram(são) considerados homens extraordinários com base em seus feitos em combates, sobretudo, em suas ações em Tuiuti. Ressalto, ainda, que as diferenças sociais desses militares lhes conferiram lugares diferentes nos estandartes dos heróis. Enquanto o primeiro seria reconhecido com prestígios nacional e local; ao segundo, restou-lhe apenas esta última consideração.

⁶⁷ SCHWARCZ, Lília. *As Barbas do Imperador*. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

Antônio Tibúrcio Ferreira de Souza, filho de Viçosa do Ceará, teve uma educação militar no Colégio da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, lugar de onde embarcou para a Guerra do Paraguai.

Sempre destacado nas memórias dos militares pela sua "desmedida coragem", Tibúrcio esteve muito vivo na memória do colega de farda Dionísio Cerqueira, ex- combatente da Guerra do Paraguai, que lembrava do "infatigável" oficial cearense com muita alegria:

[...]Além de ilustrado, o moço comandante fascinava pela palavra enérgica, brilhante e fluente. Sobressaía a todos os seus comandados, pelo talento e pela bravura. Se os mandasse, com uma pequena força, outra dez vezes maior, iriam cheios de confiança, porque o comandante não dava ordens absurdas e sabia o que fazia. Todos nós tínhamos nele a fé absoluta. Inspirava-me um entusiasmo indescritível. Ainda hoje, quando me lembro dele, o pulso bate mais ligeiro e a memória povoa-me de cenas de epopéias.⁶⁸

Tibúrcio ganhou a patente de general no pós-Guerra devido à participação em importantes batalhas, entre elas, Tuiuti. Tornar-se-ia herói nacional ainda no século XIX e, posteriormente, com a influência do Exército na Primeira República⁶⁹, chegou a concorrer ao posto de Patrono da Artilharia do Exército Brasileiro.

Já o também brioso Antônio de Sampaio, nascido na vila cearense de Tamboril, de origem humilde, antes mesmo de Tuiuti, era destacado como distinto militar:

Os cearenses em Payssandu.
É geralmente sabido que a infantaria do norte e a melhor do império, e que o primeiro soldado de infantaria do norte é do Ceará. Na Tomada de Payssandu distinguiram-se alguns oficiais cearenses, dos quaes o general Mena Barreto fez menção honrosa, e entre outros o coronel Sampaio que portou com bravura que lhe é peculiar, e o capitão Frederico.⁷⁰

⁶⁸CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da campanha do Paraguai (1865-1870)*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1980. p.207. Cerqueira era admirador de Tibúrcio e ocupou quase todo o capítulo IX de suas memórias aos feitos e às virtudes do futuro general cearense.

⁶⁹ CASTRO, Celso. *A Invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

⁷⁰ BPMP/CE. *Jornal O Cearense*. Fortaleza, 21 de fevereiro de 1865. p2. (Parte Oficial)

Sua coragem e ufanismo eram bem-vistos nos relatórios militares, conforme observei num ofício expedido pela Presidência da Província Cearense ao Ministério da Guerra, em março de 1865. Neste, o presidente informava o valor simbólico que o patriota Sampaio representava para os alistamentos de Voluntários da Pátria:

[...]Em data de 13 de março corrente dirigio-me a commissao Patriótica nesta capital do alistamento de voluntarios da Pátria. Nesse officio a commissao, depois de dar conta dos bons resultados de seos esforços e deligencias, é interpretados notas de mais de 300 voluntarios- que possuídos de admiração e ufanía pela bravura e patriotismo dos discinto cearense brigadeiro Antonio de Sampaio, desejam ardentemente servir na guerra sob seo commando para receberem, dos bons exemplos, nobres estímulos[...] ⁷¹

Só a batalha "encarniçada de 24 de maio de 1866 (Tuiuti)", no entanto, colocaria Sampaio como herói provincial, apesar de "já ser apontado como modelo para qualquer exército"⁷². Por que não lhe foi legado um lugar privilegiado como aquele que fora herdado por Tibúrcio?

A resposta pode ser um pouco complicada e cheia de laços; no entanto, me arrisco a dizer que Tibúrcio, além de ser um homem ilustrado, exemplo que enaltecia o Exército Brasileiro, era também defensor dos Liberais. Esse militar ficou entre os vivos no pós-guerra e se transformou num defensor das ideias republicanas -ideais também defendidos por muitos veteranos de altas patentes.

Mesmo não tendo legado tão honroso posto, Sampaio foi um herói que a imprensa cearense reconheceu como sendo símbolo de evocação local nos momentos mais difíceis do conflito, pois, quando os ânimos patrióticos começaram a arrefecer, ainda se ouviam ovações ao "brigadeiro Sampaio" que seria lembrado em seus momentos finais, em Tuiuti, pelo "grito destemido de guerra"⁷³.

Tuiuti seria, porém, a última batalha marcada, segundo a imprensa liberal cearense, com lances heroicos. Depois dela nenhuma outra iria ser narrada com

⁷¹ APEC.Fundo: Governo do Ceará. Presidência. *Ministério da Guerra. Livro nº 149. Ofício (18/03/1865).*

⁷² CERQUEIRA.(1980).p.64.

⁷³ BPNP/CE.Jornal *Aurora cearense*. Fortaleza, 11 de novembro de 1866. p.2. Sampaio recebeu as honrarias *post mortem*: tornou-se General ainda no século XIX e, em 1962, foi consagrado Patrono da Infantaria do Exército Brasileiro.

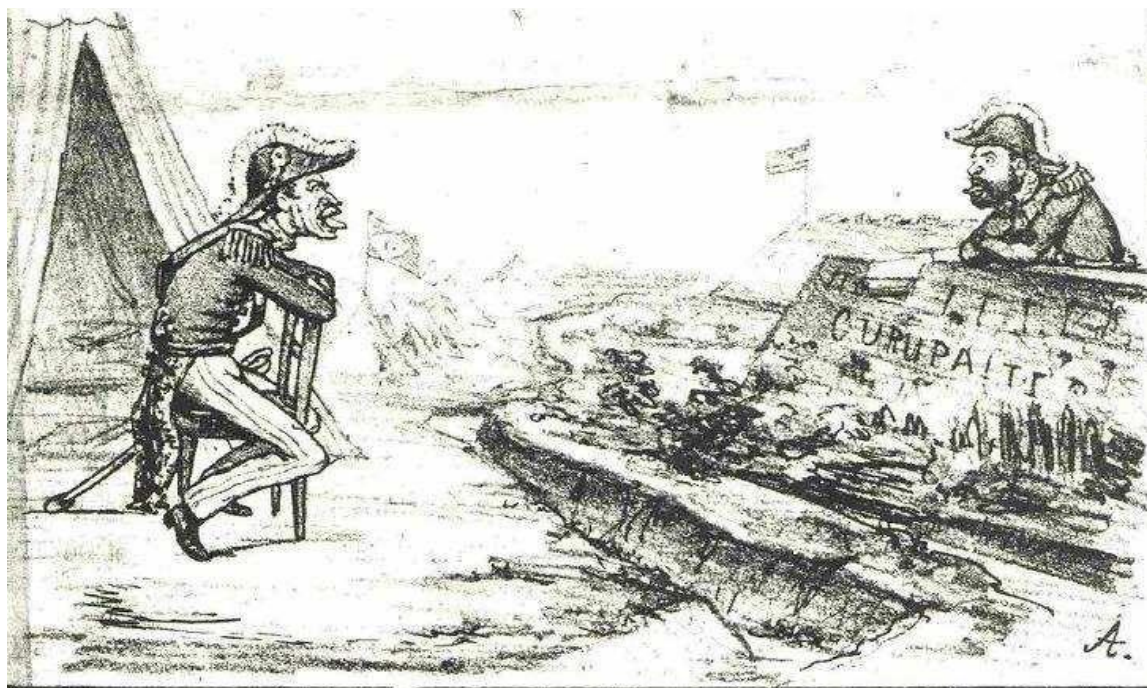
energia patriótica. Nem mesmo a vitória final em Humaitá, símbolo da resistência paraguaia, em 1868; que alguns periódicos conservadores, por exemplo, *O Jornal do Ceará*⁷⁴, tentaram recriar como epopéia; conseguiu retomar o ardor patriótico de outrora. O motivo que mais pesou foi, sem dúvida, a continuidade da Guerra, uma vez que esta significaria para a Província novas ondas de violência promovidas por “pavorosos recrutamentos” e novos sacrifícios humanos.

1.3. Mudança nos discursos: crítica à continuidade da Guerra

O apoio que a imprensa e a opinião pública cearenses deram à Guerra durou apenas até o ano de 1865, pois as invasões de Mato Grosso e do Rio Grande do Sul foram imperdoáveis. Ao se iniciar o ano seguinte, o conflito passou a ser criticado, num processo que culminou em setembro de 1866, quando as tropas aliadas saíram derrotadas na batalha de Curupaiti. A partir daí, cresceram os apelos por uma paz vitoriosa e imediata.

Percebi que um dos temas preferidos pela crítica dos jornais ilustrados sulistas foi a morosidade dos comandantes em ação. O periódico paulistano *Cabrião* publicou uma charge que mostrava uma “arenga” entre Caxias (à esquerda) e Solano López (à direita). A intenção do jornal era criticar a “guerra de posições, sem avanços, morosa”.

⁷⁴ De acordo com Raimundo Girão, o *Jornal do Ceará* estava muito comprometido em advogar os feitos e as ideias do presidente da Província, o Conservador Pedro Leão Veloso.



Ultimas noticias da guerra.

!!!!!!

Fonte: Jornal *Cabrião*. São Paulo, 26 maio de 1867.

Não foram apenas as autoridades militares que estavam no *front* que sofreram críticas por parte da imprensa. Juntamente com estas, os ministros imperiais e o próprio Imperador passaram a ser os responsáveis diretos pela continuação dos combates.

O “discreto” periódico cearense *Echo do Norte* de cunho “literário, crítico e noticioso”, manifestava sua indignação com a continuidade da Guerra, fazendo acusações diretas aos ministros imperiais:

COBRANÇA.

A Guerra.

Um pungente grito de dor se ouve por toda parte, um bonde de indignação se levanta....

Guerra!Guerra! eis o que diz o rico e o pobre, o nobre e o plebeu e todos elles, sentido os rigor e da sorte andam ansiosos esperando o belo dia, em que seja celebrada a paz....

Está , porem, já esta nos parecendo uma illusao!

Em quanto existirem homens, que marchem para o theatro da guerra, ella há de se confirmar!!!

Não, não deve ser assim.

Todos em geral brasileiros teem sido prejudicados nos seus interesses[mutilado]

É inegável que os filhos deste vasto império são bravos reconhecidos, e tanto assim quando a Pátria saltou o seu primeiro grito de guerra, todos acudiam o reclamo dela.

Agora, porem, alguns já estão descontentes, por isso, é preciso que o governo comprenetre-se de sua alta missão.

Entretanto é verdade que a corrupção vem do alto. Os presidentes das Províncias não tem culpa em cumprirem seus chefes[mutilado]

Os ministros sim, esses são os que têm toda culpa dos grandes males, que tem soffrido os filhos do vasto império de Santa Cruz. ⁷⁵

Acusações diretas ao Marquês de Caxias, futuro duque de Caxias, foram encontradas numa canção que, segundo *O Cearense*, "os soldados cantavam desalentados nos quartéis do Rio de Janeiro":

Quem chegou ate Assumpção
Acabou a sua missão
Se o Lopez ficou no paiz
Foi porque o Marquez o quis!
Quem marchar para cordilheira
Faz uma grande asneira.⁷⁶

Esse jornal, que outrora fora defensor ferrenho das causas da Guerra, passou a ser um dos mais críticos da Província cearense. Talvez sua acidez estivesse comprometida com a saída do "imperial ministro liberal e progressista" Zacarias de Góes, que antes havia prestado excelente trabalho para o Império, colocando as questões do conflito acima das questões partidárias⁷⁷. Sua demissão implicou na admissão do conservador Visconde de Itaboraí, o que representou uma derrota para os liberais. Dessa forma, é válido inferir que as mudanças dos discursos também estavam diretamente ligadas às mudanças ministeriais e, a cada contenda, mostrava-se um pouco da realidade cruenta da Guerra.

Na canção há pouco citada, vê-se que a intenção era associar o então Marquês de Caxias, membro do partido Conservador, como o grande "amolador"

⁷⁵ BPMP/CE. Jornal *O Echo do Norte*. Fortaleza, 14 de abril de 1867. p.2.

⁷⁶ BPMP/CE. Jornal *O Cearense*. Fortaleza, 8 de março de 1869. P.3.

⁷⁷ DORATIOTO (2002). p. 250-305.

da Guerra, uma vez que manter López no Paraguai era garantia da continuidade dos combates.

Para não parecer uma oposição pessoal ao monarca e seus seguidores, O *Cearense* por vezes camuflou seu repertório de denúncias, transcrevendo notícias acusatórias que atribuía a outrem. Foi o que aconteceu com a publicação de 21 de agosto de 1867, quando foi transcrito um discurso que, segundo aquele jornal, era de autoria de um “membro da Câmara”:

Guerra ou Liberdade

O senhor E. Oliver em discurso que pronunciou na Câmara disse:

Na hora, em que estamos, há dous meios de tenta: ou uma guerra, que, se não for defensiva, será nefasta para humanidade e sem proveito para o paiz, ou o estabelecimento mais glorioso de um governo constitucional e livre!⁷⁸

Não se tratava, porém, apenas de oposições partidárias, visto que entre os jornais simpatizantes do Governo imperial e de seus ministros, como o periódico *Pedro II*, havia manifestações que pediam o fim das hostilidades:

A guerra de honra, que o Brazil sustenta contra o Paraguay, tem feito passar por privações dolorosas o soldado brasileiro, que, todavia, mostra incessantemente seus sentimentos patrióticos e toda sua abnegação, com mira unicamente no completo thrimpho, que não tarda, nos campos de batalha de Assumpção, dados os gloriosos inscriptos nos annaes do patriotismo, engrandecem os povos.

A civilização e o progresso exigem imperiosamente que se termine com honra a guerra, profundamente damnosa, com Victoria decisiva contra o Paraguay, já mui enfraquecido pelas vantagens por nós alcançadas em tanto e gloriosos combates[...]⁷⁹

Interessante foi notar, que apesar desse movimento de contestação que exigia a finalização dos combates, alguns periódicos não aceitavam uma paz mediada, ou seja, uma paz oriunda de “acertos” com Solano López.

⁷⁸ BPMP/CE. *Jornal O Cearense*. Fortaleza, 21 de agosto de 1867. p. 2.(Noticiário)

⁷⁹ BPMP/CE. *Jornal Pedro II*. Fortaleza, 11 de julho de 1867. p.1.

O *Jornal do Ceará*, por exemplo, muito se indignou com um possível acordo de paz com Solano López, uma vez que a "guerra era de honra", e esta só deveria ser adquirida nos campos de batalha.

[...]As palavras do Cearense são um protesto contra aquelles, que calcinados pelo espírito faccioso e cegos pela ambição do poder, pretendem a tudo transe fazer da guerra questão partidária, ou antes arma de hostilidade contra seu paiz, oriente de destruição, para subirem sobre as ruínas, não dos adversários, mas do próprio paiz. Não há brasileiro, que não reconheça na guerra justa e santa, que o Brazil sustenta contra o tirano do Paraguay, disputa-se a dignidade do paiz, e com ella o seu futuro da nação livre e independente.

Faça-se hoje com López uma paz, para que, covardes, nos eximamos de alguns sacrifícios, e o que ficará sendo este grande império perante o mundo humilhado, abatido, e escarnecido aos pés de uma insignificante Republica?!⁸⁰

Apesar de toda essa campanha contraditória comandada pelos articulistas cearenses, a Guerra só terminou em 1870. A imprensa provincial, contudo, principalmente, a de cunho Liberal, não desistiu facilmente de sua empreitada em impopularizá-la. Para tanto, velhos e novos temas, por exemplo, os percalços dos recrutamentos na Província e as mortes dos militares cearenses, (re)começaram a ser privilegiados; assim, novos sentidos foram criados para a desmobilização.

Antes, porém, é preciso fazer um breve histórico sobre o serviço militar no Brasil em sua forma de recrutamento.

1.4. Os percalços do recrutamento

A recente historiografia nacional mostra que recrutar no Brasil nos séculos XVIII e XIX, principalmente para o Exército, foi sempre um grande problema. O recrutamento, mesmo em tempos de paz, foi um constante estorvo tanto para a maior parte dos setores abastados como para os segmentos populares.

⁸⁰ BPMP/CE. *Jornal do Ceará*. Fortaleza, 9 de janeiro de 1868.p.2.

Desde os tempos coloniais, o recrutamento era visto como "inimigo da agricultura, das artes e da família". Para os grandes proprietários da América Portuguesa, era inadmissível que as lides agrícolas, fontes de riqueza e prosperidade, perdessem seus braços para o ofício das armas. Já na visão dos pobres sem o abrigo das redes de proteção local, como trabalhadores itinerantes, agricultores, mendigos, "vagabundos", entre outros, o serviço militar era sinônimo de uma vida indigna que muitas vezes se assemelhava à escravidão, pois "o soldado não tinha a possibilidade de cuidar de suas roças, perdia a liberdade de trânsito, além de sofrer as humilhações e violências físicas na caserna"⁸¹.

Mesmo em tempos "normais", isto é, momentos em que não se registraram guerras contra nações estrangeiras⁸², ainda assim, o serviço militar para o Exército, instituição responsável para defender o território das ameaças externas cujo engajamento deveria ser voluntário, era apontado como um entrave ao desenvolvimento socioeconômico brasileiro.

Para o século XIX, alguns indícios apontados por historiadores brasileiros mostraram que muitos proprietários se aproveitaram do "terror" que o recrutamento causava no setor popular para melhor organizarem os trabalhos agrícolas.

De acordo com Francisco José Pinheiro⁸³, na primeira metade do século dezenove, o recrutamento foi um dos mecanismos mais utilizados pelos dominantes locais cearenses para submeter a população livre e pobre às lides agrícolas, mas ratifica que aquele mecanismo assumiu, fundamentalmente, postura contrária no pós-1850, com a nova conjuntura da agricultura comercial. Já Walter Fraga Filho, em estudo sobre a pobreza e vadiagem na Bahia oitocentista, fala "da satisfação de alguns senhores de engenhos baianos que se vangloriavam das consequências po-

⁸¹ WERNECK, Nelson Sodré. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. Esse autor destaca que o recrutamento para o Exército no império brasileiro se manteve nos moldes coloniais, pois ser soldado era sofrer castigo, motivo de humilhação, destino de elementos incorrigíveis ou de malfeitores.

⁸² Faço essa ressalva, porque o Ceará, nas décadas que antecederam a Guerra do Paraguai, foi palco de pavorosos recrutamentos. Os historiadores Francisco José Pinheiro e Xisley Ramos, por exemplo, falam das desordens públicas causadas pelos apresamentos de cearenses em tempos de eleições na Província.

⁸³ PINHEIRO, Francisco José. O Homem pobre/ livre e a organização das relações de trabalho no Ceará (1850-1880). *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, 1989/1990. V.1/2. Nº. 1/2. p.199- 230.

sitivas que os alistamentos a pau e corda, impostos em tempos de guerra, trouxeram para eles". O autor cita o caso do proprietário "Manuel Pinto da Rocha que, em 1871 [...]":

Relembraria com saudades da época da guerra do Paraguai, quando o medo de ser mandado para frente de batalha fez com que aparecesse grande número de jornaleiros à procura de emprego, até mesmo sujeitando-se a baixos salários.⁸⁴

Apesar dessas evidências, a ideia que prevaleceu até o final do período Imperial Brasileiro foi a de que o recrutamento era um mecanismo desorganizador dos trabalhos.

Nesse ponto, a maior parte das reclamações procedia dos setores elitizados da sociedade brasileira que se viram em confrontos com as autoridades militares, reivindicando a soltura de seus trabalhadores, geralmente escravos e/ou agricultores livres. A prevalência desses registros em documentos oficiais, deve-se ao grande incômodo que o recrutamento causava entre aqueles que detinham o poder, daí a explicação para divulgação das evidências em diferentes tipos de fontes.

Shirley Nogueira, analisando as reformas empreendidas pelo Conde Lippe implementadas na Província do Grão-Pará em 1773, que exigiam uma maior intensidade de recrutamento e preparação das tropas para eventuais combates nas fronteiras, constata a relação entre recrutamento e a desorganização das lides agrícolas, quando:

[...] colonos sediciosos de Macapá fizeram várias queixas ao governador. Entre elas, declarava-se contra o intenso serviço na fortaleza de Macapá, que impedia o trabalho em suas roças, tomando a atividade militar incompatível com a produção agrícola numa área planejada para ser exportadora de alimentos[...] ⁸⁵

⁸⁴ FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo/Salvador. HUCITEC-EDUFBA, 1996. p.77.

⁸⁵ NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. "Esses Miseráveis delinqüentes". In: *Nova História Militar Brasileira*. CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrick (Orgs.). Rio de Janeiro: FGV, 2004. p.87-110.

Fábio Mendes, estudando o recrutamento no Brasil nos períodos Colonial e Imperial em momentos de relativa paz, quando havia apenas o cuidado com as fronteiras, ressalta que a desorganização da produção e do abastecimento provocada pelo alistamento forçado representava um dos principais argumentos daqueles que solicitavam as isenções do serviço militar. Sua análise para a Minas Gerais setecentista, por exemplo, mostrou que as autoridades camarárias dessa capitania apontavam "os prejuízos para o real erário, pela diminuição dos quintos e dos dízimos". A "Câmara de Ouro Preto" estava de acordo com "os anseios de muitos colonos ricos", pois,

[...]O quão importa aos reais interesses conservar intactas as fábricas, lavouras e moradores destas Minas, por serem o coração da América portuguesa, donde não podem sair corpos militares em socorro de fronteira alguma⁸⁶.

A excelente análise de Mendes traça um panorama das dificuldades, resistências e traduções locais de que fora passível a organização militar metropolitana na América Portuguesa. Para ele, a Coroa Portuguesa não teria exercido os poderes administrativo e bélico no Brasil sem a ajuda local por parte dos colonos frente às organizações militares:

[...]as práticas de recrutamento refletem o baixo grau de burocratização do Estado e sua dependência de formas indiretas de governanças, na forma de *liturgia*. A Coroa portuguesa – e, mais tarde, o Estado imperial – não foi capaz de exercer sua autoridade de modo direto, sem bases materiais e morais da administração patrimonial. O *exercício da arte da obrigação* seria assim essencial para o exercício do poder real. A governança na esfera do recrutamento realiza-se por meio de um amálgama de modos de governo simultaneamente internos e externos às estruturas administrativas formais.⁸⁷

⁸⁶ MENDES, Fábio Faria. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX. In: *Nova História Militar Brasileira*. CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrick (Orgs.). Rio de Janeiro: FGV, 2004. p.111-138.

⁸⁷ Idem. MENDES. p.112. O conceito de *Liturgia*, segundo esse autor, é de inspiração weberiana e quer dizer formas de prestação de serviços administrativos por notáveis locais com os próprios recursos, não remunerados e voluntários. Conforme está no 3º capítulo desta dissertação, estas práticas no Ceará foram constantes e os seus praticantes visavam trazer para si uma maior negociação e o prestígio pessoal, ora junto à população local, ora junto ao poder institucional. Sobre o conceito de Liturgia Cf: MENDES, Fábio Faria. Economia Moral do recrutamento. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, 1998. V.4. Nº38. p. 81-96. (Grifei).

Como bem reflete Mendes, esse contexto de precariedade da burocratização do Estado continuou no Império, o que deu continuidade as práticas muitas vezes repugnantes de recrutamento. Sobre os efeitos funestos dos recrutamentos na primeira metade do século XIX, o autor ratifica:

[...] A caçada humana do recrutamento tinha efeito de uma praga: vilas e cidades inteiras são abandonadas, *os moços fogem, agricultura e indústrias são prejudicadas*. Põe-se em movimento no recrutamento forçado um jogo de gato-e-rato: os recrutadores usam de todos os expedientes e ardis para completar suas cotas, e os recrutáveis potenciais, de sua parte, realizam esforços desesperados de evasão ou adequação às circunstâncias de isenção [...] ⁸⁸

Denise Aparecida Moura, pesquisando o universo das décadas de 50 e 60 do século dezenove Campineiro(Campinas), chega à mesma conclusão do autor acima citado, ao constatar as conseqüências nefastas que o recrutamento trouxe para a cidade paulistana. Os alistamentos para a Guarda Nacional; força paramilitar criada em 1831, durante o período Regencial pelas classes proprietárias para inicialmente manter ou restabelecer a ordem interna do Império⁸⁹, passaram também a recair, principalmente, a partir da segunda metade *do Oitocentos*, sobre os pobres, os emigrados e os produtores de gêneros alimentícios que não gozavam de uma proteção local, portanto, recrutados em potenciais.

Moura destaca as truculências dos recrutadores, as evasões e os ardis da população recrutável, bem como os anseios dos grandes proprietários que se viram também prejudicados com as arregimentações militares. A autora ressalta também as dificuldades que naquele período incidiam sobre a população campineira, por exemplo, a não diversidade de produtos, então apontada pela falta dos gêneros produzidos pelos pequenos agricultores que, sendo recrutados, deixavam de plantar e vender seus mantimentos no mercado da cidade⁹⁰.

⁸⁸ MENDES (2004). p.125.(Grifei).

⁸⁹CASTRO, Jeane Berrance. A Guarda Nacional. In: *História da Civilização Brasileira: Brasil Monárquico-declínio e queda do Império*. São Paulo: Difel, 1974. Tomo II. V.4. p. 274-298.

⁹⁰MOURA, Denise Aparecida Soares. *Saindo das Sombras: homens livres no declínio do escravismo*. Campinas: Centro de Memória UNICAMP, 1998. p.192.

A exemplo de Campinas, em muitas localidades cearenses, a importância dos pequenos produtores (de gêneros alimentícios) para a economia provincial foi acentuada em meados do século XIX. Primeiro, a pequena agricultura dava suporte a agricultura comercial; depois a crise na produção de alimentos de primeira necessidade, nesse período, na Província, havia sido amenizada com a pequena produção.

Embora essencial, a “pequena indústria” não contava com o apoio do Estado. Nesse sentido, a imprensa denunciava a falta de amparo ao pequeno produtor:

A falta de proteção a pequena industria, que se dá particularmente a cultura de mandioca, e legumes entre nós, cujos lavradores, alem da renda do terreno, são sobrecarregados do imposto, como este que estabelece dois mil reis por alqueire de farinha, ou legumes que se exporta da Província[...]⁹¹

A imprensa também denunciava que a “falta de proteção a pequena indústria” tinha também raízes nos alistamentos forçados fora de época.

Amplamente anunciado como um dos maiores entraves (senão o maior) para o “desenvolvimento agrícola da Província”, o recrutamento ocupou várias colunas policiais e, só acontecimentos de bastante relevância nacional o tirariam das primeiras páginas.

Segundo Pinheiro⁹², nos anos de 1850, o Ceará reestruturava sua agricultura de exportação e gozava de um período relativo de paz, o recrutamento realizado naquele momento foi apontado pelos grupos dominantes como entrave para a economia provincial, visto que dificultava a organização dos trabalhos, além de “promover hábitos perniciosos, como a vadiagem”.

⁹¹BPMP/CE. *Jornal Cearense*. Fortaleza, 1857. p.1.

⁹²PINHEIRO (1989-1990). p.199/230.

[...] a maior parte dos rapazes solteiros pobres, por medo da praça, andem foragidos, ocultos, e sem persistência aos seus domicílios. Essa vida de homizio dá-lhes hábitos nômades torna-os desgostosos, indolentes, preguiçosos e viciosos.⁹³

Levando em consideração o fato de que a questão primordial nessa conjuntura era a necessidade de organização das relações de trabalho, foram vários os protestos contra o recrutamento realizado indevidamente, pois, findados os desconfortos da guerra contra a Argentina em 1852⁹⁴, a Província deveria desfrutar de um clima de "progresso e tranqüilidade" e não "vexações ou privações oriundas dos alistamentos militares".

Foi nesse clima de indignação que muitas notícias, provavelmente publicadas a mando dos poderosos locais, denunciavam as agruras do recrutamento para os pobres:

*Esta caçada é feita em todo tempo, de modo que não há garantia alguma para certa classe: porem por uma inecpcia [...] de nosso administradores, mandão agravar no principio do inverno, quando as classes pobres (sobre quem preza o tributo de sangue) estão plantando, ou mudando seus roçados e lavouras.*⁹⁵

Todos esses percalços foram intensificados durante a longa Guerra do Paraguai, uma vez que houve uma maior acentuação do recrutamento na Província, que se encontrava em pleno recrudescimento da economia comercial algodoeira e diante das promissoras plantações de café, sendo o trabalhador livre a principal mão de obra.

Cultivada, sobretudo, por braços livres, a cultura algodoeira deixaria de ser "plantação de branco remediado" ao demonstrar seus altos lucros. Muitos fazendeiros cearenses passaram a se interessar pela cotonicultura devido aos seguintes fatores: manejo fácil, baixos investimentos e o fato de os EUA, o principal

⁹³ BPMP/CE. *Jornal Cearense*. Fortaleza, 11 de dezembro de 1857.p. 2.

⁹⁴ Refiro-me ao conflito que o Brasil travou com a Argentina de Juan Manuel Rosas (1851-1852), do qual o Ceará teve participação ativa mandando tropas. Nesse período, um recrutamento intenso foi realizado na Província, tendo como resultado a ida de centenas de cearenses para o *front*. Sobre o recrutamento realizado nesse período no Ceará conferir: RAMOS (2003). Op.cit

⁹⁵ *Jornal Cearense*. Fortaleza, 05 de março de 1858. Apud PINHEIRO. p.219.(Grifei)

país concorrente, estarem ocupados em conflitos internos, a Guerra de Civil Americana (1861-1865). Com a concorrência americana estagnada, o Ceará lucrou exportando algodão também para a Europa.

A eclosão da Guerra do Paraguai não mudaria imediatamente essa conjuntura comercial do Ceará. Graças ao "ultraje" paraguaio, o momento inicial do conflito foi capaz de unir os interesses em torno da defesa da Pátria. Assim, o alistamento voluntário impediu, em certa medida, a retirada de trabalhadores agrícolas para os campos de batalhas. Esta situação, porém, se modificaria com o prolongamento dos combates e, novamente, o recrutamento seria denunciado como um estorvo nas vidas dos fazendeiros e dos agricultores pobres.

Ao romper o ano de 1866, o Ceará continuaria exportando não apenas algodão, mas, também, café, produto cultivado nas regiões serranas⁹⁶, que apresentou alguns lucros para a Província. Nesse ínterim, os discursos inflamados contra o recrutamento e em defesa do trabalhador livre estavam em voga, este encontrava respaldo nas novas formas de trabalhos rítmico e disciplinado recorrentes na Europa⁹⁷.

Por muito depender a Província cearense desse braço livre, a eclosão da Guerra do Paraguai lançou um desafio terrível para os administradores do Ceará. Durante a vigência do conflito, eles tiveram que atender as exigências tanto das autoridades imperiais, que constantemente requeriam efetivos, como as das autoridades locais, que reclamavam e alertavam para os males que os alistamentos compulsórios trariam para a economia provincial, "já que a agricultura teria os seus principais braços subtraídos para os combates".

Tornar conciliável o inconciliável foi a tarefa mais difícil para os presidentes da Província cearense, que se viram; como bem expressou Wilma Perez Costa, quando se referiu ao difícil equilíbrio do Império durante a Guerra do Paraguai; com *a espada de Dâmocles*⁹⁸ como reguladora de suas ações. Como contrabalançar anseios que por si se eliminavam?

⁹⁶ LIMA, Pedro Airton Mesquita. *A Sombra das ingazeiras: o café na Serra de Baturité (1850- 1900)*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado/UFRJ, 1999.

⁹⁷ SALLES, Iraci Galvão. *Trabalho, Progresso e Sociedade Civilizada: o partido republicano paulista e a política de mão-de-obra (1870-1889)*. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 17-73.

⁹⁸ "Dâmocles vivia na corte de Dionísio, rei de Siracusa, no século IV a.C. Como freqüentava o palácio e era amigo do rei, expressava constantemente sua cobiça pelas delícias proporcionadas pelo trono

Certamente qualquer manobra desequilibrada por parte desses representantes locais do Império poderia levar, como levou, a Província ao estado de desordens. Além disso, o administrador que demonstrasse alguma disparidade, atestaria a sua incompetência, perdendo o prestígio junto ao Imperador.

A preocupação por parte dos presidentes cearenses em obter e manter esse difícil equilíbrio foi percebida nas informações detalhadas de seus esforços. Eles evitavam ferir os interesses dos poderes local e imperial.

O relato do presidente cearense João de Mello Souza e Alvim deixou claro as dificuldades em aliar interesses distintos:

[...]compenetrado da urgência e importância do novo apêlo que então havia feito o governo, e que meu primeiro cuidado foi dirigir-se em pessoa aos diferentes municípios mais próximos desta capital ...

Apezar, porém, dos grandes esforços que empreguei para completar com a máxima brevidade possível os contingentes, *não pude superar alguns obstáculos que se me antepunham.*

De um lado, além da desorganização com que se acha a guarda nacional, sem qualificações regulares, sem a menor ideia de disciplina, acresciam as exacerbações partidárias, próprias da época eleitoral que acabamos de atravessar, de outro, o cuidado de não desfalcar a lavoura e as indústrias nascentes da Província, arrancando-lhes os braços e auxiliares de que necessitam; e tantas outras causas reunidas se collocaram entre os meus esforços e os instantes pedidos do governo para que os contingentes ficassem completos.

Todavia o Ceará não deixou de acudir aos reclamos da Pátria.⁹⁹

Xisley de Araújo Ramos¹⁰⁰, ao analisar as agruras do recrutamento no Ceará durante a Guerra do Paraguai, ratificou as aflições vividas pelas autoridades

Para mostrar-lhe o preço que se paga pelo poder, Dionísio ofereceu-lhe um requintado banquete, deixando suspensa sobre a cabeça do cortesão uma espada que pendia ameaçadoramente do teto, presa apenas por um fio delgado. Com isso, o invejoso palaciano entendeu a precariedade do poder real, e a expressão passou a simbolizar 'um perigo iminente que paira sobre a vida de alguém'. A imagem de Dâmoles se presta correta ao que quero explicar: as dificuldades que as autoridades imperial e local tiveram para manter a ordem diante de uma guerra longa que demandava um número excessivo de contingente, sendo que este também era exigido nas lides agrícolas. Qualquer movimento brusco, que pendesse apenas para um dos lados, levaria a explosões violentas de controle difícil".

⁹⁹ APEC. *Relatório apresentado pelo Excelentíssimo Exº Tenente Coronel de Engenheiro João de Souza Mello e Alvim, presidente do Ceará, ao Exº Senhor Vice-Presidente, Drº Sebastião Gonçalves da Silva, no dia 6 de maio de 1867.* p.4.

¹⁰⁰ RAMOS, Xisley Araújo.(2003). p. 149-170.

provinciais. Segundo a autora, as dificuldades enfrentadas pelos administradores foram repassadas ou divididas, sobretudo, com os comandos superiores da Guarda Nacional Cearense, visto que foi esta instituição a maior fornecedora de contingente nos momentos mais críticos do conflito¹⁰¹.

De acordo com Ramos, muitos comandantes da Guarda Nacional mostravam quão era inconveniente recrutar trabalhadores em tempo de colheita, no entanto, em última instância e maioria das vezes, essas autoridades cumpriam as ordens vindas da Presidência, pois a desobediência poderia levar a perda da patente, sendo esta perda grave, pois a sociedade cearense era hierarquizada também pelos títulos nobiliárquicos.

Ramos cita o caso do comandante superior da Guarda Nacional de Sobral, João Pereira Castelo Branco, que, apesar de se mostrar receoso em relação ao recrutamento de agricultores, procurou deixar claro que cumpriria as exigências do Presidente, realizando as designações exigidas:

[...] Parece-me prudente ponderar a V.Excelência que este tempo é o *mais inconveniente para recrutar-se, tanto pelos embaraços que causa o recrutamento aos agricultores, a quem fogem os trabalhadores indispensáveis para colheita do café e de algodão*, como porque achando-se esses trabalhadores reunidos em qualquer parte, fazem resistência a qualquer escolta e preferem morrer a entregar-se para o serviço de guerra. *Não obstante esta minha humilde reflexão cumprirei sempre sem hesitação as ordens de V.Excelência.*¹⁰²

Na hesitação do referido comandante, é perceptível a defesa da agricultura e, conseqüentemente, é notório o amparo ao trabalhador agrícola. Na imprensa essa defesa tornar-se-ia incessante à medida que a Guerra se prolongava. Em fins de 1866, o jornal *Aurora Cearense* preveniu os vexames que o recrutamento e/ou a designação para o conflito trariam para as áreas agricultáveis da Província, utilizando como exemplo o "disctrito de Mecejana":

[...] Mecejana é um é um dos disctritos mais agrícolas da capital e tendo já fornecido muitos recrutas e guardas nacionaes para os destacamentos para guerra, será vexame para os agricultores, e uma grande mal para a

¹⁰¹ DORATIOTO(2002). Op. Cit. p.195-309.

¹⁰² APEC. *Livro do Ministério da Guerra n° 149*. Apud por RAMOS(2003).p. 162.(Grifei).

agricultura a designação ou recrutamento, que por ventura se fizer ainda no referido discrição[...]¹⁰³

Em matéria publicada em janeiro de 1868, *O Cearense* narrou as conseqüências nefastas que o prolongamento da Guerra estava levando para a economia nacional. De acordo com o periódico:

[...] a guerra prolongada, onde a jorros corre o sangue brasileiro, causa a expectativa publica, e perturba todo movimento commercial e industrial do paiz, [...] O Brasil é uma nação civilizada e industrial, e *não podia de chofre arrancar do seu commercio, e da sua agricultura os seus principais elementos de produção [os trabalhadores]*[...]¹⁰⁴

Como em outros lugares do Império, boa parte da imprensa cearense se posicionou na defesa do trabalhador agrícola.

Impõe-se evidenciar, entretanto, outros entendimentos que esses discursos puderam trazer. No meu alcance, se, de um lado, ao menos no papel, havia proteção específica à agricultura, de outra parte, existia repressão ou mesmo descaso com outras atividades, a exemplo, o ofício da tipografia, que teve seus profissionais perseguidos pelos recrutadores, conforme é notório num ofício policial enviado no início da Guerra, quando a euforia patriótica estava presente. O delegado da cadeia de Fortaleza relatou ao Presidente a prisão de um tipógrafo:

Em cumprimento do officio reservado de Vex. de ontem, com exige com urgência informações de José Henrique Ferreira d'Andrade que acaba de ser prezo para recruta, estava exercendo a profissão de typographia, sendo engajado nessa qualidade em alguns dos estabelecimentos typographicos nesta cidade, passo as mãos de V Exº sete altos de perguntas feitas, dos

¹⁰³ BPMP/CE. Jornal *Aurora Cearense*. Fortaleza, 9 de dezembro de 1866. p.5.

¹⁰⁴ BPMP/CE. Jornal *O Cearense*. Fortaleza, 26 de janeiro de 1868. p.2. (Noticiário)

quaes consta ser o referido Jose Henrique tipographo[...] ¹⁰⁵

Pelo teor do ofício, há confirmação da suspeita de que este tipo de atividade era malvisto pelas autoridades da Província. A historiadora cearense Adelaide Gonçalves, pesquisando sobre as tendências políticas de vários periódicos cearenses nos séculos XIX e XX, cita o caso do Jornal "O Typographo que se apresentava como crítico, noticioso e recreativo destinado a sustentar os interesses de sua arte"¹⁰⁶, que tanta crítica fez ao recrutamento para a guerra do Paraguai, destacando sempre o "encargo de sangue" a que o povo pobre era compelido. A publicação de notícias que desagradavam as autoridades locais levou ao fechamento de tipografias e à perseguição daqueles que se dedicassem "à arte desse ofício".

1.5. As narrativas fúnebres

Lília Schwarcz afirma que a Guerra do Paraguai poderia ter findado em 1867, se o Imperador e seus correligionários não estivessem tão feridos com os escárnios da imprensa paraguaia. De acordo com a autora, a obstinação de D. Pedro II aumentava à medida que seu Império, sua família e ele próprio foram associados à escravidão, tornando-o ainda mais inflexível em sua perseguição ao "caudilho López."¹⁰⁷

A derrota aliada em Curupaiti, em setembro de 1866, produziu péssimo efeito no Brasil. A ideia de um acordo de paz com o Paraguai foi pensada na Assembleia do Rio de Janeiro. Solano López parecia disposto a negociar, no entanto, a iniciativa não teve êxito em decorrência da oposição de D. Pedro II que, "segundo os representantes britânico e português na Corte, ele se mostrou disposto a abdicar do trono, se os deputados não atendessem a seu desejo de continuar a guerra"¹⁰⁸.

Cogitou-se, ainda, que o fim das hostilidades propostas pelo Império exigia dos paraguaios rendição incondicional, o que também foi recusado por Solano López,

¹⁰⁵ APEC. *Secretaria de Polícia do Ceará. Ofícios (1865). Cx.06. Ofício (12/04/1865).*

¹⁰⁶ GONÇALVES, Adelaide; BRUNO, Alisson. (Orgs). *O Trabalhador Gráfico.* (Edição Fac- Similar). Fortaleza: Editora da UFC, 2002.p. 15-25.

¹⁰⁷ SCHWARCZ (1998). p.295-319.

¹⁰⁸ DORATIOTO(2002). p. 252.

que, sem alternativa viável, lhe restou dar continuidade aos combates.

Na imprensa brasileira, os simpatizantes do Imperador manifestaram-se contrários à paz mediada. Para alguns, essa atitude daria chances ao "ditador paraguaio de reorganizar suas tropas". Em alguns jornais cearenses, como visto, houve exemplos dessa rejeição, todavia, mais fortes eram os descontentamentos com a Guerra que entrava para seu terceiro ano, em 1867.

A impopularidade da Guerra do Paraguai iria se tornar unânime no Império a partir das notícias frequentes dos militares feridos e, principalmente, dos militares mortos. Em cada recanto do País ouviam-se lamentos, sermões e homenagens àqueles ceifados no conflito.

Sempre nas páginas iniciais dos periódicos, as notícias fúnebres se caracterizaram pela riqueza de detalhes dos sacrifícios exercidos pelos combatentes:

"Uma perda sensível"

Entre os bravos que no combate de 24 de setembro último, sucumbiram em defesa da Pátria, consta-nos o capitão João Caetano Pereira, ex-official do corpo de guarnição desta Província.

O capitão era militar inteligente, bravo e honrado... Era natural de Santa Catarina, e interlaçado aqui com uma das principais famílias desta Província. Morreu quando mais preciso fazia para sua desolada consorte, 4 inocentes filhinhos e cunhados, na maior parte orphãos, das quaes era único arrimo e amparo!

Resta o governo imperial que não condemne ao esquecimento e nem deixe o abandono a pobre família de um martyre da Pátria, que com tanto denodo e dedicação elle sacrificou-se. ¹⁰⁹

No Ceará, essas publicações funéreas foram bem aproveitadas pelos articulistas como evocativas de desmobilização. Primando pelas virtudes dos combatentes contrerrâneos, os editores lamentavam as perdas:

Trouxe-nos o Vapor Guará a infausta noticia da morte do tenente- coronel Francisco Frederico Figueira de Melo, victima de seu zelo e perícia militar.

¹⁰⁹ BPMP/CE. *Jornal O Cearense*. Fortaleza, 27 de outubro de 1867. p.1. (Noticiário)

Era um bravo, em cujo peito palpitava o amor do patriotismo, era uma das glorias cearenses que mais tarde devia ocupar uma pagina da historia desta heroyca Província.

É morto o bravo de Payssandu, o heroe do Passo da Pátria.

Fica seu nome, que, ao lembrar-nos arrancará sempre uma lagrima de saudade. Descanse sua alma na mansão dos justos.¹¹⁰

Publicações como estas intencionavam a comoção de todos, e, para tanto, davam a entender que as virtudes dos heróis cearenses, como a coragem, a obstinação e o espírito guerreiro não deveriam ser desperdiçadas nos combates cruentos de uma "guerra que era resultado do capricho de D. Pedro II".¹¹¹

Ou seja, a visão da Guerra que começou a prevalecer foi a de "sacrifício em vão", pois se dedicar num conflito que não tinha mais o sentido de salvar a honra nacional, levava simplesmente à mutilação ou à morte. Assim, os heróis de outrora começaram a aparecer como vítimas de um conflito que não tinha mais razão de ser.

Foi apostando nos significados de ruptura, medo e tristeza que a morte ensejava no mundo contemporâneo e cristianizado¹¹², que muitos articulistas liberais passaram a publicar incessantemente as mortes nos campos de batalha.

Na edição de 29 de setembro de 1867, *O Cearense*, pesaroso, publicou:

A MORTE DE UM BRAVO.

No hospital militar da Corte sucumbiu em consequência de ferimentos na guerra o nosso bravo patricio Jose Antonio Torres Bandeira, alferes do batalhão de infantaria.

O alferes Bandeira foi um dos heroes memoráveis do combate da ilha Carvalho no dia 10 de abril de 1865. Nesta luta de titãs, que constitui o feito mais glorioso de nosso exercito brasileiro, na actual Campanha, tomou o alferes Bandeira, como simples cadete que então era, a maior parte, entrando no rio com água até os peitos em busca do inimigo que fugia. Por este feito tão arrojado foi ele elogiado em ordens do dia, condecorado e promovido ao posto de alferes. Foi ali que recebeu elle ferimentos de que veio falecer, afinal, sucumbir.

Uma lagrima, cearenses, sobre o tumulo do nosso bravo patricio!¹¹³

¹¹⁰ BPMP/CE. Jornal *Aurora Cearense*. Op. Cit. Publicação do dia 9 de dezembro de 1866. P.4-5.

¹¹¹ DORATIOTO (2002). p.250-254.

¹¹² Sobre as mudanças dos pessoas diante da morte desde a Idade Média até a Contemporaneidade Cf: ÁRIÉS. PHILIPPE. *História da Morte no Ocidente*. (Tradução-Priscila Viana de Siqueira), Rio de Janeiro: Ediouro, 2003. (Primeira Parte: As atitudes diante da morte).

¹¹³ BPMP/CE. Jornal *O Cearense*. Fortaleza, 29 de setembro de 1867. p. 2. (Noticiário)

Sobre a morte do alferes Bandeira, encontrei, ainda, um ofício expedido pelo ministro da guerra, João Lustosa Paranaguá, ao presidente do Ceará, o conservador Diogo Velho Cavalcante, no qual a autoridade carioca mandava entregar o “espólio” aos herdeiros do oficial cearense morto em combate:

Declaro para vossa Ex^a, para que seo, conhecimento e execução, que nesta data determino no Director do Arsenal de Guerra que remetta para essa Província com direção a V. EX^a, o espólio do alferes do 14^o Batalhão de Infantaria Jose Antonio Bandeira fallecido no Hospital militar desta Corte em 16 de agosto [daquelle] próximo passado, afim, de ser entregue aos herdeiros daquelle official, quando esses se apresentarem habilitado para receber. João Lustosa Paranaguá.¹¹⁴

Este ofício foi publicado no jornal *O Progressista*, provavelmente a mando do presidente, Diogo Cavalcante, como prova de que o Imperador estava preocupado com a família do alferes Bandeira, mas nada foi dito sobre a pensão a qual os herdeiros tinham direito. Essas publicações, entretanto, não foram capazes de sufocar a repulsa à Guerra, uma vez que era comum entre a população encontrar alguém que havia perdido um ente querido no conflito.

As perdas humanas também foram mostradas em números que *O Cearense* apresentou na edição de outubro de 1867, fazendo referências “aos martyres da Pátria no Theatro da guerra”.

Quadro 1: Theatro da Guerra			
Oficiais mortos	8	Praças de Pret mortos e extraviados	139
Oficiais feridos	20	Contusos	37
Oficiais contusos e Extraviados	8 e 4	Feridos	223
TOTAL	40	TOTAL	399

Fonte: Jornal *O Cearense*¹¹⁵

Os números acima são bem sugestivos quando se referem aos “praças de *pret*” e aos oficiais “contusos” e “extraviados”. Estes últimos termos foram

¹¹⁴ APEC. Fundo: Governo do Ceará. Presidência. *Ministérios dos Negócios da Guerra*. Presidência do Ceará. Livro Nº 103. Ofício (03/07/1867).

¹¹⁵ BPMP/CE. Jornal *O Cearense*. Fortaleza, 26 de outubro de 1867. (Quadro feito a partir dos dados dessa edição).

utilizados para designar os militares mutilados e desaparecidos, respectivamente. A propósito, as notícias sobre as mutilações dos combatentes tiveram também seus espaços de publicações, complementando o "golpe fatal" começado pelas narrativas fúnebres.

Folhetins que contavam a volta "desonrosa" dos combatentes para casa passaram a ser publicados com uma relevante frequência na imprensa cearense. O espaço dedicado a esses escritos foi denominado de "Literatura". Neste, as críticas à Guerra beiravam o exagero de tão corrosivas que eram.

No jornal *A Constituição*, deparei um folhetim intitulado "A Recompensa de um Bravo", que fora editado em quatro partes por Tristão Júnior. Neste, o autor fala de um jovem, Frederico, que, "imbuído dos nobres sentimentos patrióticos e cheio de esperanças, foi à guerra do Paraguai lutar pela Pátria ultrajada, deixando para trás uma mãe velha e o fiel amigo Antônio, que tudo fez para impedir sua ida".¹¹⁶ A trajetória "infeliz" desse ex-combatente indicava uma evocação contrária ao conflito.

Na edição de 11 de setembro de 1867 do jornal *A Constituição*, encontrei o desfecho terrível da história de Frederico. O trecho é longo, mas merece ser citado pela riqueza de detalhes tristes da vida desse "aguerrido Voluntário da Pátria":

[...]

_Donde vem esta gente? Perguntou Antônio a um desconhecido.

_São recambiados do sul ... homens inutilizados pela guerra.

_ E chegou algum vapor?

_ Pois não... eis ali a fazenda que agora importamos.

_ Estes inválidos não trazem indenizações dadas pelo governo?

_ Qual? Quatro vintens... e um par de muletas?

_ Que miséria, meu Deus! Eis a recompensa que se concede a homens destemidos, bravos e entusiásticos... iludidos, instigados em seus nobres sentimentos, porque realmente os teem, deixam-se levar, julgando deffender alguma causa justa, e voltam depois convencidos de que se sacrificaram por um phantasma, se milagrosamente escapam ao matadouro insaciável.¹¹⁷

A conversa fora interrompida, segundo o relato jornalístico, porque Antônio avistara Frederico:

¹¹⁶ BPMP/CE. Jornal *A Constituição*. Fortaleza, 11 de setembro 1867. p.1. O Folhetim teve publicação nas edições dos dias 11 e 18 de setembro de 1867.

¹¹⁷ Ibidem. Fortaleza, 11 de setembro de 1867. p.3.

_ Frederico!
_ Antonio !
_ Não morreste! Ainda é vivo!
_ Milagrosamente!
_ Oh, meu amigo a alegria que se apodera de mim é indefinível.
_ Diz-me ... como vai minha pobre mãe?
Um suspiro profundo.
Frederico não era mais o rapaz esbelto de outrora, era aleijado. Duas muletas o sustentavam no andar, porque tinha perdido a perna pelo tronco. Um gilhivaz desfigurava-lhe o rosto; a mão esquerda era destituída da metade dos dedos.
_ Meu amigo, meu amigo! Gritou Antonio pondo-lhe para frente.
Examinando de alto a baixo...
_ Fostes bem desgraçados. Lastimado é teu estado...
_ Ah... muitos foram os meus sofrimentos. Hoje, estou completamente arrependido do passo que dei. Tinhas razão... tinhas razão[...]¹¹⁸

O relato termina com as lástimas de Frederico.

_ Regressei a terra natal desfigurado, aleijado, sem que ao menos se fizesse uma menção honrosa de meu nome. Graças, sejam dadas a Providencia por não ter infamado expellido do exercito.
_ ... Tua historia -reflexionou Antonio quando Frederico terminou a narrativa de suas desventuras -sirva de exemplo para os incautos. Saibam todos qual é a recompensa de um bravo!¹¹⁹

A história é triste e, claramente, visava a causar impacto na sociedade no sentido de dar um basta na Guerra. Porém, mesmo diante de tanta pressão e aversão, houve quem ainda atendesse a causa patriótica com esperanças de dias melhores. Certamente, as razões para tais atos foram bem peculiares e pouco tiveram a ver com patriotismo.

¹¹⁸ Ibidem. 11 de setembro de 1867. p.4.

¹¹⁹ Ibidem. 18 de setembro de 1867. p.5.

2º CAPÍTULO

2. Urdiduras da mobilização voluntária na Província do Ceará: compromissos, negociações e resistências

A preocupação em denunciar a violência do recrutamento durante a Guerra do Paraguai tem prejudicado os estudos sobre o voluntariado. A ação coativa das conscrições não explica, por si, o quantitativo de 135 mil soldados brasileiros, sendo que 55 mil eram voluntários¹²¹. No momento inicial, houve entusiástica e surpreendente resposta ao Governo Imperial e, no Ceará, não foi diferente, pois as descrições das partidas e dos alistamentos registrados em vários documentos, a exemplos de jornais e relatórios militares, indicavam tudo, menos coerção. Se, de um lado, o conflito pôs em risco a vida de milhares de combatentes, de outro, produziu um inimigo comum e concreto que mobilizou sentimentos poderosos.

Evidentemente, é preciso distinguir os vários momentos da Guerra, não ignorando, por exemplo, que seu prolongamento diminuiu os arroubos patrióticos, fazendo com que ressurgisse, em consequência, a violência do recrutamento.

No Ceará, a partir do segundo ano de guerra, principalmente, vários homens se alistaram como voluntários pelo fato de reconhecerem que esse ato era bem-visto pela sociedade, haja vista a falta de contingente nas fileiras dos exércitos em combate. Dessa constatação, nascia a esperança de que a ação voluntária anulasse problemas particulares. Assim, muitos indivíduos passaram a demonstrar seu amor à Pátria ao se alistarem por vontade própria para o conflito. Neste capítulo, a narrativa está permeada também por esse caráter de *solução* de que fora passível a Guerra.

Narro as experiências de sujeitos socialmente marginalizados, como criminosos e escravos, que enxergaram o conflito de forma positiva, a saber: esperanças de dias melhores e de liberdade.

¹²⁰ CARVALHO, José Murilo. *Pontos e bordados*. Belo Horizonte. Editora UFMG, 1998.

2.1- Voluntários e voluntaristas da Pátria

Os primeiros esforços para a Guerra do Paraguai, apesar de desorganizados, contaram com a adesão de vários setores da população e com forte publicidade na imprensa. Comparando as estatísticas contidas nos documentos oficiais com a produção jornalística local, comprovei que o primeiro corpo de voluntários (do Exército), composto de 466 homens, foi enviado no início abril de 1865; e, em menos de um mês, o 2º corpo de voluntários (da Pátria) enviado contava com 200 militares.¹²¹ É possível pensar que muitos cearenses foram lutar por um ideal de nação que naquele momento começava a se construir.

Segundo o Relatório de julho de 1868, o Ceará chegou a mandar até essa data 5.047 soldados para os campos de batalhas, sendo que 1.037 desses homens eram voluntários¹²². Alguns historiadores chegaram a afirmar que a Província arregimentou mais contingente do que Minas Gerais, possuidora de maior população.¹²³

O desenrolar desse conflito gerou consequências sociais peculiares em cada província brasileira, principalmente quando ele ultrapassou a duração curta prevista pelo Imperador e seus ministros. O artigo 14, do Decreto do Voluntários da Pátria, nº3.371, que exigia alistamento em poucos meses, não foi cumprido à risca.

[...]

ART.14- Gozarão de todas as vantagens aqueles que na corte e Província do Rio de Janeiro se apresentarem dentro do prazo de 60 dias, nas Províncias mais próximas no 3 meses e nas mais remotas 4 meses contados da data deste Decreto, nas respectivas capitais.¹²⁴

¹²¹ APEC. *Relatório apresentado pelo Dr. Lafayette Rodrigues ao Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello* em 10 de junho de 1865.p.11. Fortaleza: Typografia Progresso, 1865.; GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. Fortaleza: Editora do Instituto Histórico do Ceará, 1962. (2ªedição).

¹²² APEC.*Relatório apresentado pelo Excelentíssimo segundo Vice-Presidente Gonçalo Baptista Vieira ao Vice primeiro Presidente Antônio Joaquim Rodrigues Junior em 31 de julho de 1868*. Fortaleza: Typografia Progresso, 1868.p..7.

¹²³ SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. *História da Escravidão no Ceará*. Fortaleza: Instituto Histórico do Ceará, 2002; MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império 1871-1889*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1985. p71.

¹²⁴ COSTA, Wilma Perez. *A Espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e crise do Império*. São Paulo: HUCITEC, Unicamp, 1996.

Na visão das autoridades militares cearenses o tempo estipulado pelo referido Decreto "estava no alcance da Província". As perspectivas eram as de que muitos sujeitos viessem a se alistar. No início da Guerra, isso aconteceu.

Os anúncios de oferecimentos em massa de voluntários da Pátria, por vezes, foram registrados na imprensa cearense:

[...]
Hoje, no palácio do governo, juraram bandeira 50 cidadãos que espontaneamente se ofereceram para o serviço da guerra. É possuído os nomes dos nossos distintos patrícios, que enobrecem a si e a sua terra natal com acto de patriotismo¹²⁵.

O corpo de Polícia da Província deu prova de seu patriotismo quando de imediato organizou seu corpo de voluntários:

Tenho a honra de comunicar a V.EX em resposta ao aviso de 19 de janeiro ultimo, que o corpo de policia desta Província offereceu-se para o serviço da guerra e de conformidade com ordens necessárias para que elle esteja prompto a marchar na primeira opportunidade[...]¹²⁶

Em março de 1865, orgulhoso, e dando parecer de que era um bom administrador, o presidente do Ceará oficiava ao ministro da guerra "o patriotismo e a bravura dos cearenses", ao relatar o benefício que o engajamento do veterano Antônio de Sampaio trouxe:

Tenho a honra de passar, as mãos de Vex^o uma copia do officio que em data de 13 de março corrente dirigiu-me a comissão patriótica encarregada nesta capital do alistamento de voluntários da Pátria. Nesse officio a commissao, depois de dar conta dos bons resultados dos seus esforços e diligencias, é interpretados notas mais de 300 voluntarios que possuído de admiração e ufanía pela bravura e patriotismo do distincto cearense Brigadeiro Antonio de Sampaio, desejam ardentemente servir na guerra sob seu commando para receberem dos bons exemplos um nobre estímulo, da experimentada perícia proveitosas liccoes. submetido a este pedido a alta consideração de Vex, satisfaça ao que de mim solicita commissao; e o governo imperial, que conheça o merecimento do Brigadeiro Antônio de Sampaio e sabe apreciar as conveniências do serviço publico[...]¹²⁷

¹²⁵ BPMP/CE. Jornal *O Cearense*. Fortaleza, 14 de fevereiro de 1865. p.2. (Noticiário).

¹²⁶ APEC. Fundo: Governo do Ceará: Presidência. *Ministério da Guerra. Nº 149. Série/ Ofícios expedidos e recebidos*. Ofício enviado em 16/02/1865.

¹²⁷ *Ibidem*. *Livro do Ministério da Guerra. Livro Nº149*. Ofício enviado em 18/03/1865.

Alguns alistamentos voluntários no Ceará foram paradigmáticos. "José Couto", que havia voltado da peleja em razão de ferimentos graves, "tendo melhorado sensivelmente de sua saúde não quis aproveitar-se do favor, licença do serviço militar, que lhe fora concedida, dando parte pronto para marchar para o sul"¹²⁸. O jovem "de boa família Israel Bezerra de Meneses, tomado pelo ardor patriótico", além de mostrar o desejo de ser combatente, comprometeu-se com a Presidência cearense para organizar passeatas com o intuito de angariar voluntários¹²⁹. O jornal *O Cearense*, em fevereiro de 1865, enfatizou "o alistamento de alguns índios que se ofereceram como voluntários"¹³⁰.

Observa-se, no primeiro ano de guerra, uma mobilização em torno da salvação da Pátria. O que interessa, no entanto, é refletir sobre o fato de que, mesmo quando o conflito se tornou impopular devido a sua demora, foram encontrados exemplos de patriotismo. De acordo com o teor de um ofício enviado pelo ministro da guerra, João Lustosa Paranaguá, à Presidência cearense, no limiar do terceiro ano de combate, "a bravura do povo do Ceará" podia ser descrita no ato de um capitão voluntário cearense:

[...]

Seguindo nesta ocasião para essa Província o Capitão Voluntário do 26º Batalhão de voluntários da Pátria Francisco Brígido dos Santos, julgado incapaz do serviço da guerra em consequência de ferimentos recebidos em combates e desejando o mesmo capitão prestar ainda ali algum serviço, assim o comunico a Vex^o tomar esse pedido na consideração que merecer.¹³¹

Um dos exemplos mais autênticos de patriotismo foi dado pela jovem cearense Jovita Alves Feitosa, então com apenas dezessete anos de idade, que se "vestiu com trajes masculinos e tentou se alistar como voluntário da Pátria na Província do Piauí, para combater no Paraguai".

¹²⁸Ibidem. *Livro do Ministério da Guerra. Nº. 149*. Ofício enviado em 20/10/1865. APEC.

¹²⁹ BEZERRA NETO, Eduardo. O Primeiro Voluntário da Pátria: notas e transcrições. In: *Revista do Instituto Histórico do Ceará*. Tomo. 81, 1967.

¹³⁰ BPM/CE. *Jornal O Cearense*. Fortaleza, 06 de setembro de 1865. p. 2/3. (Noticiário)

¹³¹ APEC. Fundo: Governo do Ceará. Presidência. *Ofícios do Ministério da Guerra. Livro Nº 103*. Ofício enviado em 19/01/1866.

Ainda hoje há controvérsia sobre sua morte. Para autores como Raimundo Girão¹³², Jovita teria se frustrado por não ter sido aceita nas tropas como a "farda" de Sargento, que recebera inicialmente, tendo cometido suicídio na cidade do Rio de Janeiro; já para Kelma Matos¹³³, a jovem cearense teria morrido em 1867, em solo paraguaio, em batalha, sendo mais simples acreditar no suicídio¹³⁴. Sabe-se ao certo é que seu desejo de ir à Guerra como militar gerou polêmicas na sociedade brasileira. Muitos periódicos, cearenses e cariocas, registraram tanto aclamações como descontentamentos de homens que se sentiram afrontados em sua "honra" com a atitude da moça.

Na imprensa cearense, a imagem de Jovita foi preservada como símbolo de patriotismo e bravura, contudo, tacitamente, havia uma recusa em aceitar a jovem como militar.

O jornal *O Cearense*, por exemplo, em agosto de 1865, logo após a partida da jovem para a Corte, transcreveu do *Diário de Teresina* uma notícia intitulada "voluntária da Pátria", cujo conteúdo enaltecedor dizia:

Apresentou-se nessa cidade uma interessante rapariga de 17 annos de idade, do typo indyo, *natural dos Inhamuns*, vindo de Jaicos, desta Província, trajando vestes de homem rude, e offereceu-se ao Ex. presidente – como voluntária da Pátria[...]quando descoberta... Confessou seu desfaze envergonhada –chora porque teme não seguir mais seu intento, e pede encarecidamente que a aceitem como voluntária. Seu maior desejo diz ella é bater-se com os monstros que tantas afrontas tem feito suas irmãs de Mato Grosso, e vingalhes as injurias ou morrer nas mãos desses tigres sedentos[...]

Talvez que nossa voluntária faça actos de bravura , e qual outra Maria Quitéria de Jesus da guerra da Independência na Bahia, venha a merecer , como aquella mereceu do primeiro reinado, uma banda de official e uma medalha da ordem honorífico¹³⁵

¹³² GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. Fortaleza: Editora do Instituto Histórica do Ceará, 1962. (2º edição). p.214-220.

¹³³ MATTOS, Kelma. *Jovita Feitosa*. Fortaleza: edições Demócrito Rocha, 2001.

¹³⁴ Idem. .

¹³⁵ BPM/CE. *Jornal O Cearense*. Fortaleza, 18 de agosto de 1865. p.4. (Noticiário)

Ao mesmo tempo em que *O Cearense* elogiava a atitude de Jovita, dando a entender que seu ato deveria ser seguido como exemplo por muitos homens que ainda não haviam se alistado, mostrava também a dificuldade que a jovem cearense teria que enfrentar para se engajar entre os militares. Algumas semanas após essa notícia, outra veio. De maneira mais clara, o jornal apontava que a moça não deveria prestar serviços como combatente:

Heroína brasileira- É este o nome que o povo deu a Jovita Alves Feitosa , de 17 annos, natural dos Inhamuns , na Província do Ceará, que, como se lê em uma noticia há dias demmonstra-se transcripta na Imprensa de Therezina, acompanha o corpo de voluntários do Piauí, como praça e segundo nos informam no posto de 1ª sargento, cujas insígnias usa[...]

Houve como estava anunciado, o espetáculo em honra da heroína[...]

Sem duvida nenhuma os serviços d’esta interessante moça hão de ser muito aproveitados na campanha, *embora não sejam elles prestados nas fileiras dos combatentes*. A sua abnegação, e o seu patriotismo estão altos e merecem todas essas honras que o publico em seu justo entusiasmo lhe tem prodigalisados, o que de coração appaludimos. ¹³⁶

Segundo Kelma Matos, em alguns periódicos da Corte, o sonho de Jovita em ser militar provocou a ira de alguns cidadãos cariocas que não se calaram diante do ato da moça. O *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, apesar de ter publicado com “admiração notícias sobre o belo sexo de algumas Províncias que se ofereceram para o serviço da guerra”¹³⁷, intensificou em seus noticiários conteúdos pejorativos em que a jovem era criticada por assumir papel masculino. Em 14 de setembro de 1865, o referido periódico transcreveu uma notícia na qual o autor assinava pelas iniciais JMC, que dizia:

¹³⁵ BPM/CE. *Jornal O Cearense*. Fortaleza, 18 de agosto de 1865. p.4. (Noticiário)

¹³⁶ Ibidem. 30 de agosto de 1865. p.3. (Grifei)

A ofensa mais grave a dignidade dos homens que se prezam e à daqueles que militarão é sem dúvida a presença da Jovem Jovita Feitosa nas fileiras do segundo batalhão de voluntários do Piauí ... A mulher poderá servir quando muito para fornecer um outro cartucho, um ou outro cantil dá água... *mas não poderá jamais lançar mão de um sabre e bater-se quando se apresentam as ocasiões[...]*¹³⁸

Postura semelhante encontrava-se nas memórias do engenheiro brasileiro Alfredo de Taunay, que participou da Guerra do Paraguai. Para ele o "comandante Polidoro, homem de muito juízo e bom senso, fez muito bem não consentindo na partida daquela patriota (Jovita) como soldado."¹³⁹

Segundo o historiador Gustavo Barroso, o Ministério da Guerra enviou um ofício em 16 de setembro para o comando do Batalhão de Voluntários do Piauí, impedindo o alistamento de mulheres como praça em qualquer corpo e claramente opondo-se ao alistamento de Jovita:

Não havendo disposição alguma que permita as mulheres terem praça nos corpos do Exército, nem nos da Guarda Nacional, ou de voluntários da Pátria; não podem acompanhar o corpo de comando de V.S com o qual veio a Província do Piauí a voluntária Jovita Alves Feitosa na qualidade de praça do mesmo corpo, mais sim como qualquer outra mulher das que se admitem a prestar junto aos corpos em campanha aos serviços compatíveis com a natureza do seu sexo, serviços que podem levar a referida voluntária tão digna de consideração, como os louvores o tem sido pelo seu patriótico oferecimento [...]

¹⁴⁰

¹³⁷ MATTOS (2001). p.22

¹³⁸ *Jornal do Comércio*. Apud.MATTOS (2001). p.21-22.(Grifei).

¹³⁹ TAUNAY, Alfred D'Escrognolle. *A Retirada da Laguna: episódios da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia das Letras, 1997. p. 119.

¹⁴⁰ BARROSO, Gustavo. *A Margem da História do Ceará*. Fortaleza: UFC - Programa Editorial ,2000.

Nesse íterim, o referido Ministério oficiou para o Presidente cearense a seguinte proibição: "Fico na intelligencia de que não devam aceitar os offercimentos de mulheres para marcharem como praças em qualquer força, para o theatro da guerra, conforme V.Ex^o declara na circular de 15 de setembro ultimo"¹⁴¹.

Esse tipo de ação tinha como objetivo coibir a liberdade de ação de outras mulheres. Barroso narra ainda o caso de "Sinhá Mariquinha, uma mulher dos sertões da Província de Alagoas", que a exemplo de Jovita Feitosa "tentou ingressar nas forças armadas, vestida de homem, e, quando descoberta, foi humilhada e apedrejada pelos seus conterrâneos em decorrência de sua ousadia".¹⁴²

Embora o comportamento de Jovita Feitosa tivesse sido cultuado, o peso de sua ação trouxe consequências negativas. Se o seu sonho era embarcar como combatente, teve que encarar alguns dissabores, como o de não poder ir à Guerra como soldado e muito menos ter seu corpo enterrado na Província, como o seu conterrâneo Antônio de Sampaio.

No episódio do suposto falecimento de Jovita Feitosa na capital do Império, Rio de Janeiro, foi possível perceber que o preconceito rompeu as barreiras da vida para também entrar na morte. De forma sutil, o *Jornal do Comércio* fez um convite para missa da *infeliz* moça:

A TERRA LHE SEJA LEVE.

Na igreja da Lapa dir-se-á uma missa pelo eterno descanso da infeliz Jovita Feitosa, amanhã terça-feira, 15 do corrente, às oito horas-Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1867.¹⁴³

Na Imprensa cearense, a morte de Jovita também não teve muita repercussão. O jornal *O Cearense* publicou um anúncio tímido sobre seu falecimento, lamentando o destino trágico da moça:

¹⁴¹ APEC. Fundo: Governo do Ceará: Presidência. *Ministerio da Guerra. Livro n°149*. Ofício enviado em 17/09/1865.

¹⁴² BARROSO, Gustavo. *A Guerra do López 1864-1870*. Fortaleza, Secult, 2000. p.19/25.

¹⁴³ *Jornal do Comércio*, 14 de outubro de 1867. *Apud* MATOS(2001).p. 51.

A VOLUNTARIA DA MORTE

É o título de um folheto que acaba de ser publicado na Corte, narrando a vida laboriosa e fim desastrozo *da infeliz voluntária cearense* Jovita Feitosa. *O produto dessa publicação será aplicado em favor da sepultura desta desditosa creatura, tão digna de uma melhor sorte.*¹⁴⁴

Observa-se pelo teor da publicação que ela nem mesmo teve uma sepultura digna de sua valentia. Meses antes de sua morte, o corpo do general Antônio de Sampaio, seu conterrâneo, havia recebido atenção e apreciação de muitos deputados da Assembleia Cearense que desejavam enterrá-lo como herói:

Em resposta ao officio que VEX. me dirigio em data de 13 de março próximo passado sob n. 36, communicando que a Assembléia Legislativa dessa Província consignou uma verba para a translação dos restos mortais do General Antonio de Sampaio, da cidade de Montevideo para capital dessa mesma Província, declaro a VEx^o que nesta data que preste os seus bons officiais, quando forem reclamados para a realização de tão nobre e patriótica resolução.¹⁴⁵

Percebe-se que muitas demonstrações de amor à Pátria foram dadas pelos cearenses e, como se vê, nem sempre valia a pena superar obstáculos em vida para lutar pela "nação em construção".

Apesar desses sacrifícios, havia o receio de que essa euforia patriótica rareasse, já que o ofício das armas exigia muitas privações da parte do militar, por exemplo, a distância da família. Este distanciamento dificultou muito o alistamento no Ceará, sobretudo a arregimentação da Guarda Nacional, pois, desde o início, esta "não havia mostrado vontade de acudir a Pátria", porque até então não "era seu dever de ofício", sendo necessário utilizar "meios coercitivos para imprimi-la ao cumprimento dos deveres cívicos"¹⁴⁶. Além disso, é provável que a violência das conscrições da guerra contra a Argentina (1851-1852), conflito contra Rosas, ainda estivesse clara na memória popular, o que poderia dificultar o voluntariado. Era

¹⁴⁴ BPMP/CE. Jornal *O Cearense*. Fortaleza, 15 de novembro de 1867. p.1. (Noticiário). Vale ressaltar que Jovita morreu em 1867, e a dúvida está em saber se foi no Brasil ou em combate no Paraguai. (Grifei)

¹⁴⁵ APEC. Fundo: Ministério da Guerra. Presidência. *Offícios dos Negócios da Guerra. Livro N° 103*. Ofício enviado em 07/03/1867.

¹⁴⁶ Ibidem. *Livro N°103*. Ofício enviado 11/08/1865.

necessária uma legitimação moral por parte da sociedade civil.¹⁴⁷

Isto posto, "cidadãos cearenses" convocavam reuniões e comícios em lugares públicos com o intuito de legitimar e nutrir a ideia de que a Guerra era "justa", porque a Pátria "gemia" e necessitava da ajuda de seus filhos.

O Dr Manoel de Souza Garcia foi muito citado na imprensa cearense da época como um dos principais articuladores da causa nacional. Segundo o noticiário:

O abaixo assignado não podendo deixar de ceder ao precedente que já abriu aqui para sua conducta diante dos gemidos da Pátria, vivamente lembrado dos thesouros de patriotismo, que vossas almas encerram e que sabeis fazer patentes na praça publica, voando ao mais brando reclamo, roga-nos em nome dessa mai, que tanto precisa hoje de sacrificios dos seus filhos, que multipliqueis as vossas manifestações enthusiaslicas para que o sentimento patriótico não arrefeça, quando deve arder mais, e vos propõe uma segunda reunião de todos os cidadãos no lago da Sé, amanhã (domingo) pelas 7 horas da noite.

A nobre imprensa d'esta Província muito de deve a este respeito.
Manoel de Souza Garcia¹⁴⁸

O resultado dessa reunião, segundo o jornal *O Cearense*, foi positivo, pois "o povo dirigiu-se para o palácio do governo num cortejo interessante":

Manifestação Patriótica.

Domingo a Noite, o povo reuniu-se no adro da Sé a convite do Sr. Drº Garcia, para darem ainda uma vez publico testemunho do sumo interesse que toma pela causa nacional. Depois de ter falado o Sr. Drº Garcia, dirigiu-se o povo para o palacio do governo, acompanhado dos muzicos da policia e educandos [...]. O senhor Antonio Bezerra de Meneses recitou uma linda poesia, que abaixo publicamos a qual foi acolhido com estronдозos aplauso.¹⁴⁹

¹⁴⁷ Sobre o recrutamento no Ceará Cf: RAMOS (2003). Capítulo 3.

¹⁴⁸ BPMP/CE. *Jornal O Cearense*. Fortaleza, 11 de fevereiro de 1865.p.3. (Publicações Solicitadas)

¹⁴⁹ Ibidem.14 de fevereiro de 1865. p.2. (Noticiário).

A descrição jornalística ora mencionada anuncia aglomerações grandiosas cujos partícipes eram organizados. Havia evidente exagero nessas descrições, porque a ambientação descrita não era pertinente à capital cearense, Fortaleza. Esta, aliás, teve o seu cotidiano alterado com a chegada das tropas voluntárias, que ficavam aquarteladas na cidade à espera do embarque à Corte. Um ofício da Secretaria de Polícia informava que:

Foi presa por ordem do delegado de policia Innocencia de tal, moradora no oiteiro da Prainha[da cidade de Froteleza], pelo facto de ter havido em sua casa um samba pelas 8 horas da noite, no qual houve um grande conflito, provocado por alguns praças do corpo de voluntários, por ocasião de ter ali apparecido o guarda nacional Alexandre Ferreira Moura, com o fim de cobrar uma pequena quantia da dita Innocencia, o qual entrou o mesmo guarda nacional apagou a luz, travando uma lucta, de que sahio gravemente[...]¹⁵⁰

É interessante salientar que, à época da Guerra do Paraguai, ser patriota no Ceará significava contribuir de alguma forma para a “causa desse conflito”. Certamente o alistamento voluntário era o maior sacrifício de um sujeito, mas não era o único. Seguindo deste “ato de nobreza”, as contribuições financeiras e intelectuais também foram apreciadas pela sociedade cearense.

Muitos homens aumentaram seu prestígio perante as autoridades com feitos “cívico-financeiros em prol da Guerra”. Em nome do Governo Imperial, o cidadão Manoel José de Moura.

Acaba de offerecer ao governo imperial, para despesas da guerra do Paraguay a quantia de 250 mil reis, importância das despezas feitas com o transporte de 38 guardas nacionais designados para o serviço da guerra, acompanhados das praças que escoltarão em sua barca Napoleão. [...]¹⁵¹

¹⁵⁰ APEC. *Secretaria de Polícia da Província do Ceará. Ofícios/1865. Cx. 06.* Ofício enviado em 19/04/1865.

¹⁵¹ APEC. Fundo: Governo do Ceará: *Ministério da Guerra. Livro N°149.* Ofício enviado em 11/02/1867.

O proprietário de terras, negociante de secos e molhados e capitão da Guarda Nacional de Aracati, Antônio Cândido Antunes de Oliveira, futuro Barão de Messejana, foi um dos nomes que repetidas vezes encontrei em jornais e documentos militares pelos atos patrióticos. Primeiramente, ele ofereceu "o seu filho para o serviço da guerra"¹⁵² e depois:

[...] offerceo para as despesas da guerra em um officio de 4 do corrente , a quantia de quatrocentos setenta e três mil reis, importância de despesas daquelle município, desde de 19 de janeiro ultimo até 4 deste mez. Não é a primeira vez que aquelle digno official faz doações ao governo da guerra, e pois julgo do meo dever levar mais esse acto de patriotismo ao conhecimento de VEx^o que se digne de torna-lo na consideração que merece [...]¹⁵³

Sempre tratado como patriota, Antônio Cândido foi um "voluntarista da Pátria", um praticante de voluntariamento¹⁵⁴, isto é, oferecia prêmios em dinheiro àqueles que se apresentassem como voluntários. Suas ações perante as autoridades só aumentavam seu patriotismo:

[...]
Segue para a capital o portador José Gonçalves Malheiro, que se apresentou voluntário da Pátria, ao qual dei eu e o capitão Antônio Cândido de Oliveira a quantia de cem mil reis de gratificação, como consta do recibo incluso, tendo elle sido engajado e adquirido por mim.¹⁵⁵

Outra figura que por vezes fora citada em jornais da época como contribuinte das "causas da guerra" foi o negociante de escravos Manoel Antônio da Rocha Júnior. O tesoureiro da Caixa de Socorros da Província, José Francisco de S. Albano, dizia ter:

¹⁵² BPMP/CE. *Jornal O Cearense*. Fortaleza, 20 de julho de 1865. p.4.(Noticiário).

¹⁵³ APEC. Fundo: Governo do Ceará: Presidência. *Ministério da Guerra. Livro N° 149*. Ofício enviado em 22/02/1865.

¹⁵⁴ Sobre a prática de Voluntariamento Cf: IZECKSONH, Vitor.O Recrutamento Militar durante a Guerra do Paraguai.In: *Nova História Militar Brasileira*. CASTRO, Celso, Izecksonh, Vitor, KRAYY, Hendrick (Orgs.).Rio de Janeiro: editora FGV, 2004; e SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania*.São Paulo: Paz e Terra,1990. Segundo Salles(p.35-75), havia pessoas que ofereciam prêmios em dinheiro àqueles que se apresentassem como voluntário, o que demonstrava que existia um movimento no sentido de voluntariamento.Dessa forma, homens, como Antônio Cândido, que pagavam a outrens para se tornarem combatentes voluntários, praticavam voluntariamento e aqueles que recebiam as pagas estavam se voluntariando. Os homens que praticavam o Voluntariamento também ficaram conhecidos como Voluntaristas da Pátria.

¹⁵⁵ APEC. *Ofícios da Guarda Nacional: Aracati. Cx.04*.Ofício enviado em 29/11/1866.

[...] [Recebido] dos Srs. Antonio da Rocha Junior & Irmãos , encarregado de cobrança da subscrição promovida entre alguns portuguezes desta cidade, a favor das famílias pobres dos voluntários e mais praças do exército, que embarcaram para o sul, a quantia de seiscentos e treze mil reis[...]¹⁵⁶.

Formaram-se também as comissões patrióticas que se organizavam em prol da Guerra, disponibilizando quantias altas para as despesas financeiras e assumindo o compromisso de sustentar suas doações até findarem os combates. Em 1867, a Presidência Cearense dirigia-se à Comissão Patriótica de Fortaleza:

A Comissão Patriótica de Fortaleza
Tem o S.M desembargador Jerônimo Martiniano Figueira de Mello mandando ordem ao negociante desta praça Luis Ribeiro da Cunha para por a disposição desta presidência a quantia de tresentos mil reis (300:00) afim de ser distribuída pelas famílias necessitadas dos voluntarios da Pátria que se achao na guerra do Paraguay, hajao vossas mercês de receber do referido comerciante [...]¹⁵⁷

Desde o início, o Governo Imperial demonstrava apreço por essas ações patrióticas e exigia dos presidentes cearenses,

[...]informações acerca das pessoas que de qualquer modo tiveram concorrido,ou concorreram para defesa da integridade nacional por occasiao da guerra que o Brasil sustenta contra a republica do Paraguai, com declaração da natureza importância dos serviços prestados. Devidamente inteirado das ordens de VEX^o, darei a ellas exacto cumprimento, logo que estiver habilitado com todas os esclarecimentos por EVX^a[...]¹⁵⁸

Esse apreço fez com que essas doações permanecessem durante a Guerra. Outros cidadãos passaram a contribuir e, quanto mais duravam os combates, mais bem-vistos e praticados eram os atos de voluntariamentos, uma vez que esse prolongamento implicava maiores custos:

¹⁵⁶ BPMP/CE. Jornal *O Cearense*.Fortaleza, 12 de agosto de 1865. p.3. (Noticiário).

¹⁵⁷ APEC. Fundo: Governo do Ceará. Presidência. *Correspondência da Presidência da Província do Ceará para diversas autoridades e particulares*. Livro Nº 160. Ofício enviado em 19/01/1867.

¹⁵⁸ APEC.Fundo: Ministérios. Presidência. *Ministério do Império. Série: ofícios expedidos/recebidos*. Livro.Nº.141. Ofício enviado em 13/08/1865.APEC.

[...]

Donativos: Os SRS Cícero da Costa Lima e Accadio Lindolpho de Almeida Fortuna, 2 oficiais da Secretaria do Governo, acabam de oferecer 5% de seus ordenados para socorrer as urgências do Estado enquanto durar a guerra com o Paraguai.¹⁵⁹

Observa-se que não eram apenas indivíduos de cabedais que contribuía.

Accuso o recebimento do officio que Vex. me dirigio em data de 31 de janeiro ultimo, e fico inteirado de haver louvado o tenete coronel Antonio Theodorico da Costa por continuar a auxiliar as despezas da guerra com a contribuição annual da metade do ordenado que recebe como *lente* substituto da secção da capital dessa Província e que já se achao offerecidos desde de fevereiro de 1865.¹⁶⁰

Em agosto de 1866, o capitão "Antonio Cândido fora condecorado com o título de Cavaleiro da Ordem da Rosa pelos relevantes serviços prestados na guerra do Paraguai".¹⁶¹ "Sendo pessoa de muito prestígio" entre as autoridades locais, "ele mereceu o título", porque "há muito vinha ajudando a pátria com atos do anno passado, quando se offereceo",

[...] para destacar e aquartelar a sua custa particular trinta ou mais praças a fim de coadjuvar a captura dos designados para o serviço da guerra, e para pagar as diárias dos mesmo designados ou recrutados, que forem recolhidos as cadeias desta cidade [...]¹⁶²

Esses voluntaristas, óbvio, não estavam alheios às relações de poder. Eles sabiam da importância social de suas ações patrióticas. Eles próprios eram parte da

¹⁵⁹ BPMP/CE. *Jornal Pedro II..Fortaleza*, 15 de outubro de 1867. p.1.

¹⁶⁰ APEC.Fundo: Ministério da Guerra. Presidência. *Offícios dos Negócios da Guerra. Livro N° 103*.Ofício enviado em 11/02/1867.

¹⁶¹ BPMP/CE. *Jornal Aurora Cearense*. Fortaleza, 5 de agosto de 1866. P.7.

¹⁶² APEC. *Offícios da Guarda Nacional: Aracati. Cx.04*.Ofício enviado em 11/02/1865.

circularidade relacional do poder, uma vez que explicitavam com essas ações os seus interesses de classe, bem como suas adesões à política bélica do Império, atos estes que eram lidos e propagados como de "amor à Pátria".

É relevante pensar na possibilidade de muitos homens em idade militar terem se voluntariado, aderido às armas, com vistas, sobretudo, aos benefícios financeiros oferecidos por esses voluntaristas da Pátria, como afirmou Wilma Peres Costa em seus estudos sobre o recrutamento para a Guerra do Paraguai.

Outro segmento da sociedade cearense que esteve muito comprometido com as "causas nacionais da guerra" foi o setor da intelectualidade. Os vários poemas e cânticos, populares e eruditos, publicados em jornais e folhetins pelos intelectuais, eram por eles próprios repassados de maneira simplificada para as camadas pobres e livres da Província, que, em meados do século XIX, em decorrência das suas condições econômicas, não puderam ter acesso ao mundo letrado. A presença desses homens de letras foi fundamental e atestou os esforços empreendidos pela "boa sociedade" rumo à consolidação do projeto de Nação.

Os periódicos cearenses, inicialmente, continham farta produção de símbolos destinados à construção da identidade nacional e, graças às autoridades intelectuais, sobretudo às civis; que se encarregaram de repassá-los de maneira simples para a população pobre; a Província cearense pôde oferecer muitos voluntários da Pátria para a Guerra.

Poemas, canções e hinos eram transformados em verdadeiras aclamações patrióticas.

Nessas manifestações, o povo cearense era destacado como "valente, brioso, obstinado e com sensibilidade para escutar o chamado da Pátria". Antônio Bezerra de Meneses que, aliás, "se consagrou como homem de letras a partir do momento em que abraçou a questão da guerra", contribuiu inicialmente como combatente e, depois, como idealizador e divulgador das causas nacionais, oferecendo aos cearenses:

POESIA.

Fala-vos filhos da noite
Nobre , brilhante coorte
Que honra e gloria traduz;
Que não deixeis esquecida
A fama nunca vencida
Dos filhos de santa cruz
[...]

Sem nossos campos talhados
Nossos brios ultrajados
Nossa honra rola em pó
Eis o momento aprazado
Voaes as armas –soldados
Vingae a Pátria sem dó
[...]

Oh! nunca filhos dos norte!
Os bravos não temem a morte
Que os cobardes amedronta
Antes cair como bravos
Do que viver como escravos
D´um desposta sofrendo afronta.¹⁶³

Evidentemente, havia por parte dos intelectuais a intenção de inserir o Ceará num projeto maior de nação que naquele momento estava sendo forjada numa Guerra.¹⁶⁴ Anular o estigma de barbarismo que, segundo o discurso sulista, pesava sobre a Província cearense, quiçá sobre as províncias do Norte, fez parte do pensamento das elites que imaginavam a “Pátria-Nação”.

O poeta popular cearense Juvenal Galeno, por exemplo, foi um grande idealizador e vulgarizador da ideia de “Pátria-Nação”. Em seu famoso livro *Lendas e Canções Populares*, cuja primeira edição foi publicada em 1865, estão vários poemas que chamavam à Guerra.¹⁶⁵

Em 28 de abril de 1865, foi publicado pelo *O Cearense* um dos poemas mais instigantes de Galeno. Intitulado de “A Guerra”, os versos, além de tecerem elogios à coragem do povo do Ceará, procuravam identificá-lo como parte integrante e essencial da “Pátria-Nação”. Para tanto, o Poeta utilizou um linguajar corriqueiro próprio do homem do campo:

¹⁶³ BPMP/CE. Jornal *O Cearense*. Fortaleza, 14 de fevereiro de 1865. p.3. (Noticiário).

¹⁶⁴ ANDERSON, Benedicte. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 2001.

¹⁶⁵ GALENO, Juvenal. *Lendas e Canções Populares*.(4ª edição). Fortaleza: Edições Casa Juvenal Galeno, 1978. (1ª e 2ª partes). O poeta, posteriormente, passou a ser um crítico da Guerra do Paraguai.

A Guerra.

Adeus gente desta terra ,
Campinas do meu sertão,
Que a corneta esta chamando
Os caboclos da nação:
Vou-me embora para a guerra
Comigo quem é que vai?
Que sou cabra de fama
Vou mostrar no Paraguay
[...]
Quando bolem nesta terra,
Comigo bolem também:
O cacete relampeja,
Quando cai derruba cem!
Troveja pancadaria...
Maçaranduba lá vai...
Queatrevido esta ralhando
O Lopez do Paraguai.¹⁶⁶

Mesmo após o primeiro ano de combate, quando as vozes discordantes começaram a pedir o fim das hostilidades, Juvenal Galeno ainda escrevia como um patriota:

Ei-la ... desperta, enrudecida, a Pátria...
Do longo sono, do remanso e paz,
E branda irada: eia, às armas, filhos,
Que sofro injurias de inimigo audaz!
Torpe caudilho de meu sul na plaga
O bem qu'hei feito com tradições me paga...
Me rouba e fere... que pesado guante!
Meus foros calca... meus lauréis de glórias!
Me insulta os brios... me nodoa a história....
Quantos ultrajes à nação gigante-
Alerta! Às armas, batalhões da Pátria!
Vingança, ou morte! Carregai! Avante !

Alerta! Às! – como troa o raio
Nas serranias se a procela é forte,
Soa este brado nos corações brasilios ...
- Vingança! – o eco respodeu – e morte!
Erguem-se os bravosque marcha e freme
Se a mãe, se a Pátria enrubecendo geme,
Sob as afrontas de cruéis tiranos?!
Todos se apresentam... que rumor nos lares...
E surgem como lampião dos mares
Altivas ondas, nos bulcoes insanos!
Avante! Às armas , batalhões da Pátria!
Vingança, ou morte ! Carregai, imanos!!

¹⁶⁶ BPMP/CE. Jornal *O Cearense*. Fortaleza, 23 de fevereiro de 1865. p.3.

[...]

- Vitória! Avante ! Os batalhões avançam Ao som dos hinos, de lauréis ornados:
- Tremei, tiranos, paraguaios bárbaros...
Eis que já bramem os canhões raiados!
Bate-se o nauta... em Paraná, nas águas,
Quantas proezas ... no lutar que fráguas...
Quanta bravura ... que fragor pasmoso!
Poucos brasílios ... multidão de inimigos...
Surpresa nossa... da tradição perigos...
Logo abordagem... pelejar ...
Logo abordagem... pelejar raivoso!
Eia, coragem batalhões da Pátria!
Vingança, ou morte! Combater famosos! ¹⁶⁷

Essas aclamações patrióticas, no entanto, sozinhas não conseguiriam incorporar e nutrir o ardor patriótico na Província cearense; por isso, esses esforços de mobilização eram seguidos de esclarecimentos sobre as vantagens que o Decreto 3.371 oferecia aos Voluntários da Pátria. O intuito era de persuasão, isto é, convencer que o dever cívico implicaria garantias concretas, que estariam ligadas diretamente às necessidades corriqueiras do patriota, como a terra, o dinheiro, o emprego público, o prestígio pessoal, entre outras.

Em fevereiro de 1865, *O Cearense* publicou “elogios aos Srs. Sarmiento, B Cordeiro e João Brígido pelos seus discursos proferidos em Fortaleza, no dia 22 [...]”, nos quais, segundo esse jornal, buscaram esclarecer para a população “os privilégios oferecidos pelo glorioso governo imperial aos filhos patrióticos”.¹⁶⁸

Nesse sentido, em províncias como a do Ceará, a Guerra do Paraguai inspirou expectativas de um viver melhor entre aqueles que sofriam com intempéries sociais e naturais. Quando o Decreto 3.371 foi criado como uma estratégia que visava a angariar contingente expressivo de soldados, o Governo Imperial tinha clareza de que a incorporação do sentimento de “Pátria-Nação” nos segmentos sociais subalternos não se daria apenas pela retórica patriótica; assim sendo, os benefícios materiais prometidos no referido Decreto deveriam ser vulgarizados.

¹⁶⁷ GALENO(1978).p.336. O poema foi escrito em 1866. Ele pertence à 2ª parte do livro.

¹⁶⁸ BPMP/CE. Jornal *O Cearense*. Fortaleza, 22 de fevereiro de 1865. p.2.

O Imperador e seus ministros, no entanto, não contavam com as consequências por vezes problemáticas oriundas dos setores populares. Estas vinham, principalmente, das leituras peculiares do Decreto 3.371. Aliás, a longa duração da Guerra que o "Imperador Pedro II insistia em sustentar contra a República paraguaia" o levou a tomar decisões que comprometeram e colocaram em descrédito a sua política.

2.2.Do sofrimento de outrora à esperança do agora: Voluntários da Fortuna

No dia 2 de março de 1865, o jornal *O Cearense* publicou o decreto dos Voluntários da Pátria, nº 3.371. O decreto possuía 14 artigos, mas enfatizei aqueles que poderiam ser mais atraentes para a população pobre da Província:

[...]

ART. 2. Os voluntários que não forem Guardas Nacionais, terão, além do soldo que recebem os voluntários do Exército, mais 300 reis diários e gratificação de 300\$000, quando derem baixa, e prazo de terras de 22 500 braças quadradas nas colônias agrícolas, além de outras honrarias militares e pensão por invalidez ou morte.

ART. 3. Os guardas Nacionais, praças de pré, que se apresentarem, serão alistados na primeira linha com as mesmas vantagens do artigo 2, passando nos postos que tiverem nos corpos da mesma guarda, a que pertencem.[...]

ART.9. Os voluntários terão direito a empregos públicos de preferência, em igualdade de habilitações, a quaisquer outros indivíduos.

ART.10. As famílias dos combatentes que falecerem no campo de batalha ou em consequência de ferimentos recebidos nela, terão direito a pensão, ou meio soldo, conforme se acha estabelecido em combate recebendo durante sua vida soldo dobrado de voluntários.[...]

Na visão do discurso oficial do sul, as províncias do norte eram apontadas como lugares pobres, porque assolados por intempéries naturais, a exemplo de secas frequentes ou enchentes ocasionais. Eram também discriminadas moralmente por serem "terras de gentes indolentes e facínoras"¹⁶⁹, assim, reservatórios de recrutas. Se esse raciocínio fosse seguido à risca, a tendência era ligar, erroneamente,

¹⁶⁹ Consultar os olhares preconceituosos construídos sobre o Norte(Nordeste) Brasileiro, por parte dos Sulistas e Estrangeiros, conferir: MUNIZ, Durval. *A Invenção do Nordeste*. Recife: Cortez, 1999. BARREIRO, José Carlos. *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradução e resistência*. São Paulo: UNESP, 2002.

o alto número de combatentes nortistas que rumaram para o Paraguai com as perseguições do recrutamento. A realidade para o Ceará, entretanto, foi bem particular, pois nem todo alistado cearense foi “lançado ou laçado” para a Guerra.

No decorrer da pesquisa, notei que os benefícios sociofinanceiros oferecidos pelo decreto 3.371, seguido da retórica patriótica que se formou no Brasil, tiveram bastante êxito. A ação voluntária de muitos cearenses desembarcados na Corte rumo ao Paraguai, por exemplo, deve ser entendida no contexto de pobreza marginal ao qual estavam submetidos, uma vez que a maioria desses voluntários se alistou para escapar do desemprego, do desabrigo, da fome, da punição e da escravidão.¹⁷⁰

Dessa forma, inspirada em Wilma Perez Costa¹⁷⁰, chamo de *voluntários da fortuna* os sujeitos que se alistaram para a Guerra do Paraguai vislumbrando melhoria de suas condições de vida ante as declarações do Decreto dos Voluntários da Pátria.

Tenho exemplos de escravos do Ceará que se inseriram nas tropas voluntárias, visando à consecução de liberdade e melhores condições de vida por intermédio da Guerra. Ao ouvirem dos voluntaristas da pátria os esclarecimentos e as vantagens sociofinanceiras do Decreto 3.371, esses homens resolveram aderir à causa da salvação da Pátria.

Fortaleza, sem dúvida, foi o foco principal dos esclarecimentos sobre “as vantagens da Guerra”. A Capital cearense que, nos anos 60 do século XIX, segundo uma configuração representativa da população em áreas produtivas da Província, contava com um número expressivo de escravos, em torno de 2.861, superando algumas cidades como Aracati, que somava 2.029¹⁷². Assim, de Fortaleza, esses discursos partiam como o vento “rápido e em várias direções por meio do boca a boca”.

¹⁷⁰ Entre os estudiosos da guerra do Paraguai, é unânime a afirmação de que as províncias do Norte foram as que mais mandaram voluntários para o conflito. Conferir: DORATIOTO, Francisco; SALLES, Ricardo; IZECHSON, Vitor. Unanimidade também percebida nas memórias de TAUNAY e de Dionísio CERQUEIRA..

¹⁷¹ COSTA, Wilma Perez (1996).p.229.

¹⁷² FUNES, Eurípedes Antônio. Negros no Ceará. In: SOUZA, Simone (Org.).*Nova História do Ceará*. Fortaleza: UFC Demócrito Rocha, 2000. p.112.

Para os escravos rurais, o "hábito astucioso de escutar as conversas de seus donos", que dificilmente ficavam alheios às notícias da Capital, foi também alternativa de informação sobre a Guerra.¹⁷³ Uma vez encontrado esse espaço, a divulgação entre a escravaria tomava dimensões inimagináveis, pois "circular por propriedades vizinhas não constituía uma novidade para os cativos [...], eram, pois freqüentes os casos em que escravos, a mando de seus senhores, se deslocavam à longa distancias"¹⁷⁴. Nesse sentido, criavam-se especulações e ligações entre a tão sonhada liberdade e a salvação da Pátria.

A ideia de consecução de liberdade por intermédio do alistamento militar passou a ser uma prática entre os cativos do Ceará. Isso criou problemas, tanto para os proprietários - que tiveram que arcar com os prejuízos das eventuais fugas - como para as autoridades recrutadoras, que, constantemente, foram acusadas pelos donos de escravos de realizarem cooptações indevidas. Havia também denúncias de que "os recutores negociavam o voluntariado com os cativos".

Havia muitas queixas sobre a atuação dos responsáveis pelo comando do recrutamento. Acusações de que elas próprias estariam lucrando com o aliciamento de voluntários mostravam a debilidade da justiça e, além disso, demonstravam a facilidade das negociações entre as distintas camadas sociais.

A denúncia publicada em 1867, pelo jornal *O Cearense*, era acintosa:

[...]vem publicado um officio do Ex.Sr. Presidente commandante superior da Guarda Nacional de Baturité, sua Ex. autorisa-o a destacar naquela cidade 10 praças voluntárias e um sargento, como se offereceu. Se o acto partisse de um outro homem que não fosse o commandante superior João Pereira Castelo Branco, devia ser agraciado o patriotismo, nós , porem , que de perto e de muito perto conhecemos a João Pereira, podemos affiançar que paga as praças destacadas, mas a consequência infallivel é, que cada uma lhe pagarão 50 por cento sobre as quantias adiantadas.

¹⁷³BORGES, Jafé. *Amor e Guerra no Paraguai*. Recife: edições Bagaço, 2001. Esse autor narra um episódio de um escravo que se desesperou ao escutar do proprietário que já era forro, mas que apesar disso, ia ser recrutado para guerra do Paraguai devido à necessidade de contingente.

¹⁷⁴FUNES (2000). p.121.

Joao Pereira é sempre fértil em descobrir meios de constituir-se credor!!!.¹⁷⁵

Tenciono dizer é que a cumplicidade das autoridades foi uma das maiores brechas por onde a "arraia miúda" cearense podia penetrar indevidamente nas tropas. Encontrei nos documentos oficiais algumas referências a cativos que procuraram obter liberdade "assentando praça", e assim o fizeram porque contaram, decerto, com a conivência de alguém que exercia o poder:

Em cumprimento do aviso desse ministério de 22 do corrente anno mandei indagar no termo do Sobral, desta Província, se constava haver de lá desaparecido o escravo Francisco que se alistou com o nome de Francisco Lopez dos Santos. Como verá V.Ex do officio a copia do delegado de Policia .O dito escravo pertence a Narciso de Araújo Costa no referido termo, e sou informado de que este já constitui procurado nesta Capital para justificar o seu direito parecendo-me por isso que o escravo seja remetido para aqui[...].¹⁷⁶

Nas fugas, os cativos quase sempre se dirigiam para a Capital, com o intuito de se misturarem com outros indivíduos de outras camadas igualmente marginalizadas, mudando de nome para conseguirem passar por libertos. Numa Província, porém, cuja população "não é branca nem preta é mais índia que branca"¹⁷⁷, escravo como Francisco dificilmente se alistaria sem levantar suspeita. Ele, decerto, contou com as "vistas grossas das autoridades".

Estou certa de que houve falhas nos alistamentos ou conivência, ou ainda, como afirma Hendrick Kraay¹⁷⁸, que existia no ato de recrutar no Brasil do século XIX a possibilidade de um jogo entre os sujeitos envolvidos, uma vez que os agentes responsáveis pelos alistamentos ganhavam por homens alistados.¹⁷⁹

¹⁷⁵ BPMP/CE. Jornal .O Cearense. Fortaleza, 13 de julho de 1867. p.1. (Noticiário)

¹⁷⁶ APEC. Fundo: Governo do Ceará. Presidência. *Ministério da Guerra. Livro N°149*. Ofício enviado em 23/09/1865. APEC.

¹⁷⁷ ABREU, Capistrano. *Capítulos de História Colonial*. São Paulo, EDUSP, 1998.

¹⁷⁸ KRAYY, Hendrick. Repensando o Recrutamento no Brasil. *Revista Diálogos*. Universidade Estadual de Maringá, Maringá. V.3.N.3 (anual), 1994. Esse autor fez uma excelente análise do Recrutamento no Brasil oitocentista, afirmando que o ato de recrutar não era apenas uma imposição de um Estado forte sobre uma população desgraçada, mas era também um *jogo* no qual contribuíram o Estado, a classe de proprietários de terras e de escravos e boa parte dos pobres e livres, e do qual cada participante tirou benefícios significativos.

¹⁷⁹ MONTEIRO, Hamilton de Mattos. *Nordeste Insurgente (1850-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.73-76. Esse autor aponta que o "recrutamento virou negócio", porque o recrutador era gratificado por cada recruta ou voluntário apurado. De acordo com o Decreto 2.171 de maio de 1858, por exemplo, o recrutador recebia 10\$ por recruta apurado e 20\$ por voluntário.

As vistas grossas feitas em relação ao escravo Francisco, anteriormente citado, e a astúcia¹⁸⁰ dele, tornaram real o sonho da liberdade. Cabe, entretanto, uma indagação: - por que procurou fazer-se combatente como tática na luta pela libertação?

Segundo Eduardo Silva, a prática de "sentar praça às escondidas, sob nome falso, era um recurso muito utilizado por escravos desde os tempos coloniais, na luta pela libertação, ou, pelo menos, por uma vida melhor, apesar das durezas da caserna e das dificuldades de promoção"¹⁸¹.

Essa luta pela liberdade ganhou alguns incentivos durante a Guerra do Paraguai. Segundo Richard Graham, durante esse conflito "o Governo brasileiro decretou que os escravos que lutassem nesse conflito tornar-se-iam livres, mesmo que estivessem fugidos para unirem-se às fileiras".¹⁸² Emília Viotti da Costa diz que "o governo concedera liberdade aos escravos da Nação, designados para o serviço do Exército, estendendo esses benefícios às suas mulheres[...]."¹⁸³ Apesar disso, muitos cativos não foram libertados para o conflito.

Na conjuntura da Guerra, as inserções clandestinas podem ter aumentado em razão dos incentivos sociofinanceiros que o Império teve que conceder para que os indivíduos sentissem motivação para "salvaguardar a Pátria". A perspectiva de liberdade alimentava alguma esperança nesses homens que eram tratados como propriedade.

A "visão da liberdade" talvez fosse reforçada por poemas e poesias patrióticas que, quando recitados para a multidão, davam vazão a leituras peculiares:

[...] E se Pátria socorro nos pede
é porque nos cearenses confia
nesses filhos distintos e honrados

¹⁸⁰ CERTEAU, Michel de. *A Invenção do cotidiano*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

¹⁸¹ SILVA, Eduardo. *Dom Obá II D' África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem de cor*. São Paulo: Cia das Letras, 1997. p.42.

¹⁸² GRAHAM, Richard. *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

¹⁸³ COSTA, Emília Viotti da. *A Abolição*. São Paulo: Editora Global, 2001. p.43.

que nunca se viu covardia
[...] voluntários devemos mostrar
mais completa será nossa glória
nossos nomes serão respeitados
no presente e nos factos da historia.¹⁸⁴

Palavras estratégicas que poderiam ter outros sentidos¹⁸⁵. Assim, o verso “mais completo será nossa glória” poderia muito bem ser interpretado por um escravo como a liberdade que seria alcançada “pelos filhos distintos que nunca se viu covardia”.

Conhecendo o mundo dos brancos, os cativos lutavam ou tentavam lutar por causas que não eram suas diretamente, mas sabiam que o momento era crítico e se aproveitavam disso legitimando suas fugas na Guerra. Jorge Prata de Sousa lembra que os “escravos não desconheciam as vantagens oferecidas pela farda”:

Tanto o Exército, como a Marinha representavam para esses escravos uma grande mudança de status: ter direito a soldo permanente, comida, vestimenta e, ainda mais, o respeito que a farda impunha certamente representava o oásis que povoava o sonho de muitos cativos. Os libertos ansiavam por pertencer aos quadros dessas instituições como forma de proteger através do apelo à justiça militar.¹⁸⁶

Ser combatente numa guerra cujos decretos e leis militares prometiam amparos, de fato, representava uma mudança na vida desses “homens-propriedades”. Assim, o exército escolhido seria aquele que oferecesse a liberdade.

Em decorrência da continuidade da Guerra, o Governo Imperial teve que lançar outras medidas que atraíssem o maior contingente para os efetivos militares do Exército, porque as arregimentações voluntárias da Pátria tornaram-se insuficientes. Além disso, o alistamento na Guarda Nacional também não estava correspondendo às expectativas, demonstrando-se muito dificultoso.

Em novembro de 1866, foi baixado o Decreto 3.725, que garantia liberdade “aos escravos africanos, chamados da Nação”, que quisessem lutar na guerra ofere-

¹⁸⁴ BPMP/CE. *Jornal O Cearense. Fortaleza*, 16 de fevereiro de 1865. p.1-4. (Noticiário)

¹⁸⁵ CERTEAU (1999).p. 43-151.

¹⁸⁶ SOUSA, Jorge Prata(2002).O Decreto 3.725 dava “gratuitamente” a liberdade aos “escravos da nação” que se empregassem no serviço da guerra e que, sendo estes casados, estendia-se o mesmo benefício as suas esposas. Decreto 3.725, de 6 de novembro de 1866.

cendo o mesmo benefício às suas esposas¹⁸⁷. Esta medida foi tomada numa das fases mais complicadas da Guerra, conhecida como "ofensiva estratégica", que exigia um número maior de homens para os combates em território paraguaio. A batalha de Curupaiti, então travada em setembro daquele ano, havia desfalcado (mortos e feridos) os exércitos da "tríplice aliança (Brasil, Uruguai e Argentina)".

As vantagens oferecidas pelo Decreto 3.725 não tardaram a povoar as mentes cativas, causando muitos transtornos aos proprietários de escravos. Um exemplo disso foi o de Antônio Barrozo de Souza, que, indignado, procurava pelo escravo Antônio que havia cometido um "atrevimento":

Escravos dos ausentes

Em 1861, estive na cidade de Baturité Antonio Francisco de Menezes com quem tive relações comerciais daqui se ausentando, entregou-me o escravo com nome de Antonio, para com produto do trabalho do mesmo escravo, pagar o que me devia.

Este, pois, o dito escravo esteve sob minha direção, até pouco tempo quando deixou minha companhia e queria viver em completa liberdade, dizendo que ia oferece-se para o governo para ir para o sul [...]

Antonio Barrozo de Sousa.¹⁸⁸

"Oferece-se para o governo para ir para o sul" significava alistar-se na Guerra do Paraguai.

Os "cativos André e Luis Mulato", não deram pistas de suas fugas, mas o seu dono, Manoel Rofino Barbosa Moura, "pressentiu" que fossem se alistar.

[...]

Fugiram no dia 23 do corrente da Serra do Pereiro do sitio do Penedo do Abaixo assinado, os escravos André, cabra preto, altura regular, pés grandes, vista ligeira, uma pequena cicatriz no rosto ao lado esquerdo, joga cacete, é cantador e gosta de samba e de beber, tem 25 annos de idade, pouco mais ou menos; Luis Mulato, baixo grosso, rosto limpo, cabelo crespo ao longe, boa presença e moderado, pés grandes, e gosta de aguardente, com 23 annos de idade mais ou menos. *Há pressentimentos que fossem assentar praça*, para que se previnam as autoridades, assim se roga a qualquer pessoa do povo que os pegar.¹⁸⁹

O intuito de tantas descrições físicas e comportamentais era facilitar a captura dos escravos, uma vez que nas juntas de alistamentos havia uma inspeção e um

¹⁸⁷Os escravos nascidos em África foram os primeiros a ter o direito de liberdade, caso aderissem à Guerra. Diferentes daqueles nascidos no Brasil, esses africanos eram números pequenos, o que não correspondia com a necessidade de contingente exigido. Ver: SALLES(1990). p.70.

¹⁸⁸ BPMP/CE. *Jornal do Ceará*. Fortaleza, 30 de março 1868. p.3.(Grifei).

¹⁸⁹ Ibidem. 20 de fevereiro 1868. p.4. (Grifei).

breve interrogatório antes do embarque para o "palco" da Guerra.¹⁹⁰

A cicatriz anunciada em André conduz-me a pensar em que condições de sobrevivência estavam os cativos no Ceará. Os sinais de maus tratos estavam claramente denunciando uma convivência violenta entre senhores e escravos, contrariando, por exemplo, a historiografia oficial cearense que afirmara uma convivência pacífica entre ambos.¹⁹¹ Aliás, na segunda metade do século XIX, os jornais cearenses registraram muitas fugas de escravos, o que evidenciava a maneira mais comum de um viver conflituoso.

Penso que os porquês das fugas dos cativos acima citados estavam aliados ao desejo de liberdade. Não há irracionalidade no ato de ir (ou fingir a ida) para uma Guerra que se encontrava em um de seus momentos mais críticos.

É possível que, num ato de desespero tentando mudar de vida, alguns escravos se deixassem levar pelo recrutamento. É o que parece ter feito o "cativo Porfiro que, vindo do Acaracu, como recruta, fora reclamado pelo seu proprietário, Joaquim Gomes Cardozo, tendo este dez dias para provar o domínio sobre aquele"¹⁹².

Neste caso, argumento é que, se, de um lado, houve violência dos recrutadores que cooptaram Porfiro à força; de outro, o silêncio deste escravo era notório:- por que esse cativo, quando capturado, preferiu calar sobre sua condição jurídica? Por que não falou do seu dono? Como diz a expressão popular: "quem cala consente!".

Sobre o "alistamento de escravos", havia uma regulamentação específica anunciada pelo Ministério da Guerra. A categoria *substituto* indicava cativos que se tornavam alforriados, e nesta condição jurídica, substituíam seus ex-proprietários ou a quem estes indicassem. Esses ex-escravos eram considerados recrutados ou forçados, tinham inspeção rigorosa ao menos em teoria e, geralmente, eram enviados para o Exército.

¹⁹⁰SOUZA, Álvaro Pereira. Do Cativo ao mar: escravos na Marinha de Guerra. *Revista de estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro. N°38, 2000. p.1-26.

¹⁹¹ Sobre a crítica à Historiografia Tradicional da escravidão no Ceará, conferir: FUNES, Eurípedes Antônio. Negros no Ceará. In: SOUZA, Simone (Org.). *Nova História do Ceará*. Fortaleza: UFC Demócrito Rocha, 2000.

¹⁹² BPMP/CE. *Jornal do Ceará*. Fortaleza, 05 de fevereiro de 1868. p.2.

O Ministério da Guerra visava a coibir alistamentos indevidos de escravos no conflito, expedindo Circulares que foram reproduzidas na imprensa. Em fins de 1867, o jornal *O Progressista* publicou:

Ministério da Guerra- Circular

[...]

6. O liberto, quer como substituto, quer como compra só sera examinado, quando fôr apresentado por pessoa competente, e aceito para assentar praça depois da apresentação da respectiva carta de liberdade, e sem a qual não se expedirá ordem para indenisação se fôr ele aceito e julgado apto. [...]¹⁹³

Observa-se na publicação do Ministério da Guerra que havia pelos menos duas maneiras legais de o escravo participar do conflito. Primeira, por meio da *compra*, incluindo os libertos pela fazenda imperial. Segunda, já apontada, mediante *substituição*. Por meio de ambas, os cativos poderiam conseguir suas liberdades fazendo a guerra pelos seus senhores, que, no entender de Jorge Prata de Sousa, tudo não passava de "escravidão ou morte". Existia também a categoria *Liberto*, escravo patrioticamente cedido pelos seus donos para pelejarem na Guerra.¹⁹⁴ Com essas formas apresentadas, quase nada se sabe sobre a vontade da escravaria que fora enviada para combater no Paraguai.

Há evidências, entretanto, de que a participação no serviço militar fosse apenas uma forma de garantir a liberdade, sendo que muitos cativos não estavam dispostos a pegar em armas. Liberdade que, bem ou mal, era garantida pelas formas de engajamentos citadas: *compra, substituição e liberto*.

O ofício em nome do *liberto* Silvério demonstrava o receio de que, depois de emancipados para a Guerra, muitos cativos fugissem ou se beneficiassem sem a lida nos combates:

¹⁹³ BPMP/CE. Jornal *O Progressista*. Fortaleza, 7 de novembro de 1867. p.2.

¹⁹⁴ Ceder escravos para guerra, mediante indenizações, não foi atitude comum entre os proprietários, pois os grandes plantéis, sobretudo, os do sul, dependiam muito dessa mão de obra. No Ceará, nas fontes pesquisadas, não encontrei registros de doações patrióticas de cativos para a Guerra do Paraguai. Sobre as atitudes dos proprietários em relação às doações patrióticas de escravos para essa Guerra, conferir os autores já citados; SOUSA, Jorge Prata(1996).p. 41-54 e SALLES, Ricardo(1990).p.70- 85.

Devolvendo a V.Ex a petição de Silvério de Sousa, soldado adido ao depósito provisório dessa Corte, pedindo que se fizesse seguir desta Província a carta de liberdade passado pelo seu senhor na cidade de Sobral, a fim de provar que não foi liberto pela fazenda nacional, cabe o dever de informar que procedendo as averiguações necessárias, vim o conhecimento de que Silvério não fora liberto pelo seu senhor, em Sobral, mas vendido em Santa Quitéria ao negociante desta praça Francisco Paula Barros, e por este libertados à conta do Ministério a cargo de VEX., como consta das copias do archivo da secretaria militar. O soldado de que se trata apresentou-se me aqui como remetido de ordem de VEX, não recebendo, porem, esta presidência communição, nem apresentando elle a competente guia, sou levado a crer que desertará. Devo mandal-o regressar agora[...], por acha-se doente[...].¹⁹⁵

A preocupação da autoridade não era infundada, pois havia dúvidas sobre a chegada de Silvério à Corte. Neste caso de desconfiança, três condições eram possíveis: que o dito escravo teria fugido ou se deixado recrutar, ou ainda, que teria sido forçado. Depreendo que, certamente, tanto do ponto de vista do escravo como da autoridade militar, a liberdade estava visualizada por via da Guerra.

Fatos desta natureza se repetiram no Ceará durante a Guerra do Paraguai, demonstrando as possibilidades diversas criadas pelo colapso causado por esse conflito, o que levou o Estado a intervir muitas vezes na propriedade de particulares, visando a sanar necessidades de contingente para a "luta em defesa da Pátria".

Não deixo de evidenciar a prática de alistar escravos no "laço", isto é, recrutá-los nos moldes violentos do século XIX, no Ceará:

[...]
Participo a VEX. Que esta capital permaneceu tranqüila ontem.[...] Foi preso para recruta a ordem do delegado de policia por andar na rua fora de hora, o preto Agostinho escravo do coronel João Antonio Machado.¹⁹⁶

As delegações de poderes que as autoridades imperiais tiveram que conceder aos seus subordinados locais causavam muitos malogros, por exemplo, na realização do recrutamento, no caso do escravo Agostinho.

Nas questões da Guerra do Paraguai, em especial nos alistamentos que envolviam a "liberdade de cativos para guerrear", o Ministério da Justiça delegava aos presidentes das províncias a delicada função de mediar as necessidades do Império e as prioridades dos proprietários e outros grupos importantes locais. Os

¹⁹⁶ APEC. Fundo: *Governo do Ceará*. Presidência. *Ministério da Guerra*. Livro N°149. Ofício (13/12/1868)

¹⁹⁷ APEC. *Secretaria de Polícia do Ceará (1865)*. Cx.06. Ofício enviado (07/11/1865).

presidentes, por sua vez, passavam a tarefa aos delegados e chefes de polícia que também faziam o mesmo, ou seja, dividiam o ofício do recrutamento com os agentes e potentados locais.¹⁹⁷ Assim, essa divisão tornou débil a ação do poder instituído nas províncias, facilitando o ingresso de sujeitos não autorizados nas tropas destinadas ao Paraguai. Facilmente o Estado tomaria posse do que não lhe era propriedade.

Dessa forma, a lei que proibia a entrada de escravos nas forças armadas sem o consentimento(alforria) de seus senhores, na prática, quase nada valia, pois, quando a sanha do recrutador se harmonizava com a manha do cativo, o problema era do proprietário que tinha que requerer a posse do escravo e isso lhe fazia perder tempo e dinheiro.¹⁹⁸

Interessante é salientar que, no pós-Guerra do Paraguai, houve um número grande de requerimentos enviados por proprietários cearenses ao Ministério da Guerra. Eles pediam (exigiam) indenizações de seus escravos que haviam se alistado no Exército. Em 1871, o Sr.Domingos Jaguaribe, responsável por essas questões à época, recebeu do referido Ministério a seguinte reclamação:

Apparecendo alguns indivíduos a reclamar indenisações por escravos que se tem alistado no exercito, convido evitar semelhante abuso de que resulta não pequeno prejuízo aos cofres públicos, determino VEX^a que indivíduos algum se assente praça nos corpos do exercito , sem primeiramente se é elle de condição livre , pois só então poderá ser aceito.¹⁹⁹

Essas reclamações, por si, eram indícios de que, sob os olhares de muitos escravos, a ideia de consecução de liberdade pelo alistamento nas forças armadas tinha uma certa generalidade, porém, conseguir entrar sem ser percebido não seria fácil, visto que, desde o limiar da Guerra, há indícios de que essas precauções já vinham sendo tomadas, visando a evitar ou amenizar esses problemas.

¹⁹⁷ GRAHAM, Richard. O Brasil de meados do século XIX à Guerra do Paraguai. In: *História da América Latina*. BETHELL, Leslie (Org.) São Paulo: EDUSP, 2001. p.771-828.

¹⁹⁸ SOUZA, Álvaro Pereira. Do Cativo ao mar: escravos na Marinha de Guerra. *Revista de estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro.Nº38, 2000. P.1-26.

¹⁹⁹ APEC.Fundo: *Ministério da Guerra*. Presidência do Ceará. *Ofícios.Livro nº 71*. Ofício (16/01/1871).

O Ministério da Guerra enviou em 1866, uma circular às províncias alertando:

Convido providenciar-se de modo que não se repitao os casos de assentamentos de praças, quer voluntariamente, quer recrutados, indivíduos da condição escrava, como depois se verifica, recommendo muito a Vex. que ordene quem competir , que haja toda cautela nas averiguações para assentamento de praça aos indivíduos que para tal fim se apresentarem.²⁰⁰

O conteúdo alertava para práticas presentes, tentando evitá-las no futuro. Isso também mostrava que as autoridades da Corte tinham consciência tanto da leitura favorável que os cativos poderiam fazer do alistamento voluntário como da conivência e/ou negociação entre alistados e alistadores.

Em 1867, porém, houve uma nova chamada de voluntários, tendo o Império que lançar mão do Decreto 3.972, que estendeu as todos voluntários e guardas nacionais uma "gratificação de trezentos mil reis, sem o prejuízo das vantagens garantidas pelo decreto 3.371". A atitude demonstrava uma tentativa de angariar mais combatentes e, enquanto isso, o ministro da Justiça do Rio de Janeiro oficiava em caráter confidencial ao Presidente do Ceará:

Convido promover a libertação de escravos para assentarem praça no exercito, sendo pagamento feito em apólices, e a dinheiro, e bem assim procurar obter donativo, e activar serviços em relação de contingentes, sendo logo remetido ao Governo Imperial a relação dos que se distinguirem em taes serviços a donativos para que nas Províncias , que administra sejam satisfeito naqueles sentidos os desejos do Governo Imperial.²⁰¹

Este pode ser um indício de que havia uma certa relutância por parte dos proprietários cearenses em libertar seus escravos para o conflito, uma vez que não compensava se desfazer de uma "peça valiosa" mesmo diante de indenizações. Além disso, era difícil a reposição de uma "peça cara e luxuosa" como era o cativo,

²⁰⁰ APEC. Fundo: *Diversos Ministérios. Presidência do Ceará. Livro N°16. Ofício (20/08/1866)*

²⁰¹ *Ibidem. Livro N° 16. Ofício (02/10/1867).*

após a proibição do Tráfico Negreiro Internacional de 1850, numa Província onde as estiagens também impossibilitavam vastos plantéis.

Como se observa, o ato de libertar escravos para Guerra do Paraguai estava comprometido pela falta de vontade dos proprietários em cooperar e defender, efetivamente, "a pátria". Isso se complicaria ainda mais a partir do terceiro ano de combates, quando as vozes dissonantes contra o prolongamento do conflito se fizeram ouvir.

2.3- Da transgressão à redenção: voluntários transgressores

As manobras que o Governo Imperial foi obrigado a desempenhar contra a República do Paraguai demonstravam o despreparo das autoridades ministeriais, pois muitos dos decretos baixados para a sustentação do conflito acabariam por gerar contradições no seio da sociedade brasileira.²⁰²

Indultar presos, emancipar escravos e perdoar desertores foram medidas adotadas que visavam a suprimir as baixas nas tropas. Essas medidas repercutiram de maneiras diversas entre as camadas marginalizadas cearenses, a exemplos de escravos e de criminosos. Estes, mesmo sabendo de algumas restrições as suas presenças nas tropas, arriscaram se alistando ou tentando se alistar para um conflito que passou a ser anunciado, devido ao seu prolongamento, como cruento, mas que prometia um retorno honrado e, principalmente, cobriria as necessidades do dia a dia.

No Ceará, após o período conhecido como "euforia patriótica", o conflito se apresentaria de maneira ambígua na Província: de um lado, indivíduos tornavam-se criminosos quando resistiam à violência do recrutamento; de outro, sujeitos considerados pela Justiça Instituída como criminosos, viam, no alistamento voluntário, o caminho para a redenção social.

As evidências encontradas, principalmente nos jornais e nas correspondências entre as autoridades civis e militares do Ceará e do Rio de Janeiro, atestavam tanto as contradições como as ambiguidades. Nestas fontes, estavam

²⁰²DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: uma nova história da guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia das Letras, 2002. Esse autor reitera a tentativa de negociação de paz por parte de Solano López, proposta não aceita por D. Pedro II, que exigia rendição incondicional do Paraguai para que a guerra fosse terminada.

registradas as condições em que se processavam os alistamentos, quais os tipos de criminosos que poderiam aderir ao serviço das armas e quais os crimes que geralmente eram aceitos. Vale dizer que o *status* social do transgressor contava no momento do embarque, e muitos mesmo "desejando salvar a Pátria" tiveram dificuldades em participar da Guerra.

Em setembro de 1865, a Presidência do Ceará mandou publicar o seguinte ofício:

Ao Exm. Ministro da Guerra.
Acaba de chegar ao meu conhecimento que no 2 corpo de voluntários da Pátria que d'esta Província marchou sob o comando provisório do tenente José Peregrino Viriato de Medeiros, seguiu para esta Corte Honorato Dias Galvão pronunciado por homicídio no termo do sobral.
A informação junta do delegado de policia d'quelle termo e as certidões anexadas contem precisos esclarecimentos para ser conhecido esse individuo entre os voluntários d'esta Província, sendo provável que elle se ache na companhia do capitão Plácido Fonteles Filho.
VEx, dignar-se há providenciar a resposta como for mais conveniente.²⁰³

O documento indica que o acusado, sob proteção militar, aderiu ao serviço das armas para escapar da possível condenação, atitude esta que me levou a pensar numa forma de *resistência na Guerra*²⁰⁴. Alguns meses antes, o delegado de polícia de Fortaleza, em nome do "Promotor da Comarca da Granja", já havia informado à Presidência da Província a fuga de Honorato Galvão, esboçando preocupação com "a presença desse indivíduo entre os soldados".²⁰⁵

Em 1867, Galvão continuava sendo procurado e, ao que parece, não seria tão fácil para ele se livrar do estigma que lhe foi atribuído; mas era um tempo de contradição e, enquanto o referido condenado tentava se redimir, João Batalha se tornaria um homicida ao resistir à escolta recrutadora:

João Batalha, sempre armado de faca conseguiu novamente resistir a ordem de prisão e matar Antonio Mello e ferir José Maria, soldado do corpo de policia que vieram recrutar-lo, a mando de sua mulher que era sempre espancada, mas que nunca levou a presença de autoridades por tinos[...]²⁰⁶

²⁰³ APEC. *Jornal O Cearense*. Fortaleza, 31 de Agosto de 1865. p.1. ("Parte Oficial")

²⁰⁴ Sobre o conceito de Resistência conferir: THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.; SCOTT, James. Formas de Resistência camponesa. *Revista Raízes*, Campina Grande, UFCG, V.21. Nº. 01, 1999..

²⁰⁵ APEC. *Secretaria de Polícia do Ceará (1865)*. Cx.05. Série: Ofícios - recebidos/expedidos. Ofício (17/05/1865).

²⁰⁶ APEC. *Jornal O Cearense*. Fortaleza, 07 de outubro de 1867. p. 3.

A expectativa de que o alistamento para a Guerra resolveria problemas enfrentados no cotidiano, sem dúvida, mexeu com os desejos (dos criminosos) de perdão da justiça instituída.

Em 1865, “o negociante de gado Delmiro Porfírio de Farias”, que havia cometido dois crimes, aderiu à causa patriótica, sendo aceito no Exército brasileiro com a patente de capitão.

Segundo J.C. Alencar Araripe, a ação de patriotismo de Delmiro de Farias deu-se “porque ele não conseguiu dominar seus ímpetos romanescos”. “O comerciante era casado no Ceará com Francisca Mesquita Porfírio de Farias e pai de sete filhos”. Em uma de suas viagens de negócio, “seduziu e raptou Leonila Flora, uma moça de quatorze anos de idade, moradora de Pau D’Alho, sertão de Pernambuco, com a qual veio a se amasiar numa cidade próxima daquela onde vivia a família oficial”.²⁰⁷

A família da moça raptada, considerando um “inominável atrevimento, uma desonra”, o que Delmiro havia cometido, tomou a decisão fulminante, “que outra não foi senão perseguir sem vacilações os fugitivos”, buscando fazer “a justiça do sertão em nome da honra familiar”.

Aos olhos das justiças, do Estado e da Igreja, Delmiro de Farias cometeu os crimes de sedução, de rapto e de adultério, portanto, se conseguisse escapar das penalidades das leis instituídas, talvez não tivesse a mesma sorte com relação à justiça planejada pelos familiares da moça seduzida. Casar-se não seria possível, porque estaria cometendo outro crime moralmente repudiado pela sociedade brasileira desde os tempos coloniais, a bigamia.

Luiz Mott, estudando as visitações do Santo Ofício no Ceará, afirma que elas estiveram mais ligadas a crimes contra a moral, a exemplo da bigamia e do adultério. O autor cita “o caso do bigamo José Luis Pestana, residente na Província cearense,

²⁰⁷ARARIPE, J.C. Alencar. *A Glória de um pioneiro*. Fortaleza: BNB, 1997. (Revista Ampliada. 1º Edição).

que no final do século XVIII foi condenado pela Santa Inquisição a degredo para Angola”²⁰⁸.

Na imprensa cearense, esses crimes contra a moral, por vezes, foram registrados como inimigos inconciliáveis da instituição família. Em matéria publicada no jornal *Aurora Cearense* do dia 22 de julho de 1866, verifiquei a seguinte fala contra o delito de adultério:

Da reunião das pequenas sociedades, que chamamos de famílias forma-se a grande sociedade que chamamos de Estado. Da tranqüilidade e socego daquellas depende a ordem e equilíbrio deste; e de suas desavenças e desamornias nascem as discórdias e tumultos, que se convertem em revoluções, e estas mais tarde transformam-se em anarchia [...]

O adultério é, portanto, o inimigo irreconciliavel da família, e conspirador incessante contra a segurança do Estado. Corrompe os costumes, e falsea em suas bases o systema governamental [...]

E elle é um crime gravíssimo, ofende a magestade de Deus, quebrando as leis do pejo, profana a santidade [...] é o ultrage talvez o mais sensível, que se pode fazer a humanidade, e com elle se offende os direitos mais santos da natureza[...]²⁰⁹

Como se observa, Delmiro não tinha como escapar das condenações e, na iminência de ser preso, conforme Alencar Araripe, “alistou-se como voluntário da Pátria para a guerra do Paraguai, embarcando como Capitão Mandante”.

Delmiro de Farias morreu em 1868 e alguns jornais anunciaram com muito pesar a fatalidade:

Perdemos em um pequeno reconhecimento o commandante Sebastião Tamborim, Capitão Mandante Delmiro Porfírio de Farias e o alferes Domingos Candido Carvalho, todos gravemente feridos por tremendos golpes de espada do inimigo, que os surpreendeu...
Todo o 26 batalhão lamenta, e há de lamentar sempre a fatalidade, que por sobre nós descarregou golpes tão profundos[...]²¹⁰

²⁰⁸ MOTT, Luís. A Inquisição no Ceará. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V.16-17. N.1/2. Fortaleza, 1985/986.

²⁰⁹ BPMP/CE. *Jornal Aurora Cearense*. Fortaleza, 22 de julho de 1866. p.2.

²¹⁰ BPMP/CE. *Jornal do Ceará*. Fortaleza, 17 de janeiro de 1868. p.3.

Para homens de cabedal que haviam cometido crimes e que utilizaram o expediente do alistamento para escapar das condenações, a condição de voluntários na Guerra do Paraguai os colocava numa situação privilegiada. O caso do Capitão Delmiro, além de me permitir essa afirmação, deu-me o vislumbre de que realmente o conflito tinha o poder de redimir a quem nele servisse por vontade própria. Outros indivíduos, entretanto, não conseguiriam se livrar facilmente dos estigmas de seus crimes.

Sem proteção de uma autoridade e fugitivo da Província do Piauí, Reginaldo José de Lima, que havia cometido crime similar ao de Delmiro de Farias, não pôde embarcar para a guerra nem como recruta, ainda que o momento fosse de maior precisão de contingente nos campos de batalhas:

Indiciado em *crime de poligamia* na Província de Piauí, Reginaldo Jose de Lima foi transferido do quartel do corpo da guarnição onde está minha disposição por ordem do Ex^o presidente e ao qual havia elle sido indevidamente remetido de Baturité como recruta.²¹¹

Bem ou malsucedidos, esses homens tentavam controlar o curso de suas vidas aparentemente interrompidas, por meio de uma Guerra que clamava pelo patriotismo do povo. Sabiam da necessidade de contingente e do apreço da "boa sociedade" pelo alistamento voluntário e se aproveitavam da situação. Enfim, buscavam remissão social.

A maior preocupação das autoridades estava no fato de que o alistamento voluntário se tornasse um expediente legal para a impunidade, ou seja, o receio de que criminosos não enfrentassem um tribunal deixaria aparente a debilidade da justiça num estado de guerra.

Em alguns relatos, notei que os criminosos, provavelmente sem proteção, que ainda não tivessem ido a julgamento, tiveram dificuldades em participar da Guerra. Os homicidas não sentenciados, por exemplo, conseguiam se alistar, mas não logravam êxito no embarque. Dessa forma, esses "criminosos de morte" pareciam

²¹¹APEC. *Secretaria de Polícia do Ceará. Diversas autoridades do Ceará. Livro Nº 329. Ofício(09/12/1867)*

não servir para a defesa da Pátria.

Passo as mãos de Vex, as inclusas guias de socorrimento do soldado do 14 batalhão de infantaria, que deixou de seguir no vapor Gerente, suspeito de ser criminoso de morte, e de ser voluntário no batalhão de engenheiro[...]²¹²

De modo geral, os criminosos que enfrentaram um júri, aparentemente, eram aceitos nas tropas. Foi o que aconteceu com certo “[...]voluntário anônimo que veio a esta Província [Ceará] responder ao jury crime civil, de que fora absolvido”²¹³.

O historiador cearense Gustavo Barroso, refletindo sobre a bravura e obstinação dos soldados cearenses, cita o caso interessante de “João Sorongo, um caboclo que bebia em todas as esquinas e vivia perambulando pelas vias públicas ganhando vintena com que acudia às exigências do vício dançando Sorongo”²¹⁴, que teve sua imagem mudada quando “assentou praça voluntariamente” rumo ao Paraguai:

Assentou praça e nunca mais bebeu. Toda gente via com espanto, fardado, fazendo exercício no pátio de Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção. Não dava palavra a ninguém. Não sorria. E quando os moleques gritavam, reconhecendo-lhe o rosto sob a pala quadrada do quepe: - João Sorongo! João Sorongo! Ficava impassível.²¹⁵

O crescimento da agricultura comercial no Ceará, verificado a partir de 1860, exigiu do Estado e das classes dominantes uma maior preocupação com a organização dos trabalhos na Província. A incorporação de novos valores econômicos, como disciplina e poupança, levou aquelas instâncias do poder a redimensionarem suas relações com os setores populares, em especial, com as

²¹² APEC. *Ministério da Guerra. Livro Nº149. Ofício (04/03/1866)*

²¹³ APEC. *Secretaria de Polícia. Livro nº329. Ofício enviado em (18/10/1866)*

²¹⁴ BARROSO, Gustavo. *A Guerra do López 1864-1870*. Fortaleza: Secult, 2000. O dicionarista Antônio Houaiss dá pelo menos seis significados ao verbete *Sorongo* entre os quais destaco o de Tolo ou aquele que comete Tolices. De acordo com Barroso, João Sorongo deixou de fazer tolices quando escutou o chamado da Pátria.

²¹⁵ Idem. BARROSO. p.197. Sobre os significados da palavra Sorongo Ver: HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houassis de Língua Portuguesa/ Instituto Antonio Houassis de Lexicografia e Banco de Dados da Língua PortuguesS/CLtda*. Rio de Janeiro: Objetivo, 2001.

camadas pobres e livres que tiveram sobre si o aumento da repressão. Nesse momento, os conceitos de vadiagem e de criminalidade estavam imbricados. Homens pobres que não tivessem residência e trabalhos fixos eram considerados vadios, portanto, criminosos.

Neste dia a dia de suas vidas, os pobres e livres cearenses, defrontavam problemas bastante diversos, como o recrutamento ou para Guerra ou para as frentes de trabalhos, forçando-os a produzir e reproduzir soluções definidas que na maioria das vezes interferiam em suas relações sociais. João Sorongo, que sob os olhares das autoridades oficial e local era vadio, facilmente, seria tragado pela malha do recrutamento se não tivesse entendido que o momento cívico pelo qual passava a “nação” o libertaria do estigma ao qual estava submetido.

Considero o fato de que Barroso estava preso ao seu “contínuo histórico”, isto é, aos valores de sua época, e, dessa forma, escreveu seus contos querendo mostrar um “Ceará civilizado, patriota”. Seus escritos sobre o conflito do Paraguai, contudo, estão baseados em documentos da época, como os “Relatórios e as Ordens do Dia do Exército Brasileiro em operação”. Assim, sua produção, além de ser uma fonte a mais, também trouxe indicações que contribuíram para a elucidação da mobilização voluntária no Ceará.

Ao longo da Guerra, outros fatores, por exemplo, a retirada dos efetivos argentinos das zonas de conflito, forçou novas urdiduras de mobilização.

No início de 1867, a Argentina, país que formava juntamente com o Uruguai e com o Brasil a *Tríplice Aliança*, teve que retirar seus exércitos do Paraguai para sufocar a revolta interna das *Montoneras*, revoluções contra o governo central argentino²¹⁶. Dessa forma, o Império perdeu um importante aliado, e como era de se esperar, os exércitos em operações sofreriam com esse desfalque, o que foi um grande problema tanto para os ministros do Império como para a população civil brasileira que teve sobre si o aumento das conscrições.

Foi nessa conjuntura que o Governo Imperial se viu obrigado a retomar o expediente de perdoar “as praças que lhes tiverem sido infligidas pelo crime de

²¹⁶ DORATIOTO (2002). p. 280-282.

deserção²¹⁷, transgressão, até então repugnada dentro das instituições militares cujo delituoso tinha como castigo a pena capital: morreria ou por fuzilamento ou por enforcamento. Fazer uma nova chamada de voluntários e indultar presos comuns foram outras medidas tomadas pelo Império, visando a amenizar as dificuldades de contingente²¹⁸. Entendo que esta última medida era contraditória, pois acabaria implicitamente fortalecendo a associação entre desonra e serviço militar.

Sobre os indultos, foi enviado pelo Ministério da Justiça da Corte, em julho de 1867, um ofício à Presidência do Ceará, segundo o qual o Imperador dizia:

Hei por bem, usando da atribuição que me confere o *Artigo cento e um parágrafo oitavo da Constituição, perdoar as penas que estão cumprindo na cadeia da Capital do Ceará*, os reos constantes das relações que com este abaixo assignado por Martim Francisco Ribeiro de Andrada do meu conselho, Ministro e Secretario de Estado dos negócios da Justiça, que assim o tenha entendido e faça executar
Palácio do Rio de Janeiro em vinte e cinco de Junho de mil oitocentos e sessenta e sete, quadragésima sexta da Independência e do Império com a rubrica de Sua Magestade o Imperador/ Martim Francisco Ribeiro de Andrade.²¹⁹

Na realidade tratava-se de Aviso-Circular que o Ministério da Justiça enviara às províncias, discriminado cada uma dela nos ofícios. Começando pelos condenados do presídio de Fernando de Noronha(PE), os indultos foram às capitais provinciais do Império e se estenderam pelos seus interiores.

Para o Ceará, foi enviado pelo Ministério da Justiça outro ofício, em setembro de 1867, constando a seguinte mensagem:

Recommendo a V.ex que preste, com toda a urgência informação exigida em confidencial de 17 de janeiro do corrente anno a respeito do tempo de cumprimento das penas, idade, estado de saúde, e conducta dos reos dessa *Província devendo excluir os condenados por crime contra a pro-*

²¹⁷ APEC. *Ministério da Guerra. Presidência. Ofícios dos Negócios da Guerra. Livro N° 103. Ofício (20/12/1866)*

²¹⁸ BATITIE, Peter. Sodomia na forças armadas. In: *Nova História militar*. CASTRO, Celso; IZECKSONH, Vitor e KRAAY, Hendrick. Rio de Janeiro: FGV, 2004. E Cf: COSTA(1996). *A espada de Dâmocles*. p.40-200. Vale ressaltar que indultar desertores em tempos de guerra não constituía uma novidade, mas durante a Guerra do Paraguai esta medida foi intensificada.

²¹⁹ APEC.Fundo: *Diversos Ministérios. Presidência do Ceará.Livro N°16. Ofício (01/06/1867)*. (Grifei)

*priedade, e remetter as petições de graça daquelles que se offerecerem expressamente para o serviço da guerra.*²²⁰

Havia regras para o envio de criminosos. Indivíduos que “cometeram crimes contra a propriedade” tiveram dificuldades em fazer parte das tropas voluntárias por ordem interna do Ministério da Justiça. Também havia proibições a certos homicidas que voluntariamente desejavam assentar praça, o que demonstrava que, apesar da duração da Guerra exigir constantes envios de forças humanas, alguns criminosos não eram bem-vindos nas tropas.

Sobre o alistamento de homicidas, um ofício reservado enviado à Presidência cearense no dia 22 de janeiro de 1868, pedia esclarecimentos:

*Convem que Vex quando prestar os esclarecimentos relativos ao tempo de cumprimento das penas, idade, estado de saúde e conducta dos reos dessa Província, em observância de confidencial de 17 de janeiro e do aviso reservado de 23 de setembro do anno próximo findo declare os que se offereceram para o serviço da guerra, e se algum delles foi *condemnado por crime contra pessoa de sua família ou a quem devesse respeito.**²²¹

Um quadro demonstrativo dos presos da cadeia de Fortaleza indicava em que condições muitos condenados conseguiram indultos.

²²⁰ Ibidem. Livro Nº16. Ofício (23/09/1867).

²²¹ Ibidem. Livro Nº16. Ofício (22/01/1868).

Tabela 2

Relação dos reos a que se refere o Decreto desta data perdoando-lhes as penas que se cumprem-na cadeia da Capital do Ceará.

Nomes	Crimes	Tempo das penas	Tempo do cumprimento das Penas
Gonçalo Santiago	Homicídio	14 annos	10 annos
João Felix da Rocha	Homicídio	12 annos	11 annos
Manoel Ferreira dos Santos	Homicídio	12 annos	9 annos
Miguel Ferreira Gomes	Homicídio	14 annos	10 annos
Vicente Francisco	Homicídio	14 annos	12 annos

Fonte: APEC. *Ministérios dos Negócios da Guerra*. Presidência da Província do Ceará. Livro nº 16 (Ofício do Ministério da Justiça). Ofício(01/07/1867).

Eram cinco presos condenados por homicídio que foram “indultados para a guerra”, porque, além de “não terem assassinado pessoas de sua família ou a quem devessem respeito”, já haviam cumprido mais de dois terços de suas penas.

A propósito, o tempo cumprido da penas foi mais uma das exigências do Governo Imperial dirigida às Províncias:

[...]V.ex determine as autoridades policiais d’essa Província [Ceará] que examinando as prisões de sujeitos [mutilado] condenados pelos crimes de homicídio ou tentativa de homicídio tiveram cumprido *mais de dous terço das penas impostas e mais da metade aos outros crimes*, excluindo os commetidos contra a propriedade declarando muito especialmente qual o tempo cumprido das penas compostas, quaes forao estas, qual o procedimentodo dos reos nos jornaes, sua edade e seo estado de saúde [...]²²²

Vê-se que, pela documentação citada, eram quatro exigências importantes para o ingresso, por exemplo, de homicidas nas tropas voluntárias, sendo relevante pontuá-las: a) que o criminoso não tivesse cometido crime contra alguém de sua família; b) que o criminoso não tivesse atentado contra a vida de alguém que ele

²²² Ibidem. *Livro N° 16* .Ofício (17/02/1867).

devesse respeito; c) que o réu já tivesse enfrentado um júri; d) que o homicida tivesse cumprido mais de dois terços de sua pena.

Estas exigências indicavam que não existiam imposições de "um Estado forte sobre uma população condenada", isto é, não eram "recrutamentos forçados sob símbolos de voluntários que criminosos foram enviados para a guerra do Paraguai", como afirma Júlio Chiavenato²²³. Eram envios regrados por valores vigentes na sociedade brasileira. Além disso, as autoridades militares da Corte recebiam petições enviadas pelos comandos policiais das províncias, que comprovavam as adesões voluntárias dos presos.

Por falta da petição que comprovaria o "desejo" de lutar na Guerra, o indultado "Domingos José de Lima, que cumpria pena na cadeia de Quixeramobim, e que havia embarcado para a Corte, não pôde partir para combater no Paraguai", porque as autoridades cariocas notaram que "o seu nome não constava nas listas de requerimentos". A situação fora contornada, pois foi pedido à Presidência cearense "que enviasse a petição de graça desse condenado e que nela estivesse expressamente o seu oferecimento para a guerra"²²⁴.

A medida de indultar condenado por crime de morte ia de encontro ao próprio Código Criminal de 1830, isso porque a legislação era dura com esse tipo de crime no século XIX. Penas severas eram impostas para homicidas. No Ceará, uma versão desse código, redigida em 1869, indicava os homicidas "no grau máximo seguidos

²²³ CHIAVENATO, Júlio José. *Guerra contra o Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1996. Para esse autor, o voluntariado da Pátria foi uma mentira inventada pelo Governo Imperial para camuflar a coerção do recrutamento que caía sobre as camadas pobres e livres das províncias, a exemplo dos criminosos que ameaçavam a ordem pública. Os alistamentos de criminosos para a Guerra do Paraguai, na perspectiva de Chiavenato, também realizariam uma limpeza social no Brasil. Vale ressaltar que esse autor faz parte da corrente interpretativa da Guerra do Paraguai denominada Revisionista, que, ao contrário da Versão Oficial, enaltecedora do patriotismo dos brasileiros que lutaram contra os bárbaros paraguaios, mostra o Paraguai como um Estado Nacionalista, antiimperialista que apresentava uma economia próspera de via original de desenvolvimento socioeconômico. Nessa perspectiva, o Paraguai era vítima do imperialismo inglês, verdadeiro inspirador do conflito, cujos instrumentos de ação foram o Brasil, a Argentina e o Uruguai. Cabe dizer também que a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina, e Uruguai) só se formou após Solano López ter invadido a Argentina em abril de 1865, e que apenas parte do Uruguai deu apoio ao Brasil. Vê-se, então, que as afirmações desse autor carecem de pesquisa histórica. Outro expoente do Revisionismo é o historiador argentino León Pomer. POMER, Leon. *A Guerra do Paraguai: a grande tragédia Rioplatense*. São Paulo: Global, 1980.

²²⁴ APEC. *Ministérios dos Negócios da Guerra*. Livro nº 16. Ofício (28/10/1867).

de agravantes, a pena de morte; galés perpétuas no grau médio e de prisão com trabalho por vinte anos no grau mínimo²²⁵.

A Guerra do Paraguai, no entanto, foi capaz de instaurar nas províncias a “morte remida”, aquela em que o homicida é perdoado em nome da Pátria.

As contradições nesse estado de guerra eram visíveis e o homicídio, dependendo das condicionantes, parecia não ser mais um grave crime. Os presos Joaquim José de Medeiros e Manoel da Costa Cavalcante, que se “offereceram para o serviço da guerra na petição de graça remetida por essa presidência com ofício de 22 de março passado, estão cumprindo pena por crime cometido contra pessoa de sua família”²²⁶, e por esta razão não “puderam embarcar”.

Sobre os réus acima citados, é interessante que me refira à insistência de um deles, Manoel da Costa Cavalcante, que, segundo o chefe de polícia, “Antônio Belarmino Bizerra, [...]o prezo teria se dirigido diretamente a ele e pedido para ir à guerra”²²⁷. Novamente, outro ofício foi enviado em nome de Cavalcante, e, desta vez, pelo teor das palavras, este criminoso parece ter obtido sucesso em sua empreitada rumo ao perdão que a situação belicosa oferecia:

Em officio de 26 de maio ultimo, acerca do crime aqui praticado por Manoel da Costa Cavalcante, tendo a diser a VEx^o que o crime de que se trata não foi praticado em pessoa da família do dito Cavalcante, e menos ainda a alguém que lhe devesse respeito, pelo contrario era seu encarniçado inimigo, em consequência de diser que ele fora autor de morte de José da Cruz.²²⁸

²²⁵BPMP/CE. *Código Criminal Annotado pelo Bacharel Drº João Baptista Pereira*. Rio de Janeiro: Tipografia Americana, 1869.

²²⁶APEC. *Ministérios dos Negócios da Guerra. Livro nº 16*. Ofício (23/03/1868). APEC.

²²⁷ APEC. *Secretaria de Polícia da Província do Ceará (1867-1868)*. Cx. 07. Ofício (28/04/1868)

²²⁸APEC. *Secretaria de Polícia*. Cx. 07. (30/11/1868)

Ao que parece, os pedidos de indultos individual ou coletivo tornaram-se comum na Província, e várias vezes encontrei chefes e delegados de polícia relatando a disponibilidade de "réus que espontaneamente se ofereciam para os combates".

Em janeiro de 1868, o então chefe de polícia, João Ferreira Cavalcante, relatava ao presidente da Província, Pedro Leão Velloso, a disponibilidade de Felipe de Araújo Frasão em servir no *front*, pois:

Tendo cumprido um anno de Gales a que fora condenado pelo jury da comarca da Telha, e mostrado aptidão para o serviço militar fica a desposição de VEx^o para esse fim. Devo ponderar a VEx^o para que tome na consideração que lhe merecer, que o mencionado Felipe de Araújo Frasao, a bem de não mostrar repugnancia em marchar para o sul, pelo contrario declarou-me que desejava para lá seguir, e para isso se offereceo.²²⁹

O que mais chamava atenção nesses pedidos eram as negociações entre as instâncias dos poderes central e local com as camadas transgressoras. Lidas "a contrapelo", ou seja, lidas do ponto de vista dos criminosos, essas evidências apontavam não para um alistamento forçado de transgressores, mas um jogo no qual cada jogador tirava suas vantagens: homens sem liberdade e estigmatizados encontrariam saídas para seus problemas, juntando-se às forças nacionais num estado de guerra que demandava recursos humanos.

As proibições contidas nas falas dos ministros demonstravam também a defesa dos valores que regulavam a sociedade brasileira: família, propriedade e liberdade.

Durante a Guerra, muitos foram os relatos nos quais indivíduos estavam sendo recrutados por serem "maus filhos". No Ceará, entre outros exemplos, o caso de "João Procópio de Freitas, solteiro e mau filho, que abandonou o pai cego, foi recolhido no quartel do corpo de guarnição para de lá partir para a guerra no sul"²³⁰, chamou-me atenção para a prática de recrutamento forçado sob a insígnia da "defesa da família".

Até quando, porém, o Estado pensava na família quando demonstrava vistas grossas, por exemplo, para casos de recrutamentos indevidos, como o de "Felix

²²⁹Ibidem. *Secretaria de Polícia*. Cx. 07. Ofício (28/01/1868).

²³⁰Ibidem *Secretaria de Polícia*. Cx. 07. Ofício (28/02/ 1868).

Antônio de Andrada", que fora descrito pelo pároco da cidade de Aracati, João Francisco de Sá, "como um parochiano casado, bom pai de cinco filhos, laborioso ao trabalho da agricultura com que sustenta não só sua família, mas seu sogro abandonado"?²³¹ Ou para o episódio de "João Pereira Martins, preso para recruta indevidamente visto ser este arrimo e cuidava de seus pais enfermos"?²³²

Com relação ao chamado crime contra a propriedade, as ações das autoridades foram mais enérgicas, pois esse crime sempre fora abominável na sociedade brasileira. Nas memórias de um mestre-escola cearense, a descrição da violência feita "a um sujeito que fora apanhado furtando maracujá na capoeira de outro e preso tendo alguns dias morrido por açoites recebidos"²³³, demonstrava o quanto eram severas as penas para aqueles que furtavam, por mais insignificante que fosse o objeto do furto.

O envio de homens pronunciados no crime de furto para a Guerra, no entanto, não seguiu, efetivamente, as exigências dos Ministérios da Justiça e da Guerra. Em alguns casos, o recrutamento assumia ser uma medida de controle social.

Tenho a honra de responder o officio de VEx^o dactado de hontem, em que pede-me informações sobre o estado de José Joaquim de Freitas, que como recruta foi preso e posto a desposição de Vex^o pelo meo antecessor. Tenho a informação que ignoro o seu estado constando entretanto que o mesmo fora recrutado *por ser vadio e como tal inniciado em furtos.*²³⁴

Quanto à liberdade garantida pelos indultos, os criminosos presos e julgados, como já explanado, obtiveram melhores chances de negociar com as autoridades militares. Caminhos mais tortuosos tiveram aqueles que não se renderam à prisão, pois precisaram usar "de táticas diante da estratégia do inimigo", que neste caso era o poder policial instituído nas províncias. Uma leitura que lhes fosse favorável a res-

²³¹ Ibidem *Secretaria de Polícia*. Cx. 07. Ofício (12/12/1868)

²³² APEC. *Ofícios da Guarda Nacional: Aracati*. Cx.04. Ofício (14/05/1868).

²³³ ARAGÃO, Manoel Ximenes. As Phases de minha vida: genealogia. *Revista do Instituto Histórico do Ceará*, Typografia Minerva, 1913. O mestre-escola nasceu em 1807 na cidade de Sobral e teve suas memórias reeditadas em 1913 pelo Br. de Studart, então presidente do Instituto do Ceará.

²³⁴ APEC. *Secretaria de Polícia do Ceará (1862-1868)*. Cx.09. Ofício (03/07/1868) (Grifei)

peito das vantagens do Decreto 3.371 foi uma das possibilidades. Os benefícios morais deste Decreto, efeitos simbólicos das ações patrióticas, eram importantes para a reinserção social.

Vale ressaltar que em nenhum momento negligenciei o caráter violento do recrutamento militar. Ao contrário, sei que muitas vezes este funcionou, principalmente no Brasil Império, como instrumento de controle e perseguição sociais. Alguns casos investigados na cadeia de Imperatriz, atual Itapipoca, indicaram essas coerções: "Joaquim Frota, pardo, solteiro, morador no Coelho pronunciado nos artigo 201, ofensa física grave, e 116, resistência às autoridades, foi combater no Paraguai, e junto com este foram João Alarção e José de Lima pronunciados nos mesmos crimes"²³⁵. A acusação de "resistência às autoridades" me permitiu ver a violência desses alistamentos.

O que estou investigando, como diria Paul Veyne²³⁶, corresponde a outras tramas que a Guerra do Paraguai teceu na Província cearense - tramas nas quais o conflito foi utilizado para redimir e incluir marginalizados na sociedade.

Retornando o caso inicial de Honorato Galvão, que havia se alistado entre os voluntários, há evidência de que o alistamento voluntário era via para consecução da liberdade perdida nos "contratempos" cotidianos. Os motivos que levaram esse sujeito a retornar errância e, *a posteriori*, não ter procurado as vias legais, podem estar no fato de ele ser perseguido por um magistrado, alguém "a quem devesse respeito".

Nesse mesmo percurso clandestino, "o condenado João Camillo de Oliveira, branco, casado, 25 anos de idade que estava sendo procurado desde 1865 pela polícia"²³⁷, só conseguiu se alistar quatro anos depois:

²³⁵APEC. *Secretaria de Polícia do Ceará (1851-1870). Rol do Culpados/ Vila de Imperatriz (Itapipoca-CE). Cx. 14. Ofício(19/08/1869)*. Segundo o Código Criminal do Império brasileiro (1840), os artigos 193 e 201 se referem, respectivamente, aos crimes de Homicídio e Ofensa Física Grave.

²³⁶ VEYNE, Paul. *Como se escreve a História e Foucault revoluciona a História*. (tradução Alda Baltazar e Maria auxiliadora Kneipp). Brasília: editora da UNB, 1998. 4ª edição.

²³⁷ APEC. *Secretaria de Polícia do Ceará (1851-1870). Rol do Culpados/ Vila de Imperatriz (Itapipoca-CE). Cx. 14. Ofício (19/08/1869)*.

[...]

João Camillo de Oliveira, casado, morador do Tabaco, localidade de Imperatriz, pronunciado no Art. 193, combinado com Art. 34 do código criminal consta ter sentado praça na capital do Piauí, e seguido para guerra com o nome de Joaquim Jose de Lima, como sargento do batalhão de nº11 de voluntarios.²³⁸

João carregava consigo acusações de crimes passíveis de severas punições e, não tendo proteção, viu na fuga para a Guerra a única maneira de se redimir. Rumo à junta de alistamento, ele enxergou a solução imediata para reverter sua situação. Como todos os criminosos até aqui citados, esse protagonista vislumbrou, em lógica própria, o voluntariado para a Guerra como resistência, um resistir localizado, oriundo de problemas particulares.

Se, na óptica do Governo Imperial, a maior prova de amor a Pátria naquele momento belicoso era o alistamento militar voluntário, João Camilo demonstrou, ao seu modo, o amor exigido pelo Império: alistou-se e levou consigo a possibilidade de ser perdoado pela sociedade. Ele poderia ter escolhido outro rumo à redenção, mas preferiu ser combatente, que era o caminho legitimado socialmente.

²³⁸Idem. *Rol do Culpados/ Vila de Imperatriz (Itapipoca-CE). Caixa. 14.*

3º CAPÍTULO

3. As Vozes do sofrimento

Foi durante a Guerra do Paraguai que o recrutamento pesou com maior força, principalmente sobre a população pobre e livre brasileira. Este fato era mais problemático em províncias como a do Ceará que, como visto, vivenciava um bom momento econômico com recrudescimento da agricultura algodoeira.

O maior desafio que se colocou para os grupos dominantes no momento da Guerra era como conciliar o alistamento de homens sem desfaltar a agricultura. Era uma conciliação que, certamente, teria vindo se a lei que isentava do serviço militar os trabalhadores agrícolas, por exemplo, tivesse sido cumprida à risca.

Esse não cumprimento fez com que proprietários de terras produtoras se revoltassem contra o intenso recrutamento realizado no período do conflito, o que culminou em denúncias e violências físicas registradas, tanto na imprensa como nos relatórios policiais. Por medo do empobrecimento devido à insegurança que as arregimentações impunham, aqueles homens decidiram começar uma guerra local contra os enviados do Império, os agentes recrutadores.

Era uma pobreza piorada, ou seja, uma miséria extremada que também preocupava as camadas populares da província, então as mais suscetíveis ao recrutamento. Em diversas ocasiões elas fizeram alianças com grupos de fazendeiros visando a coibir as sanhas do recrutadores.

Entre fugas, dissimulações e automutilações que foram artifícios muito utilizados pela população recrutável do Ceará, evidencio, sobretudo, as ações de grupos armados, pois nestas há evidências suficientes de novos laços de lealdade e sociabilidade entre fazendeiros e possíveis recrutas. Na esteira de Raimundo Faoro e Vitor Nunes Leal²³⁹, essas laços eram clientelistas, apoiados basicamente na

²³⁹ FAORO, Raimundo. *Os Donos do poder: formação do patronato político no Brasil*. 6ª edição. Porto Alegre, Globo, 1984; LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, voto e enxada: o município e o regime representativo no Brasil*. 4ª edição. São Paulo: editora Alfa-Omega, 1978.

capacidade de troca de favores que envolviam aspectos econômicos, políticos e afetivos.

Para os pobres, a não aplicação das leis que eximiam do serviço das armas os arrimos de família e os lavradores pobres, por exemplo, implicou, transpondo uma desestruturação econômica, uma desorganização social, uma vez que, no Ceará imperial, a relação entre trabalho e família era estreita. Por meio de um ofício da Secretaria de Polícia, é apreensível essa relação:

[...]Em dias do mez próximo passado, no disctrito de Marrecas de São do Príncipe, *de volta de uma desmancha de mandioca na Serra Grande, com sua família, o tenente Bernardo Jose Pereira, aconteceu de disparar uma espingarda , que um escravinho trazia ao hombro na ocazio em que atalhava um cavalo, o a empregar-se a tiro a queima roupa uma escravinha atraz, morrendo ella imediatamente.*²⁴⁰

Esse relato, embora curto, permite chegar mais perto da realidade da organização dos trabalhos no meio rural da Província cearense. Dessa forma, entendo ser a família uma "empresa"²⁴¹, no sentido de que todos os membros tinham importância em sua manutenção. Assim, quando a Guerra do Paraguai demandou um alto número de homens para combater, a ausência na casa se fez sentida, e "a guerra meteu-se na barriga que é a pior guerra conhecida", como bem expressou Maria Adenir Peraro.²⁴²

O medo da miséria foi expresso nos vários requerimentos enviados pelos familiares dos combatentes cearenses mortos ou mutilados no conflito, destacando-se os parentes do sexo feminino, que narravam para as autoridades, imperial e local, o estado deplorável de privações ao qual ficaram submetidos. Não só de lamentações, porém, viviam essas pessoas, pois muitas delas resolveram resistir

²⁴⁰ APEC. *Secretaria de Polícia do Ceará (1867-1868)*. Cx. 07. Ofício (13/11/1868).

²⁴¹ ARIÉS, Philippe, DUBBY, George, PERROT, Michelle.(Orgs.). *História da vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. V.4.p.105-199.

²⁴² Jornal Correio de Mato Grosso apud PERARO, Maria Adenir. *Bastardos do Império*. São Paulo: Contexto, 2001. p.56.

abertamente, insurgindo-se contra aqueles que eram responsáveis pelos recrutamentos. Entre os insurgentes, foram encontradas, além dos recrutas em potencial, muitas mulheres que, em nome de seus parentes, se revoltaram contra as infrações das leis militares que regulavam os alistamentos.

3.1. Revolta, lealdade e sociabilidade no Ceará durante a guerra do Paraguai

Conforme as vozes dissonantes da imprensa de Fortaleza, “o recrutamento impetuoso” realizado no Ceará durante a Guerra do Paraguai contribuiu muito para o fortalecimento da criminalidade na Província. As autoridades não se cansavam de apontar a “vadiagem como hábito pernicioso” intensificado durante o conflito. Para onde iam os possíveis recrutas que fugiam do serviço militar?

Esta indagação muito me intrigou, pois, ao contrário das falas das autoridades militares, os potenciais recrutas, pretensos vadios ou vagabundos, davam outros rumos às suas vidas, desenvolvendo, por exemplo, princípios de lealdade e sociabilidade junto à população local, que também compactuava da ojeriza ao recrutamento. Os resultados dessas alianças foram drásticos para as forças policiais recrutadoras, que tiveram de conviver, tal como os possíveis recrutas, com o medo e as incertezas da época belicosa.

Foi comum no Ceará durante os anos de 1867 e 1868, biênio de maior exigência por novos contingentes para os combates em solo paraguaio, encontrar relatos de várias resistências contra o “pavoroso recrutamento” realizado na Província. Entre os ardis utilizados pelos homiziados cearenses, evidencio as revoltas armadas por serem elas muitas vezes organizadas por “gentes de toda espécie”²⁴³, criando laços de lealdade naquele momento belicoso.

²⁴³A expressão “gentes de toda espécie”, no contexto de resistência armada ao recrutamento, foi várias vezes utilizada pelos delegados, inspetores de quartelão e comandantes da Guarda Nacional cearenses, que se referiam à diversidade social dos revoltosos.

No relatório de abril de 1868, o presidente Leão Velloso, ao passar sua administração, informava ao seu sucessor, Antônio Joaquim Rodrigues Junior, "da boa conduta da população cearense". Velloso alertava, no entanto, para o fato de que "a civilização não se fazia completa na província" e, preocupado, narrava casos de desrespeito às autoridades":

[...] Descia da cidade do *Icó*, para esta capital uma escolta conduzindo recrutas, e designados para o serviço da guerra em numero de 17, quando no dia 18 de janeiro no Tamanduá, lugar que fica no termo de Jaguaribe-Merim, um grupo como de cinquenta indivíduos acommeteram a escolta e deram liberdade aos presos.

Facto grave em si e ainda mais pelas conseqüências, que do exemplo poderiam seguir-se, não era para deixar de despertar minha attenção e cuidados, reclamando medidas no sentido de serem promptamente punidos seus atores[...]²⁴⁴

A formação de "hordas armadas" contra o recrutamento era consequência daquele tempo belicoso. O relato do Presidente era pertinente e, se referia às intensas ações desses grupos no Ceará, quiçá "a que de igual natureza e de maior gravidade os houveram n'outras províncias"²⁴⁵. Não raro, deparei denúncias de que autoridades ou ex-autoridades eram mentoras desses atos criminosos, conforme as acusações do "Juiz da comarca de Acaracu, que incriminava o tenente-coronel Domingos Jesuíno de Albuquerque do distrito de Santana" de:

[...]estar de combinação com os recrutas Manoel Ferreira de Pinho e seus filhos, que constantemente insultao na povoação de Meruoca a qualquer autoridade que ali procura fazer uma prizaõ em pessoas designadas para o serviço da guerra, e que já se tem levado ao conhecimento de VEX^a

²⁴³APEC. *Relatório apresentado pelo* Excelentíssimo Presidente Dr Pedro Leão Velloso ao Dr Antonio Joaquim Rodrigues Junior, em 22 de abril de 1868. p.1.

²⁴⁴Idem. *Relatório* de 22 de abril de 1868. Ao analisar os relatórios dos Presidentes da Província do Ceará no século XIX, observei que a formação de bandos armados foi constante na história cearense, e que, entre outras motivações, estavam vinganças pessoais, questões de terras, revoltas e rebeldias típicas do Império. Meu argumento é de que, no momento da Guerra do Paraguai, o motivo principal que propiciava a ação desses grupos era a resistência ao recrutamento.

consta que até esta data Pinho, filhos, e Jesuíno não tenham sido punidos, achou que estão habituados para descomporem as autoridades, e suas escoltas.²⁴⁶

Acusação semelhante aconteceu no “termo de Arneiroz”, quando “uma escolta composta por guardas nacionais e policiais foi enviada à propriedade do ex-subdelegado daquela localidade”, com intenção de “laçar porções de rapazes solteiros que lá se homiziavam”. Segundo o “comandante da diligência”, não foi possível cumprir as ordens, porque:

[...] o ex-subdelegado tinha em sua caza para mais de 100 pessoas, entre elas três criminosos de morte como Bernadino de tal, Jose Belinga e Luis de Souza os quais foram conhecidos pelos guardas nacionais que faziam parte da escolta [...].²⁴⁷

Na ocasião, o delegado de Arneiroz explicou aos seus superiores que “[...] não pôde completar as cotas de recrutas exigidas pelo Império”, visto que “a desordem naquele termo era tão grande que ele receava um grave conflito”²⁴⁸.

No “termo de Saboeiro”, em 1867, uma escolta da guarda nacional que estava levando recrutas desta localidade para a Capital “se apavorou”, quando “um bando armado composto por mais de quarenta homens, liderado pelo fazendeiro Francisco Teixeira cercou a escolta exigindo a soltura de 20 recrutas, tendo se dado na ocasião um banho de sangue”.²⁴⁹

Entre muitas localidades cearenses, Saboeiro ganhou destaque na imprensa de Fortaleza pela oposição de seus moradores às ordens imperiais. As autoridades que deveriam respeitar o poder central naquela cidade foram apontadas como chefes de bandos, “que inúmeras vezes insuflavam as desordens públicas”.

²⁴⁶ APEC. *Ofícios da Guarda Nacional: Acaracu*. Cx .01. Ofício (21/01/ 1869).

²⁴⁷ APEC. *Secretaria de Polícia da Província do Ceará*. Ofícios expedidos (1867-1868). Cx07. Ofício (28/10/1868).

²⁴⁸ *Idem*.

²⁴⁹ *Ibidem*. *Secretaria de Polícia do Ceará*. CX. 07. Ofício (17/04/1867).

Em meados de 1867, um certo “Cabelleira” mandou publicar no jornal *Cearense* a seguinte notícia:

Já é tática mui sediça do bacharel Gonçalo Baptista Vieira, móvel de todas as intrigas, calumnias e embuste desta comarca [*Saboeiro*] attribuir as suas victimas aquillo que elle e seus espoletas costumam praticar: haja visto, o seu procedimento indigno de todos os tempos. Quando , na administração do illustrado Drº Lafayette, se procedia ao recrutamento e alistamento de voluntários da Pátria para guerra que sustentamos com o Paraguay. O Sr Gonçalo aconselhava aos seus que não se alistassem e menos deixassem se recrutar, antes oppsessem resistência as autoridades, fazia votos para que o Imperador cahisse prisioneiro de Lopez, *aseitava em sua propriedade vadios, desertores e designados d’sesta e outras Províncias visinhas[...]*²⁵⁰

A publicação findou indicando pessoas daquela cidade que estavam cometendo os mesmos delitos que o sr. Gonçalo, como “o subdelegado Jeronymo, Camapum, Antonio Rodrigues que faziam de suas casas verdadeiros viveiros de vadios, excelentes recrutas no districto(sic)[...]”²⁵¹

A fúria das multidões também teve seus registros nos vários ofícios trocados entre as autoridades cearenses. Em 1866, “os encarregados de uma prisão na cidade de Icó, evitaram o enfrentamento com uma multidão composta por várias camadas sociais, que após retirar da cadeia um recruta, saiu vitoriosa”.²⁵²

Não eram, contudo, apenas as grandes revoltas que colocavam a Província num estado desorganizado e violento. As resistências de pequenas proporções também apareciam como algo danoso para o cotidiano cearense, e, assim, ganhavam respaldos nos relatórios policiais:

No dia 23 do mez próximo passado, Antonio de Oliveira Nunes, Ignácio de tal e Jose Mariano foram a cadeia da povoação de Pedra Branca e tiraram a força o recruta Francisco de tal, que estava recolhido por ordem do respectivo sub-delegado de policia[...]²⁵³

²⁵⁰ BPMP/CE. *Jornal Cearense*. Fortaleza, 9 de setembro de 1867. p.3. (Noticiário).

²⁵¹ Ibidem. Fortaleza, 10 de setembro de 1867. p.4.

²⁵² APEC. *Secretaria de Polícia da Província do Ceará*. Ofícios expedidos (1867-1868). Cx07 Ofício(23/02/1866).

²⁵³ Ibidem. *Secretaria de Polícia da Província do Ceará*. Cx.07. (18/11/1868)

No "distrito de Campo Grande, no termo de Ipu", na iminência de ser preso para recruta,

Antonio Francisco de Oliveira, que armado de faca de ponta e espingarda resistiu a escolta ameaçando o inspetor de quartirão que a dirigia [mutilado] aconteceu que um filho deste(*inspetor*), o qual não pertencia a escolta, temendo pela vida do pai, feriu com uma cacetada na cabeça do referido Antonio Francisco, que uma hora depois faleceu. O responsável subdelegado fez toda diligência para capturar o delinqüente, tendo-se convencido de que a escolta nenhuma parte teve neste desgraçado acontecimento[...]²⁵⁴

Novamente, as contradições impostas pelo estado de guerra. Se, de uma lado, as medidas implementadas pelo Estado Imperial em 1867 e 1868, a exemplo da revogação das penas de criminosos que aceitassem participar como voluntários no conflito, puderam ser consideradas medidas inclusivas (inclusão social) na Província; de outra parte, a "caçada humana do recrutamento" causava exclusão, porque criava situações que colocavam homens "incautos" no mundo do crime.

Outra normalidade entre os "homiziados da Guerra" foi a solidariedade interprovincial. Há referências de que revoltosos cearenses fizeram alianças com os vizinhos rebelados mais próximos, conforme a interpretação que concedi à narração do Comandante Superior da Guarda Nacional da cidade de Ipu.

[...]Não he coisa nova o saber, que nos limites dessa Província com a provincia do Piauí, existem hordas de 30 e mais homens armados, desta e daquela Província, tomando presos e empreendendo o recrutamento[...] em certo tempo foi suspenso o recrutamento no Tamboril pela opposição que ali se encontra, ainda hoje, segundo informações particulares, pela mesma razão, e pelo pouco apreço que dá as ordens superiores, se diz, será surpefluo o trabalho de mandar ali fazer recrutamento, o que não menos aconteceu em Santa Quitéria[...]²⁵⁵

²⁵⁴ Ibidem. *Secretaria de Polícia da Província do Ceará*. Cx.07. Ofício (11/11/1868).

²⁵⁵ APEC. *Guarda Nacional. Ipu (1852-1869)*. Cx.21. Ofício (11/11/1867).

É compreensível esse tipo de pacto, visto que as chances de libertarem recrutas cresciam à medida que o número de séquitos aumentava; porém o relato tem mais a dizer.

O que primeiro está implícito na descrição é o aproveitamento desses homens como braços armados. Sabe-se que a formação de bandos dirigida e protegida por proprietários locais apresentava-se como uma medida para conter o avanço da autoridade do Estado nas vidas das pessoas, além de ser uma estratégia a mais para aqueles que queriam escapar do recrutamento.

Na maioria das vezes, havia dependência mútua entre potentados locais e potenciais recrutas. Algumas evidências encontradas nas fontes militares do Ceará indicaram que muitos sujeitos foragidos do recrutamento contaram com o apoio de fazendeiros, porque se transformavam em mão de obra barata. Assim, amenizava-se a crise de braços nas lavouras, ao mesmo tempo em que se forjava uma relação solidária (proteção).

Analisando o conteúdo de um ofício enviado em 1866, pelo Presidente do Ceará, Sebastião Gonçalves, ao Ministério da Guerra, percebo esse apoio mútuo que se forjava diante das conscrições indesejadas:

[...]
Hotem pelas 5 horas da tarde foram presos como voluntários da Pátria 6 trabalhadores *praças do regimento de infantaria na fazenda do sr. Sebastiao Joaquim de Mello*, não podemos admitir que existem respeito dos indivíduos ordens para fazer conservar em prisão militar.²⁵⁶

O ofício demonstrava a ação descontrolada dos agentes recrutadores- ação que levaria a Província ao estado de “calamidade pública”, haja vista “a prisão dos laboriosos”. Escutando o “não-dito”, infiro que o relato atestava relações de solidariedade e sociabilidade mútuas, afinal, os homens cooptados eram praças e, provavelmente, diante da ameaça de serem enviados para o Paraguai, desertaram

²⁵⁶ *Ofício do Presidente da Província, Sebastião Gonçalves da Silva, para o Ministério da Guerra em 5 de setembro de 1866. Apud RAMOS (2003). p.153. (Grifei).*

em busca de novos rumos para suas vidas.

Também se depreende do fato acima é que o "fator surpresa" era o que determinava o sucesso das ações dos recrutadores. Esses agentes eram vistos pela maior parte da população cearense como representantes da repressão, ou seja, eram "provas vivas" da invasão do Estado na vida do homem comum, por isso, a menor suspeita de aproximação deles era suficiente para causar grandes tumultos e colocar localidades inteiras de prontidão na espreita dos caminhos. Obviamente, se os recrutadores chegassem de chofre, não haveria por parte dos recrutáveis tempo para resistência ou escapada.

Vale dizer que muitas dessas resistências se davam pela não aplicação das leis militares. A lei militar, que isentava, por exemplo, os trabalhadores agrícolas e homens casados do serviço militar, não estava sendo cumprida à risca, fator que acabou por nutrir as fugas e as organizações de séquitos.

Em algumas fontes militares, topei relatos bastante incisivos que me permitiram de uma só vez perceber as evasões dos designados, as relações clientelistas e as infrações das leis militares. Em novembro de 1866, o comandante superior da Guarda Nacional da cidade de Aracati mandava informar ao Presidente do Ceará:

[...]que se acham na Pacatuba, lugar do rio novo, trabalhando no sítio da viúva Claudiana Claudina de Jesus, os guardas nacionaes Miguel Antonio de Souza e Jose Antonio de Souza Lima, de apelido Calugá, e no Cascavel, no sítio Tijucussú, o guarda Manoel Cosme da Silva, os quaes foram designados pelo respectivo Conselho desta cidade, em abril passado para marcharem para a guerra contra o Paraguay. Vou rogar a VEx^a, que se digne de providenciar para que sejam elles capturados pelas authoridades policiaes dos ditos lugares ou para quem VEx^a entender, dos ditos lugares, visto que não se apresentarem no devido tempo.²⁵⁷

²⁵⁷ APEC. *Guarda Nacional. Aracati. Cx.04.*Ofício (08/11/1866.)(Grifei).

O exemplo acima corrobora a ideia de que os foragidos procuravam proteção em outras localidades, o que poderia amenizar suas angústias.

Esse abrigo provisório, entretanto, não eliminava a dor da distância da família, porque, de alguma forma, o recrutamento causava separação, fosse pela ida obrigatória dos homens para os campos de batalhas, fosse pelo pavor que ele causava na população masculina que se evadia ao desconfiar da proximidade das escoltas. Para os recrutáveis, por menor que fosse a distância, as dificuldades para comunicação e manutenção dos parentes pareciam infinitamente grandes. Dessa forma, a desestruturação familiar era inevitável.

Na edição do dia 5 de maio de 1867 do jornal *Cabrião*²⁵⁸, há uma charge que demonstrava o cotidiano daqueles que tinham de conviver como o "fantasma do recrutamento".

²⁵⁸Jornal *CABRIÃO*: Semanário humorístico editado por Ângelo Agostim Américo Campos e Antonio Manoel Reis(1866-1867). 2ª edição. São Paulo: UNESP, 2000.



—Tem paciência, mulher; em tempo de guerra é preciso fazer-se sacrifícios, deixar a família... e andar fugido pelo matto...

—Vamos! vamos! que a escolta não tarda!...

Fonte:Jornal *Cabrião*. 5 de maio de 1867.p.4.

A difícil situação de guerra veio favorecer, mesmo que em caráter efêmero, o estreitamento de laços solidários e afetivos entre pessoas de variadas condições e experiências sociais. O medo da miséria e da violência veio a constituir uma aproximação entre ricos e pobres, o que se materializou numa "identificação" comum. Era no existir clandestino das organizações de bandos que muitos potentados e recrutáveis quebravam regras e tentavam manter suas vidas na normalidade, criando e recriando ações diversas num cotidiano de perseguição.

3.2. Os Pedidos de exclusão do serviço militar: reações aos desrespeitos

No Relatório de 1867, o presidente interino do Ceará, Sebastião Gonçalves da Silva, informava que:

[...]

Atendia sempre as mais terminantes ordens para os contingentes da guerra do Paraguai [...] que atendia sempre as isenções legais e que procurava não afugentar da lavoura os homens dedicados ao trabalho e que não estão no rigor, das instruções do Governo, sujeitos ao serviço do exército[...]²⁵⁹

Com o intuito de se mostrar como bom administrador, o Presidente cearense trouxe um dos problemas mais sérios que o Império enfrentou durante a Guerra do Paraguai: a isenção do serviço militar. O relato acima especifica a proteção dos laboriosos da agricultura, no entanto, a referida autoridade, no decorrer do relatório, não fez menção às Instruções Militares de 1822, que isentavam do recrutamento outros grupos sociais.

As instruções de 1822 estabeleciam um sistema de recrutamento que isentava do serviço militar: homens casados, irmão mais velho de órfãos, filho único de viúva, filho único de lavrador, arrimo de família, incapacitados fisicamente, entre outros. Muitas famílias cearenses conheciam as regras de isenções do recrutamento, por isso, "se mal diziam da má sorte de seus parentes que foram indevidamente laçados como recruta para a guerra do Paraguai".

Segundo Fábio Mendes, havia uma minuciosa enumeração de isenção que "deixava em aberto os requisitos a que deviam satisfazer os recrutáveis, com critérios básicos de manipulação, deixando ampla margem de arbítrio à interpretação dos executores (recrutadores)".²⁶⁰ Isso significava que os caminhos que levavam às arbitrariedades no momento de recrutar foram facilitados por intrigas pessoais. Assim, antigas rixas políticas, vinganças e desentendimentos entre cônjuges, por exemplo, poderiam ser motivo para o recrutamento.

²⁵⁹APEC. *Relatório apresentado pelo vice-presidente da Província do Ceará, Sebastião Gonçalves da Silva*, em julho de 1867. p.6.

²⁶⁰MENDES. Op.Cit. p.123.

A historiografia militar nacional registrou bem esses acontecimentos. Nos documentos da Guarda Nacional e da Polícia das províncias, por exemplo, há registros de mães desiludidas com filhos rebeldes, de filhas decepcionadas com pais desordeiros e de esposas traídas que utilizaram variados ardis para punir seus parentes com o recrutamento para a Guerra do Paraguai. No Ceará, foi comum encontrar essas punições.

O comandante da Guarda Nacional de Aracati esclarecia:

Sobre o designado Manoel Joaquim do Nascimento, direi, que embora seja casado, e tenha três filhos, mandei-o por mim prender e designei-o pelo facto de vil-o denunciar a propria mulher, assegurando, não só haver elle tentado assassinal-a ,e offender a honra duma sua filha quase moça, como abandonando-a por uma escrava[...]²⁶¹

O recrutamento estava legitimado: Manoel era mau pai e mau esposo. Mas havia casos em que alegações pareciam não ser verdadeiras. Submeto a xequê, por exemplo, a resposta de “[...]um pedido de isenção solicitado por Maria Alexandrina de Lima, mãe do recruta José Francisco Teixeira”, então anexado a um ofício enviado à Presidência cearense”:

Cumprindo o disposto no Aviso de 14 de dezembro ultimo, tenho a honra de informar que o soldado Jose Francisco Teixeira, actualmente nessa Corte é com effeito filho de Maria Alexandrina de Lima, viúva de Domingos Ferreira Lima, com sete filhos menores, quatro do sexo masculino e três do feminino, residente na cidade do Icó, desta Província, entretanto a prisão desse individuo foi promovida pela própria família que elle não protege nem sustenta, mais antes escandalizara com repetidos furtos e péssimas ações segundo tudo informa o delegado de policia daquelle termo.²⁶²

Segundo o ofício, o preso era desordeiro e criminoso contumaz (cometia furtos) que não cuidava da família, e por isso foi punido com o recrutamento para a Guerra. Se Francisco era mau filho, mau pai e criminoso, por que sua mãe insistia em sua isenção do serviço militar? Houve abusos nessa prisão? Decerto!

²⁶¹APEC. *Guarda Nacional. Aracati. CX.04.* Ofício (13/07/1868).

²⁶²APEC. APEC. *Fundo: Governo do Ceará. Presidência. Ministério da Guerra. Livro N°149.* Ofício (23/02/1869)

O relato do comandante superior da Guarda Nacional de Acaracu, Francisco Roiz Lima, foi de extrema importância para a percepção de outros abusos cometidos contra homens protegidos pelas isenções legais:

Participo a VS^a que em cumprimento das ordens que me forao determinadas por VS^a espedi escoltas a captura dos designados [...] onde as escoltas prenderão quatro indivíduos que não estavam nas condições de prestar serviço na guerra, segundo as ordens que me deu VS^a que queria gente solteira sem impedimento e esses todos herao incapazes de prestar serviços na guerra. *Hum por ser cazado e ter dous filhos, hum outro por ter três filhos, hum solteiro porem coxo de uma perna e outro era minino, avista disso fui soltar para desocupar as escoltas a fim de seguir a capituração de desigandos[...]*²⁶³

Nesse episódio, os recrutas tiveram mais sorte, mas não escaparam dos constrangimentos da prisão. Essas violações geraram posteriormente protestos, tanto na forma escrita como na forma armada.

Em 1866, Maria de Jesus Valença suplicou ao presidente da Província a “exclusão do recrutamento de seu filho Francisco Sebastião pelo fato d'elle ser laborioso, honesto viver para sustentá-la, sendo ella viúva e doente a viver prostada numa cama a depender do sustento desse seu único filho(sic) [...]”²⁶⁴, mas de nada valeram suas palavras, pois “Sebatião foi recrutado”. Em semelhante caso, encontravam-se Joana Maria da Conceição, que pedia “a soltura de seu esposo recrutado injustamente [...] pois este era homem honesto, trabalhador, pai de cinco filhos e que vive para o sustento da família”²⁶⁵; e Maria Inácia Soares, que, indignada, exigia:

²⁶³ APEC. *Guarda Nacional. Acaracu. Caixa. N°01. Ofício (09/09/1869)*

²⁶⁴ APEC. *Guarda Nacional. Fortaleza Caixa. 14. Ofício (03/05/1869)*

²⁶⁵ *ibidem. Caixa. 14. Ofício (05/07/1867).*

[...] justiça e reparação praticada contra seu marido, Jose Vieira da Costa[...] Ele foi arrancado do seu trabalho no dia 7 do mês corrente passando, preso e remetido para o Crato, onde se encontra recolhido na cadeia d'aquela cidade e estar para morrer de fome, e alguns do miseráveis, estão até nus! E isso senhor, sem que ele que houvesse cometido crime algum. Se ele fosse um bandido ou criminoso, mas a lei expressa e sagrada o isempta do recrutamento e ele não deveria ser comparado a um criminoso sentenciado.²⁶⁶

"Ser laborioso" foi uma das justificativas mais utilizadas pelos familiares dos recrutados para os campos de batalhas no Paraguai. Outras alegações, no entanto, se destacaram como a incapacidade física que teve largo uso, principalmente, por mães que queriam livrar seus filhos da Guerra.

Xisley Ramos citou o sofrimento da mãe de Alexandre Lucas que, num intervalo de cinco meses, recorreu inúmeras vezes às autoridades, procurando isentar seu filho do recrutamento, por "ser este surdo e aleijado de um pé". Todas tentativas, porém, foram frustradas e o "jovem acabou sendo recrutado".²⁶⁷ Em semelhante caso, estava a genitora de "Vicente Ferreira da Costa", que, segundo "o médico encarregado da enfermaria militar, o designado se encontrava em observação na enfermaria, visto ter voltado do embarque por ter sofrido um acesso de epilepsia"²⁶⁸.

Ocorre que as denúncias de recrutamentos de incapacitados e doentes não partiram, apenas, dos parentes dos designados. No ano de 1868, principalmente, encontrei vários ofícios despachados pela Presidência Cearense aos comandos Superiores da Guarda Nacional da Província, cujos teores explicitavam os descontentamentos dos Presidentes em relação àqueles tipos de alistamentos.

²⁶⁶ Ibidem. *Caixa. 14. Ofício* (10/05/1868).

²⁶⁷ RAMOS (2003). p.155.

²⁶⁸ APEC. *Fundo: Presidência do Ceará. Diversas autoridades da Província*. Livro nº 230. Ofício (07/07/1868).

Foram recebidos os recrusas de que tracta V. Mce em officio do mês passado, sob nº25, sendo solto um de nome Joao Luis do Nascimento Galelo, que foi julgado incapaz para o serviço militar pela junta de saúde. Relevo ponderar – que apreciando esta presidência tanto os seus esforços com o do tenente-coronel, commandante do Batalhão de Milagres, no que diz respeito á guerra, não pude deixar de julgar inconvenientes a remessa para esta Capital de *indivíduos incapazes para o exercito, visto como desta sorte abre-se os cofres públicos um onus, com detrimento para o Estado.*²⁶⁹

As alegações sobre as incapacidades não eram apenas ardis usados pelos parentes que exigiam a liberdade do recruta. Ao contrário, eram narrativas plausíveis, que mostravam como o recrutamento interveio diretamente na vida das famílias cearenses.

Os sofrimentos dos parentes dos designados tocaram no íntimo de algumas autoridades militares que, enternecidas, agiram a favor dos recrusas. O comandante do 7º Batalhão da cidade de Aracati, Silvestre Ferreira Caminha, por exemplo, comoveu-se com a situação de “Gonçalo José Pereira” e, em seu nome, “rogou a liberdade de seu filho, João Pereira”,

[...]preso para recruta para o serviço da guerra ,e para isto tem motivos: o supplicante é casado com uma mulher velha e enferma, a quem não pode o supplicante por si presta-lhe os serviços exigidos por uma enfermidade longa e grave , tem o supplicante somente seu filho Joao Pereira, que é quem o ajuda e trata de sua mulher, desta sorte a falta de seu filho será uma verdadeira calamidade para o supplicante e sua mulher, e tanto é isto verdade que o seu antecessor [...] em iguaes circunstancias attendeo ao supplicante.²⁷⁰

²⁷¹ APEC.Fundo: *Presidencia do Ceará. Aos Comandos Superiores e mais Officiais da Guarda Nacional desta Província. Livro nº 272. Ofício (03/08/1868). (Grifei) .*

²⁷⁰ APEC. *Guarda Nacional. Aracati. Caixa. 04. Ofício (14/06/1868).*

Fatos como estes se repetiram, corroborando as contravenções da leis militares. Assim, certos de que tais leis estavam sendo infringidas, muitos parentes dos recrutáveis "partiram para resistências violentas", como injúrias e atentados contra a vida dos agentes recrutadores.

Joana Maria da Conceição, citada inicialmente, "[...]quando soube que seu marido estava na iminência de ser enviado para guerra, quebrou toda delegacia e enfrentou os soldados de polícia[...]"²⁷¹ Em Baturité, uma escolta foi enviada à casa de "Benedito de tal com a finalidade de prender homens para a guerra, mas os responsáveis pela diligência foram recebidos a tiro e a cacetadas pela mãe dos designados, pelas sobrinhas e três filhos do mesmo Benedito".²⁷²

Não raro, houve mulheres que tramavam, juntamente com outros parentes, ataques às escoltas, o que lhes garantia condenação no Artigo 116 do Código Criminal: oposição às ordens legais. Nesta situação, encontrei "pronunciados pelo delegado de Pacatuba Pedro Theofilo Teixeira e sua mai, Isabel Maria da conceição, incursos nos art. 269 e art.116 do código criminal(*sic*)."²⁷³

Não eram apenas os parentes dos homens atingidos pelos alistamentos que reagiam à agressão dos recrutadores. Parte da população não recrutável também compartilhava da aversão ao recrutamento realizado para a Guerra do Paraguai. Nos relatórios da Secretaria de Polícia da Província, deparei outras manifestações violentas.

Em maio de 1868, o delegado informava a prisão de "[...]Vicente, escravo, e Rita Maria por insultos dirigidos ao oficial de justiça quando prendia um menor para marinha de guerra".²⁷⁴ Alguns dias depois, "[...] Rita Maria fora recolhida à prisão por insultar o comandante da Guarda Nacional da Capital"²⁷⁵.

²⁷¹ APEC. *Guarda Nacional. Fortaleza. Caixa. 14.* Ofício (28/11/1868).

²⁷² APEC. *Guarda Nacional. Baturité. CX.02.* Ofício (10/07/1869).

²⁷³ APEC. *Secretaria de Polícia. Cx.07.* Ofício (26/11/1868)

²⁷⁴ APEC. *Secretaria de Polícia. Cx. 06.* Ofício (18/05/ 1868)

²⁷⁵ *Ibidem.* Ofício (02/07/1868)

A guerra não levou apenas violência física à população. Ela também impôs sobre as famílias dos combatentes mortos, principalmente, a violência moral, que defino ser um misto de privações materiais e humilhações.

3.3. Os Desamparados da Guerra

VIVENTES INFELIZES.
Marinheiros.
Guarda Nacional da activa.
Escravos de engenho.
Besta de carroça.
Mulher de soldado.
Caixeiro.
Padre vergonhoso.
Freira arrependida.
Medico sem clínica
Homem sem dinheiro.
Fonte: *Jornal Cabrião*

Na edição de 17 de janeiro de 1867, o jornal Cabrião, periódico paulistano “crítico-jocos”, apontava os “videntes infelizes” do Império. Entre as dez categorias arroladas, destaquei três; marinheiros, guarda nacional da ativa, mulher de soldado; por entender que elas faziam parte da crítica desse periódico aos desdobramentos da Guerra do Paraguai nas províncias.

A infelicidade feminina apresentada pelo *Cabrião* na expressão “mulher de soldado” era bem significativa. Na província do Ceará os parentes dos combatentes, recrutas e voluntários, ficaram expostos, por exemplo, a insegurança alimentar. Esta violência caracterizava-se pela designação de um ou mais membros importantes na manutenção da família.

As esposas dos combatentes foram as primeiras a sentirem esse impacto nocivo, porém não foram somente elas. Juntamente com estas, outros parentes em primeiro grau - destacam-se, pais, filhos e irmãos - sentiram os dissabores da angústia e do medo de uma penúria permanente.

A historiadora Maria Teresa Garritano Dourado, ao falar sobre o pânico, a agonia e a penúria das famílias de Mato Grosso, área de fronteira com o território paraguaio, com a eclosão da Guerra do Paraguai, destaca:

[...]um número significativo de mulheres que, direta ou indiretamente, foram afetadas pela Guerra do Paraguai, passou a requer seus direitos, solicitando pagamento de pensão e meio soldo, para sustentarem não só a elas, como também seus filhos, sempre numerosos e, em muitos casos progenitores velhos e doentes [...]²⁷⁶

No Ceará, apesar de este não ser área fronteira, há registros semelhantes que indicavam o sofrimento dos parentes dos combatentes. Evidencio as mulheres, que experienciaram dias de miséria e de temor por motivos advindos do conflito, fosse pela saída de seus filhos e/ou esposos para os campos de batalhas ou pelas migrações internas causadas pelo pavor que o recrutamento representava para eles.

Convém salientar que não ignoro o fato de que a estrutura familiar cearense em meados dos anos de 1860 estava bastante comprometida, pois a Província padecia de mazelas sociais, como crise na produção de alimentos e vastas estiagens, além de epidemias, a exemplo, da varíola e do cólera-morbus, que grassavam entre a população²⁷⁷. Nenhum desses males, todavia, foi tão letal à organização familiar cearense quanto a Guerra do Paraguai, visto que esta impôs adversidades (miséria, pânico, angústia, mutilação e morte) em longo prazo para os parentes.²⁷⁸

Ao examinar 80 petições enviadas pela Presidência do Ceará aos Ministérios da Justiça, da Guerra e do Império, divisei o quanto a Guerra interferiu de maneira negativa no ambiente familiar. Desse total de pedidos, 90%, ou seja, 72 súplicas

²⁷⁶ DOURADO, Maria Teresa Garritano. *Mulheres Comuns, senhoras respeitáveis*: a presença feminina na Guerra do Paraguai. Campo Grande: Ed.UFM, 2005.p.52.

²⁷⁷ STUDART, Barão. *Datas e Factos para História do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2001. P.185/207.(edição Fac-similar). O Barão registra algumas "secas" no tempo da Guerra do Paraguai, o que combina com algumas informações encontradas no jornal *O Cearense* do ano de 1865, que davam indicativos de que em quatro localidades do Ceará, Ipu e Sobral, no Norte; São João do Príncipe, nos sertões dos Inhamuns, sudeste cearense; no Crato, sul, houve "terríveis" estiagens. Sobre a crise na produção de gêneros alimentícios, encontrei no Livro 141- Ministério da Guerra -um ofício no qual o presidente da Província do Ceará havia expedido um pedido de importação de produtos, como farinha e sal, da Província de Pernambuco.

²⁷⁸ Minha argumentação parte do princípio de que o serviço militar separa o combatente do ambiente familiar, ficando os parentes sem notícias e vice-versa; então o fator agravante nesta conjuntura é aumento da angústia por falta de informação. Ao passo que em conjunturas de epidemias ou intempéries climáticas, os sofrimentos são sentidos e acompanhados de perto por todos os membros da família.

foram feitas em nome de esposas, viúvas, mães, filhas e irmãs, sendo um traço marcante dos conteúdos "a exigência do ressarcimento pela perda de um elemento importante na manutenção da casa". Apenas sete requerimentos foram enviados em nomes de parentes do sexo masculino, o que demonstrava uma superioridade numérica das mulheres como "requerentes da Guerra".

As viúvas foram as que mais suplicaram às autoridades os direitos prometidos naquele estado de guerra. Cinquenta e um pedidos em nome dessas mulheres foram mandados às autoridades militares da Corte, sendo que em todos eles, elas se diziam "desgraçadas pela guerra". A propósito, esses requerimentos indicavam histórias de vidas marcadas por experiências de temor, insegurança e pobreza que naquela conjuntura beligerante se intensificaram. Neles há relatos de famílias que perderam, temporária ou permanentemente, a maior parte dos parentes para o conflito.

Aliás, é preciso ressaltar que existiam em todas as apelações pelo menos duas características comuns: alegação de pobreza extrema e o número de dependentes do combatente.

No Ceará viúvas, mães e "mães-viúvas", sobretudo, apelaram incessantemente às autoridades imperiais para que as leis que ressarciam "as famílias dos combatentes mortos ou mutilados na campanha do Paraguai fossem cumpridas". O que notei, entretanto, no curso da investigação acerca das respostas dos pedidos enviados, foi um tratamento desrespeitoso em relação a essas mulheres, que, tais como seus parentes ceifados ou mutilados em combates, travaram "grandes batalhas" com o inimigo comum, o Estado Imperial, para usufruírem da pensão e/ou meio soldo garantidos por leis e decretos.

Em abril de 1866, "o esposo de Angélica Caetana Butrago, o sargento do 14º Batalhão de Infantaria do Exército, Manoel da Silva Butrago, foi morto num combate no Paraguai"²⁸⁰. De acordo com a lei militar 1841 e as Instruções de 1822, esta

²⁷⁹ APEC. *Ministério da Guerra. Livro nº 149 (1862-1870). Ofício (05/04/1869)*

mulher tinha direito “a uma pensão ou meio soldo assegurado às viúvas dos soldados ou oficiais mortos em guerra”; todavia, o benefício, apesar de legal, na prática, não foi cumprido.

Após um ano da morte do esposo de Angélica Butrago, a primeira petição foi enviada em seu nome, cujo conteúdo dizia:

Angélica Caetana Butrago, viúva do 1º sargento da 1ª companhia do 14º batalhão de infantaria, Manoel da Silva Butrago, morto no combate de 10 de abril do anno passado, pede no prezente requerimento uma *pensão com que possa subsistir sem precisar esmolar o resto de sua vida*, bem como que se mande proceder ao ajuste de conta dos vencimentos do seu marido até o dia em que falleceu.
A supplicante instrue o seu requerimento com certidão de seu casamento com o dito official inferior[...].²⁸⁰

A alegação da suplicante, segundo a petição, gravitava à órbita da pobreza a que estava submetida, pois a perda do marido na Guerra a levou a esmolar. O fato de Angélica viver de esmolas demonstrava que ela não era uma pessoa que tivesse quem a socorresse num momento de precisão. A intenção do requerimento era mostrar o cotidiano repleto de dificuldades com a ausência daquele que era responsável pela sua manutenção, ou seja, tentava-se deixar clara a total dependência da suplicante em relação ao seu esposo, “[...] que ele era seu arrimo”.

Vale ressaltar que, necessitando de auxílio jurídico, quando se dirigiam às autoridades, os requerentes da Guerra, normalmente, recorriam a pessoas habilitadas e conhecedoras das leis, como bacharéis e juizes, que assinavam “em seus rogos”. Assim, o risco de seus depoimentos serem distorcidos era muito grande-riscos maiores para as mulheres.

Em geral, a escrita desses requerimentos tinha a intenção de mostrar o cotidiano repleto de dificuldades dos(as) suplicantes.

Retornado ao caso de Angélica Butrago. Quase dois anos haviam se passado, e a viúva não tinha recebido nenhum benefício, visto que, do início de 1869, vi o seguinte relato:

²⁸⁰Ibidem. Livro nº 149. Petição (08/05/1867)

Remette a VEx^o o incluso requerimento informando por essa presidência em 2 de março de 1867, e em que a viúva do sargento do 14^o Batalhão de infantaria Manoel Butrago, falecido em combate - Angélica Caetana da Silva Butrago, pede uma pensão, a fim de que se juntem os documentos exigidos pelo Decreto nº 89 de 31 de julho de 1841 para poder ser tomado em consideração semelhante pretensão.²⁸¹

Depois de muito "pelejar", a viúva em questão, finalmente, recebeu uma resposta positiva do Ministro da Guerra. Informando sobre sua pretensão, "[...]diz que ela [Angélica Butrago] é digna de merecer a graça que impetra[...]"²⁸². A insistência dessa mulher denunciava o descaso do Governo Imperial no cumprimento das leis, haja vista que a morosidade burocrática, mal crônico brasileiro, parece ter piorado naquela conjuntura de guerra.

Em outros termos, os pedidos feitos em nome de Angélica Butrago não eram apenas retóricas que visavam a sensibilizar as autoridades. O teor das palavras indicava pobreza, medo, insegurança e angústia, o que por si justificavam os porquês das súplicas.

Para perceber esses males, verdadeiros incentivadores das súplicas femininas, me arrimei em Jean Delumeau, que fez uma excelente diferença entre o medo e a angústia coletivos desde o período da Baixa Idade Média até os tempos contemporâneos:

'Medos particulares', ou seja 'medos nomeados'. Aqui, pode-se operatório no nível coletivo a distinção que a psiquiatria agora estabeleceu no plano individual entre medo e angústia, outrora confundidos pela psicologia clássica. Pois se trata de dois pólos em torno dos quais gravitam palavras e fatos psíquicos ao mesmo tempo semelhantes e diferentes. O temor, o espanto, o pavor, o terror dizem respeito ao medo; a inquietação, a ansiedade, a melancolia, à angústia. O primeiro se refere ao conhecido; a segunda ao desconhecido. O medo tem um objetivo determinado ao qual se pode se fazer frente. A angústia não o tem e é vivida como uma espera dolorosa diante de um perigo tanto mais temível quanto menos claramente é identificado: é um sentimento global de insegurança. Desse modo, ela é mais difícil de suportar do que o medo. Estado ao mesmo tempo orgânico e afetivo, manifesta-se de maneira menor (a ansiedade) por uma sensação

²⁸¹APEC. *Ministério da Guerra. Presidência do Ceará. Livro nº 70. Ofício (09/01/1869).*

²⁸²Ibidem. *Livro nº 70. Ofício (19/04/1869)*

discreta de aperto da garganta, de enfraquecimento das penas, de tremor, acrescentada à apreensão com o futuro[...]²⁸³

Respeitando sempre o espaço/tempo histórico, concluo que a diferenciação científica do medo e da angústia é também social, e de sobrada importância para melhor entendimento das ações desencadeadas pelas mulheres dos combatentes. É essa apreensão do futuro ante uma conjuntura violenta de que fala Delumeau que viúvas, mães, filhas e irmãs suplicantes da guerra explicitaram temor e ansiedade.

Em março de 1868, foi a vez de D. Francisca Porfírio de Farias, viúva "do capitão herói de guerra, Delmiro de Farias, morto em 1867", iniciar sua trajetória de reivindicações:

Tenho a honra de passar ás mãos de VEX^a incluso requerimento no qual D. Francisca Porfíria de Farias, viúva do Capitão Delmiro Porfírio de Farias, morto em campanha. Pede sua majestade o Imperador a pensão concedida as famílias dos voluntários da Pátria. Como informações tenho a dizer a VEX^a que o marido da supplicante seguio desta Província [do Ceará] para guerra em 1865, e que é ella mãe de 7 filhos menores, pobre e por conseguinte a julgo no caso de merecer a graça que impreta. Ao governo imperial, porem, resolverá como entender de justiça. ²⁸⁴

Apesar de a mulher ser esposa de uma alta patente, o que lhe conferia o distintivo de *dona*, que, por sua vez, indicava a legitimidade do casamento, nada disso foi capaz de reduzir as dificuldades impostas. Sete meses depois do primeiro requerimento, encontrei o seguinte ofício:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Aviso de VEX^a em data de 15 de setembro próximo passado, com relação as condições que deve satisfazer D. Francisca Porfírio de Farias, esposa do capitão mandante Delmiro de Farias, morto em campanha, para poder obter a pensão que pede ao governo imperial. Em resposta cabe-me declarar a VEX^a que nesta data mandei dar conhecimento a peticionaria o preceituado no mesmo aviso.²⁸⁵

²⁸³ DELUMEAU. Jean. *História do medo no Ocidente (1300-1800)*: uma cidade sitiada. (Tradução -Maria Lucia Machado). São Paulo: Cia das letras, 1989. (2º reimpressa). p.25.

²⁸⁴ APEC. *Ministério da Guerra*. Livro nº 149. Petição (10/03/1868)

²⁸⁵ Ibidem. Livro nº 149. Ofício (09/10/1868).

A peticionária recebeu uma missão, em vez de uma solução para seus problemas. Preceituado na linguagem da época significava regulado ou ordenado, isto é, que havia regras, ordens para o recebimento da pensão pedida. - Que regras eram essas?

Descobri, quando deparei um ofício enviado pelo Br. de Muritiba, o então responsável pelo Ministério da Guerra, à Presidência do Ceará:

Para que possa ser tomados as considerações do requerimento remetido por VEX^a em data de 10 de março ultimo e em que D. Francisca Porfirio de Farias, morto em campanha pede pensão, convem que VXE^a faça constar a mesma que deve ser instruída seo requerimento como os seguintes documentos originais: Folha corrida, Fé de Ofício do seo marido, certidão das secretarias do Império e da Guerra declarando mercês que tem recebido, ou que nenhuma há recebido, a certidão de que manda perceber dos corpos públicos e titulo de pensão, certidão dosfilhos, certidão de casamento [...]²⁸⁶

Este comunicado estava baseado na Lei Militar de 31 de julho 1841, nº 89, que regulava as formas que deviam ser instruídas às remunerações dos serviços militares²⁸⁷. Ficou claro que a peticionária tinha que provar o grau de parentesco com o combatente, a legitimidade dos filhos, além de ter que apresentar documentos que independiam de seus esforços individuais, por exemplo, a Fé de Ofício do combatente, que era uma lista dos feitos dos militares em serviço, expedida pelo comando em chefe às secretarias de finanças das Províncias. Cabe, então, perguntar a respeito da sobrevivência da referida requerente: como estava vivendo com sete filhos, já que as expedições de documentos demandavam tempo?

Infelizmente, não tenho o desfecho dessa história, mas posso dizer é que, certamente, as dificuldades para viúvas com filhos menores, principalmente, foram extremamente duras, pois teriam a difícil tarefa de sustentar os órfãos sozinhas.

²⁸⁶ Ibidem. Livro nº 149. Ofício (15/11/1868).

²⁸⁷ *COLEÇÕES DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL. (LEIS E DECISÕES), 1841. Parte II, Tomo IV. P..40/41.*

No universo agressivo das instituições masculinas, as dificuldades impostas para essas mulheres eram extremadas, ao ponto de sofrerem verdadeiras devassas em suas vidas.

Em boa parte das súplicas investigadas, havia uma particularidade que curiosamente fazia parte dos regulamentos militares desde o Brasil Colonial, tendo continuidade na legislação de 1841. Era a *prova de honestidade* que todos os parentes do sexo feminino tinham que anexar junto aos requerimentos.

Em fevereiro de 1868, foi enviado em nome de Carolina Francilina o seguinte rogo:

Tenho a honra de transmittir a VXE^a, o requerimento em que Carolina Francilina de Andrade, viúva do Tenente do 2^a batalhão de infantaria do exercito, Jose Raimundo de Andrade, supplica de Vossa Majestade O Imperador a graça de conceder-lhe uma pensão equivalente ao soldo da patente de seu finado marido.

Esse afinal tendo acompanhado do Theatro da guerra ao 2^o batalhão de voluntários da Pátria, no posto de capitão de commissao, falleceo de epidemia no hospital de Solto. [...]

A supplicante é *pobre, vivi honestamente e tem sua companhia uma irmã desvalida, de menor idade, e uma creança exposta.*

A meio soldo de 20/30 reis, que lhe foi arbitrado, é um fraco auxilio para essa família a viver decentemente em uma cidade onde a subsistência já é cara[...] ²⁸⁸

A expressão “vivi honestamente” foi encontrada em muitas petições atestando o seu valor para a época. Dessa forma, deduzo que se tratava de uma exigência moral do Estado sobre as mulheres requerentes da guerra, sobretudo, as casadas, uma vez que o intuito era evitar custos financeiros. Logo, a honestidade era de suma importância para se adquirir a pensão.

O casamento era uma questão delicada nas forças armadas. Segundo Jonh Schulz, em 1854, o Ministro da Guerra chegou a afirmar “[...] que militares casados constituíam-se em fonte de grande despesa para o Estado, e que o governo devia ter um controle quanto aos tipos de pessoa com quem se casavam os

²⁸⁸ APEC. *Ministério da Guerra. Livro nº 149. Petição (02/03/1868).*

oficiais".²⁸⁹

Por fim, a honestidade feminina já era alvo de discussão em 1816, quando a legislação militar brasileira autorizava o casamento dos soldados, desde que estes tivessem mais de 24 anos e sua mulher fosse *honest*a.²⁹⁰

Estes obstáculos morais expressos pelo poder militar estavam também em consonância com o poder eclesiástico que vigiava e punia crimes contra a família, como o adultério e a ilegitimidade, desde os tempos da colonização.²⁹¹

De modo bastante franco, assevera John Schulz, que "[...]o governo não estava disposto a pagar meio-soldo às viúvas e esperava desencorajar os oficiais de contrair matrimônio, independente do resultado que tal circunstância pudesse ter sobre sua moralidade"²⁹².

O fato foi que a Guerra do Paraguai demandou, sobremaneira, esforços econômicos do Império e, mesmo antes de se finalizarem os combates, as finanças já estavam exauridas. Haja vista a situação, o Estado não tinha como ressarcir, imediatamente, às famílias. Insistir nas questões morais, por exemplo, pareceu-me a alternativa de procrastinação das leis. Assim, se ao Estado cabia indenizar as suplicantes da Guerra, estas, por sua vez, deveriam provar a honestidade e o parentesco com o combatente.

Importa lembrar que a importância da honradez comprovada era atributo essencial, principalmente, para as viúvas e casadas com descendentes que deveriam zelar "pelo lar e pela moral do filhos". Dessa forma, esperava-se delas um comporta-

²⁸⁹SCHULZ, John. O Exército e o Império. In: *O Brasil Monárquico: declínio e queda do império*. HOLANDA, Sérgio Buarque de. E CAMPOS, Pedro Moacyr. (Orgs.). São Paulo: Difel, 1974. Tomo.II, V. 4º. (2ª edição). p23-258. Segundo Schulz, em 1854, foi aprovada uma lei que proibia o casamento de oficiais em início de carreira, o que desencadeou revoltas e protesto antigovernamentais por partes dos estudantes e dos jovens oficiais. Tal lei foi revogada no ano seguinte, mas esse fato não fez com que as instituições militares olhassem com bons olhos para os matrimônios dos militares.

²⁹⁰KRAAY, Hendrick. O Cotidiano dos soldados na guarnição da Bahia (1850-1899). In: *Nova História Militar Brasileira*. CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (Orgs.). Rio de Janeiro: FGV, 2004. p.254. Segundo Kraay, em alguns exércitos, a exemplo do exército britânico, só permitia que seis soldados por companhia tivessem esposas.

²⁹¹FIGUEIREDO, Luciano. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: HUCITEC, 1997. Esse autor faz uma excelente análise dos crimes contra a família mais perseguidos pela Inquisição nas Minas Gerais setecentistas, destacando-se o adultério e a ilegitimidade. Uma das fontes mais utilizadas por Figueiredo foram As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, de 1707, que tiveram vigor até o final do Império, influenciando moralmente, por exemplo, instituições como o Exército.

²⁹² SCHULZ.(1974),p. 247.

mento exemplar, caso contrário, correriam os riscos de perder a tutela dos filhos e a administração do patrimônio²⁹³.

A honestidade poderia interferir no consentimento do benefício, e as peticionárias que, porventura, não se referissem às suas condutas morais teriam desagradáveis cobranças. Foi o que aconteceu com a viúva do capitão João Caetano Pereira, Dona Isabel Grifeldes Sucupira Pereira, que requereu junto ao Ministério da Justiça "a pensão a que tinha direito", havendo recebido como resposta o seguinte ofício:

Para que se possa referir o requerimento em que pede uma pensão D. Isabel Grifeldes Sucupira Pereira, viúva do capital Joao Caetano Pereira, morto em combate , cumpre que *VEX^a exija da peticionaria* , e remetta a esta secretaria de estado , documentos que comprovem ser ella com effeito esposa d´aquelle official ser pobre e onerada de família como allega e *viver honestamente*.²⁹⁴

Em decorrência dessa resposta, tudo indica que essa suplicante não evidenciou o seu estado moral no requerimento, talvez por desconhecimento ou mesmo por não ter como comprovar. Decerto, a súplica de D. Isabel estava parada em alguma seção do Ministério da Guerra.

O certo é que essa exigência dificultava ainda mais o andamento dos pedidos, visto que, as requerentes precisavam de testemunhas que atestassem, diante do "pároco de sua localidade e do inspetor de quarteirão", seu bom comportamento moral.

Em 27 de julho de 1871, dois anos após o término da guerra no Paraguai, duas irmãs ainda tentavam receber o benefício do irmão morto em combate no Paraguai:

Para que possa ter andamento o requerimento em que D. Lídia Josefina Xavier e D. Etelvina Xavier, pedem uma pensão em remuneração dos serviços prestados na guerra do Paraguay por seu fallecido irmão o alferes de infantaria Francisco Aureliano Ibiapaba Xavier, convem que as supplicantes apresentem os seguintes documentos que faltam: prova de ter aquelle referido official morrido em combate ou ferimento recebido n´elle, certidões negativas de graça das secretarias de guerra e do império;

²⁹³ SAMARA, Eni de Mesquita . *A Família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

²⁹⁴ APEC. *Ministério da Guerra*. Província do Ceará (1868-1870). Livro nº 70. *Ofício do Minsitério da Justiça*. (13/01/1868)(Grifei).

certidões provando que são as únicas herdeiras do referido official, e *finalmente certidão provando que são solteiras e que vivem honestamente, o que declaro a VEX^a afim de que o faça constar as interessadas.*²⁹⁵

O curioso foi que, antes, em 1869, as requerentes haviam feito outras petições, informando as dificuldades de acesso a documentação exigida pelo Ministério da Guerra.

Passo as mãos de VEX^a, em cumprimento do Aviso de 23 de setembro ultimo, o requerimento de Lídia Josefina Xavier e Etelvina Augusta Xavier, em que pedem uma pensão pelo falecimento em combate de seu irmão Francisco Aureliano Ibiapaba Xavier, alferes de infantaria do exercito. As supplicantes allegao naquelle aviso que não podem addicionar a referida petição a respeito da certidão de óbito, exigido naquelle aviso, e solicitao do mesmo Augusto Senhor a Graça de mandar vir do quartel General em commando em chefe das forças brasileiras no Paraguay.²⁹⁶

Diante de um Estado perseguidor, que não informava e nem confortava os parentes dos combatentes, não há dúvidas, as mulheres requerentes do Ceará eram desamparadas da Guerra.

Percebi esses desamparos nas petições, à medida que se descreviam o desespero e a “má sorte” das mães, das esposas, das filhas e das irmãs que perderam seus principais arrimos na guerra. O correto seria ressarcir-las imediatamente, visto que a família foi desmembrada no ato de defesa da Pátria, mas os procedimentos foram outros, e o errado parecia ser o certo.

A desestruturação familiar ocasionada pelos alistamentos para a guerra foi questão ressaltada, praticamente, em toda documentação militar examinada.

Em Aracati, em 1868, uma comissão “de gente importante” reuniu-se para pedir em nome do “Sr. Elias Alves de Carvalho que tem dous filhos no theatro da

²⁹⁵APEC. *Ministério dos Negócios da Guerra. Província do Ceará (1871-1872). Livro nº 71. Ofício(11/06/1871)(Grifei).*

²⁹⁶APEC. *Ministério da Guerra. Província do Ceará Livro nº 149. Ofício (23/02/1869).*

guerra, e que o único que lhe resta, se acha preso para recruta, Jose Alves de Carvalho, é arrimo de seus pais velhos e enfermos e de suas três irmãs, o que de todos nós é sabido."²⁹⁷ Também o requerimento enviado nos nomes das irmãs Ferreira de Castro, Delmira, Madalena, Francisca, Lina e Ana, indicava o quanto a Guerra desmembrou o ambiente familiar:

Tenho a honra de passar as mãos de VEX^a a presente petição , em que D. Delmira Ferreira de Castro, Lina Ferreira de Castro, Francisca Ferreira de Castro, Madalena Ferreira de Castro e Anna irmãs germanas do Tenente do exercito Jose Francisco de Castro e do alferes de commissao Albertino Ferreira de Castro, ambos mortos nos campos do Paraguay pedindo sua majestade o Imperador a graça de conceder-lhes o beneficio de uma pensão [...] ²⁹⁸

A intenção do escrevente era demonstrar as vicissitudes das requerentes, uma vez que “[...] não tinham meios próprios de sobrevivência e em tudo dependiam desses combatentes, seus irmãos[...].”

Relatos de imposição e descaso foram constantes nos requerimentos, basta olhar a passagem do tempo. Um ofício enviado em 1871, como resposta a Joaquina Maria de Jesus, “[...] que perdeu o filho na guerra, em 1866, e vive em estado de pobreza”, deixou bem evidenciado esse aspecto.

[...] Havendo Joaquina Maria de Jesus, viúva de Gonçalo de Freitas Maciel e mai do soldado Raymundo José de Freitas, fallecido no Paraguay requerido uma pensão e tendo deixado de juntar a sua petição a certidão de obito do seo marido e a certidão de baptismo de seo filho, haja VEX^a de providenciar de que modo sejam enviados a esta secretaria de estado os mencionados documentos [...] ²⁹⁹

Encontrei, entre muitos documentos da Secretaria de Polícia da Província, um ofício em nome de Joaquina Maria de Jesus, redigido no ano de 1868. Apesar de curto, o ofício tinha informações incisivas, que expunham tanto a desestruturação

²⁹⁷ APEC. *Guarda Nacional. Aracati (1866-1889). Cx. 01. Ofício (15/06/1866).*

²⁹⁸ APEC. *Ministério da Guerra. Província do Ceará Livro nº 149. Petição (04/05/1868).*

²⁹⁹ APEC. *Ministério da Guerra. Província do Ceará Livro nº 71. Ofício recebido a (09/06/1871).*

familiar ocasionada pela infração das leis militares como a debilidade destas:

[...]A referida Maria Joaquina de Jesus, moradora no oiteiro dos educandos desta cidade [Fortaleza] , é efetivamente mãe dos voluntários Raimundo José de Freitas e Theodosio José de Freitas e sogra de um outro voluntário de nome Candido José da Silva, que seguiu para sul com a mulher e dois filhos deixando uma outra filha de oito annos de idade em companhia da sogra.³⁰⁰

Cumprе salientar que o caso acima foi o mais extremado que encontrei no século XIX, pois (pasmem!), no ano de 1884, novamente, Joaquina Maria de Jesus, que tinha se tornado uma sexagenária, ainda estava a rogar às autoridades a pensão de seu filho morto em combate em 1866:

Joaquina Maria de Jesus, idade sessenta annos, viúva, natural e moradora na cidade do Aracaty da Província do Ceará, tendo um filho de nome Raymundo José de Freitas, que como soldado marchou para a guerra do Paraguay, no anno de 1865, o qual faleceu em 1866 em virtude de ferimentos que levou, tendo em novembro de 1870, requerido uma pensão, que por lei lhe pertence, a cuja, petição já estou [mutilado] e mais documentos exigidos, mas , acontecendo que haja não solução alguma , não obstante desde permanecer a supplicante nesta Corte em procura de tal resultado-vem por isto respeito somente pedir a VEX^a a graça de encaminhar sua petição de S.Majetade Imperador Regente, assim, da data do falecimento do seu dito filho, a suplicante obter a dita pensão, vindo acrescentar que a supplicante é paupérrima e sem nenhuma proteção, alias tendo a seu cargo uma filha donzela que ate agora vive honestamente. A rogo da Requerente: Raimundo Pereira de Carvalho.³⁰¹

Compartilhando do mesmo descaso, e não menos amargurada, estava "D. Antônia Gregorina Torres de Vasconcelos, que, sendo avó de dois officiaes mortos no Paraguay", havia requerido "uma pensão em remuneração dos serviços prestados por seus netos, o alferes Virgilio Francisco Torres Vasconcelos e 2º sargento

³⁰⁰APEC. *Secretaria de Polícia (1867-1868)*. CX.07. Ofício (21/02/1868). Em nome de Maria Joaquina de Jesus, encontrei dez petições direcionadas aos vários ministérios imperiaes. Em ordem cronológica, organizei: 1868(suplicou duas vezes); 1870 (suplicou duas vezes); 1872(suplicou três vezes) ; e anos de 1881, 1882 e 1884(suplicou uma vez).

³⁰¹APEC. *Ministério dos Negócios da Guerra. Presidência do Ceará. Livro nº77*. Ofício (07/01/1884)

Vespasiano Torres Vasconcelos falecidos em campanha", obtendo como resposta,

Convem que VEX^a faça a peticionaria, que deve ajuntar no mesmo requerimento, em original, os documentos seguintes: certidão de obitos de seos netos, fés de officios ou documentos authenticados dos serviços prestados, certidão desta secretaria e do Império declarando as merces que ella tem tido e justificação de honestidade.³⁰²

De acordo com o "Juiz Substituto Municipal e Órfão de Sobral, major Miguel Francilino do Monte, em 1869, logo após as mortes dos parentes", Gregorina havia procurado o vigário desta cidade para obter as certidões de seu casamento e de nascimento dos netos, e para justificar ao religioso mediante três testemunhas, sua condição de honesta. Escreveu o Juiz:

[...]De VEX^a [o Imperador] a bem de seo Direito a dignar admiti-la à justificar os intens seguintes:

1º) que Virgilio Francisco de Torres e Vasconcelos , alferes do Exercito, e Vespasiano de Torres e Vasconcelos , 2º sargento de voluntários erao seos netos

2º) que os ditos seos netos morrerão na guerra, que actualmente o Brasil e a República do Paraguai

3º) finalmente que a justificante foi casada com Gregorino Francisco de Torres e Vasconcelos com quem viveo com boa harmonia e honestamente e que durante a viuvez tem continuado a viver na mesma honestidade
Pode marcar a VEX^a que digne marca-lhe dia, hora e logar para comparecer com suas testemunhas [*de honestidade*], e que depois de julgar esta lhe seja entregue para fazer o que melhor convier[...] ³⁰³

Tudo indica que a referida avó era uma pessoa de idade e sem condição de sustento próprio, sendo somente seus netos os arrimos. Mesmo assim, teve que amargar dois longos anos, até que seu pedido fosse aceito. Vislumbram-se tanto o desamparo e o desrespeito das autoridades como a insegurança e a angústia dos parentes que não fizeram outra coisa senão incessantemente suplicar.

³⁰² APEC. *Ministério da Guerra*. Livro nº 70. (03/12/1869)

³⁰³ APEC. *Ministério dos Negócios da Guerra*. Livro nº 71. Petição (07/02/1870).

A Lei Militar de 1841, reitero, estabelecia que o laborioso, o pai de família, o arrimo, o filho único, entre outras categorias, fossem isentos do serviço das armas. O mesmo princípio proibia que mais de um membro da mesma família fosse para a *front*. O que se viu, todavia, nos teores das petições foi uma completa violação daquela legislação, pois muitos indivíduos, mesmo no gozo da isenção, foram designados para a Guerra do Paraguai.

No requerimento de D. Francisca Torres de Farias, há indicativos das infrações das leis militares vigentes que, certamente, tanto a fizeram sofrer:

Apresentando a VEX^a o presente requerimento em que D. Francisca Torres de Farias, viúva do Tenente Secretario do Batalhão de nº 14, Anastácio Antonio de Farias, pede a S. Majestade, *O Imperador um auxilio para sua subsistencia por ter perdido o seu principal arrimo, que na qualidade de Capitão do Batalhão nº32 de voluntários da Pátria, foi morto no dia 19 de maio ultimo, no acampamento do 2º corpo do exército em operações contra o Paraguay, cumpre-me informar a EVX^a que é verdade o quanto allega a suplicante, e que a julgo no caso de merecer a graça que impreta, visto como outras em iguais circunstancias a ter tido[...]*³⁰⁴

Vários foram os exemplos de famílias infelizes com a perda dos filhos em combate. Muitas pais sentiram a dor da perda do único descendente. Foi assim que, em 1871, encontrei a família de Antônio Francisco Pereira, morto em 1868, pedindo a pensão a que tinha direito:

Para resolver acerca da pretensão de Francisco Antonio Pereira e sua mulher Joana Albina Pereira, residentes nessa Província, que pedem uma pensão, em remuneração dos serviços prestados na guerra contra o Paraguay *por seu filho único Antonio Francisco Pereira, fallecido no reconhecimento de Humaytá em 16 de julho de 1868, convem que sejam apresentados os documentos exigidos pelo decreto de 31 de junho de 1841.*³⁰⁵

³⁰⁴APEC. *Ministério da Guerra. Livro nº 149. Petição (13/09/ 1866).*

³⁰⁵APEC. *Ministério dos Negócios da Guerra. Livro nº 71. Petição (13/06/1871).*

Esses descasos foram mais comuns na documentação ministerial - esta, não tinha caráter público. Petições e ofícios militares despachados pela Presidência do Ceará aos ministérios, por exemplo, só eram publicados na imprensa quando convinham as autoridades locais. Alguns periódicos cearenses aliados ao Governo central tentavam amenizar a carga negativa da Guerra sobre as famílias, publicando anúncios das concessões feitas pelo Governo às viúvas e outros parentes.

O *Jornal do Ceará*, "aliado ao partido Conservador do Governo", publicou matérias que mostravam o ressarcimento dos familiares dos combatentes mortos na guerra.

Ministério do Império.

[...]

Foram concedidos as seguintes pensões por serviços prestados na guerra actual com o Paraguay:

A D. Anna Maria dos Santos Pinto, mai do cabo de esquadra do 12º corpo de voluntários da Pátria Alexandre Antonio Pinto, morto em combate, 15\$ mensais.

A Magdalena de Oliveira Carvalho, viúva do 2º machinista da armada, Joao Izidoro de Moraes, 480\$ annuaes [...]³⁰⁶

Essa transcrição foi repetida em várias edições do *Jornal do Ceará*. Contraditoriamente, o periódico *Pedro II*, também aliado ao Governo, denunciava as violações das leis militares. Ele transcreveu do *Opinião Nacional*, jornal pernambucano, uma matéria em que apontava os males da guerra à família:

Na manhã do 1º do corrente andava pela rua do Imperador desatinadamente uma jovem mulher, fazendo exclamações de corta corações mesmo a um dos mais estóicos. Lamentava ella, por entre lagrimas e soluços que não houvesse um homem para liberar seu marido que como recruta devia embarcar na tarde d'aquelle dia. Se as lagrimas de fel da infeliz mulher não atestassem a verdade de suas palavras, bastava pára tomar extremamente verossivel o que ela dizia, essa mofina, de recrutas casados, contanto com três a nove filhos [...]³⁰⁷

Nas fontes ministeriais, os militares cearenses mortos em combates eram listadas no livro dos Negócios da Guerra, conforme está sequeentemente:

³⁰⁶ BPMP/CE. *Jornal do Ceará. Fortaleza*, 05 de março de 1868. p.2.

³⁰⁷ BPMP/CE. *Jornal Pedro II*, Fortaleza, 16 de novembro de 1867. p.1.

Tabela 3/*Listas das Praças [Cearenses] falecidas em diferentes Combates*

Cabo/ Antonio Malaquias de Souza	Cazado, tem um filho na Granja Província do Ceará
Soldado/ Francisco José Bispo	Idem lugar denominado Huruburetama
Soldado/ João de Souza	Idem
Soldado/ Francisco Rodrigues Chavez	Idem no lugar denominado Parazinho e tem dous filhos
Soldado/ Galdino Soares de Lima	Idem e tem um filho na villa da Imperatriz, entregou ao Comandante Superior
Soldado/Lourenço Barboza de Souza	Idem e tem 6 filhos na cidade de Baturité
Anspeçador/Luis de França de Souza Bezerra	Cazado, e ignora-se o nome de sua Mulher
Anspeçador/José Gonçalves de Carvalho	Idem e sua mulher reside na cidade do Icó
Furriel/ Manoel Joaquim Bezerra	Idem sua mulher reside na Capital
Soldado/ Antonio Joaquim Souza	Idem
Soldado/ Manoel Lopes das Chagas	Idem
1°sargento/ Manoel da Silva Butrago	Idem sua mulher reside na cidade de Aracaty

APEC. Livro de registros do Ministério dos Negócios da Guerra. Presidência do Ceará. Livro nº103. Ofício enviado em 13/09/1866.

Como é notório na tabela acima, os 12 militares falecidos eram casados e a metade deles tinha descendente(s). Como todos eram praças, isto é, militares sem patentes, certamente, a pensão prometida às famílias não seria suficiente para o sustento delas.

Outros registros confirmam que a maioria dos designados para a Guerra tinha sob sua responsabilidade financeira pessoas menores de idade, muitas vezes crianças. O jornal carioca *Semana Ilustrada* publicou uma charge em que também intencionava mostrar essa dependência infantil:

Fonte: Semana Ilustrada apud FERRER.



Designação da Guarda Nacional. (Casados com filhos). SCENA DOMESTICA.

GUARDA. — Com mil bombas...sou um desgraçado...um...
MULHER. — Tens razão, Juca, tens razão... Não podemos com tantos filhos...
GUARDA. — Não são os filhos, Sra. Annica, não são elles que fazem a minha desgraça, é a Sra...
MULHER. — Juca, o que dizes?... eu...
GUARDA. — Digo a verdade... Se a senhora houvesse morrido da pneumonia... eu estava viuvo com filhos... e portanto
ainda esta vez livre da designação...

³⁰⁸FERRER, Francisca Carla Santos. *O Recrutamento militar para Guerra do Paraguai*. 2004. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.p.84.

Sobre os descendentes diretos dos combatentes, os filhos, a orfandade foi o principal legado, mas não o único. O abandono de crianças, filhas de combatentes vivos no *front*, em instituições assistencialistas, como escolas religiosas ou Santas Casas, foi outra consequência.

Nos registros paroquiais das vilas e distritos da Província cearense, encontrei, principalmente crianças do sexo feminino, meninas que sofreram com a ida dos pais à guerra, tendo como destino principal as escolas religiosas que acolhiam órfãos ou abandonados³⁰⁹.

Renato Pinto Venâncio, estudando a matéria relativa às crianças abandonadas no Brasil nos séculos XVIII e XIX, mostra ao leitor o universo de pobreza que obrigava os pais, na maioria das vezes, as mães, a abandonarem seus filhos nas “Rodas”. Ao contrário do que se pensa, esses gestos “*decorriam da preocupação materna ou paterna em relação do destino da sua própria prole*”.³¹⁰

Por via desse entendimento, logrei interpretar que as atitudes de muitos parentes dos combatentes que deixaram seus filhos, netos e sobrinhos em locais que pudessem prover tanto a manutenção física como moral dessas crianças, eram, na realidade, provas de preocupação ou mesmo de amor.

No Ceará, o problema das “crianças desvalidas” foi estudado por Josinete Lopes de Souza, que afirma ter sido uma preocupação das elites urbanas, desde o início do século XIX, a criação de instituições que pudessem recolher órfãos e outros desventurados, dando-lhes destinos mais convenientes e utilitários, evitando a ociosidade que só causava a “desordem pública”³¹¹.

³⁰⁹Até os anos de 1860, o Ceará possuía quatro escolas religiosas que acolhiam órfãos e abandonadas. Eram as escolas de “Orphas Desvalidas” de Fortaleza, Missão Velha, Sobral e Crato.Cf: SOUZA, Josinete Lopes. *Da Infância desvalida à infância delinquente*: Fortaleza (1850-1928). 1999. Dissertação (mestrado em História)-Universidade Católica de São Paulo.São Paulo, 1999.

³¹⁰VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador –Séculos XVIII e XIX*.Campinas: Papirus, 1999.

³¹¹ SOUZA, Josinete Lopes.(1999).

Souza, inspirada nos estudos de Sebastião Rogério da Ponte, diz que as apreensões de menores desvalidos aumentaram em Fortaleza nos anos de 1860, pois a Capital estava em plena reforma urbana de embelezamento, o que exigia controle sobre os habitantes indesejados da urbe, a exemplo das crianças abandonadas. Assim, as imagens de beleza, civilidade e progresso, que se tentavam associar à cidade eram incompatíveis em relação a essas mazelas sociais. A solução foi confinar essas crianças, principalmente, em escolas religiosas.

Em decorrência do grande número de mortos e mutilados na Guerra, os problemas da orfandade e da desvalia se multiplicaram, sobretudo, a partir de 1867. Sob tais circunstâncias, escolas e asilos foram fundados ou reorganizados para acolherem "crianças desafortunadas do conflito".

No caso das crianças do sexo feminino, o "Colégio da Orphãs Desvalidas" de Fortaleza, que em 1856 acolhia apenas a meninos órfãos, foi reorganizado em 1865 por D. Luís, e destinado, a princípio, "para as crianças caídas na orfandade por força da devastação causada em famílias de todas as classes pela epidemia de Cólera-Morbus"³¹².

Em 1867, esta instituição passou ser um dos locais mais procurados para o internamento de "meninas órfãs por motivos da guerra do Paraguai". Neste local aprendiam algum ofício como costura e fiação, sendo "as mais humildes transformadas em pequenas trabalhadoras".³¹³

A menor Luisa, "filha do voluntário da Pátria Francisco Solano de Albuquerque Mello foi admitida ao Collegio das Órphãs Desvalidas a mando da secretaria do governo do Ceará"³¹⁴, pois sua família não tinha meios para sustentá-la. Com a "menor Casemira, acolhida em 1865, na mesma instituição por causa da ausência de

³¹¹ *Revista do Centenário. Colégio da imaculada Conceição*. Fortaleza, 1965. p.5. O antigo Colégio da Orphãs Desvalidas, que, com as reformas de 1867, passou a se chamar de Colégio Imaculada Conceição, além de abrigar meninas órfãs e oferecer instrução às meninas paupérrimas, destinava-se a oferecer educação às moças cearenses, filhas das principais famílias da cidade e de toda a Província do Ceará. Sobre o colégio das órfãs desvalidas Cf: MENESES, Antonio Bezerra de. *Descrição da cidade de Fortaleza*. Fortaleza: Edições UFC/ Prefeitura de Fortaleza, 2000.

³¹³ VENÂNCIO (1999).p. 145.

³¹⁴ APEC *Palácio Episcopal/ Bispado Cearense (1835-1869)*. Cx.01. Ofício (23/12/1865).

seo pai, um alferes do exército que lutava no Paraguay,” aconteceu o mesmo. Esses foram indícios de que o conflito colocou essas crianças em situações delicadas, uma vez que seus internamentos indicavam a extrema dificuldade a que foram sujeitas com a ida dos seus principais provedores à guerra. O fato de serem internas “a mando do governo” indicava a extrema pobreza da família, agravada com o momento beligerante.

Dois anos depois da entrada de Casemira naquela instituição, a tia da menina pedia sua tutela:

Dis D. Maria Joanna Moreira Xavier, casada, residente nesta cidade, que tendo sido entregue as meninas Casemira, e Zulmira, pelo irmão da supplicante e pai das meninas o Alferes do exercito Procópio Jose Moreira, quando marchou para o serviço da guerra actual contra a Republica do Paraguay, foi depois disso, a pedido da suplicante e por ordem dessa Presidência recolhida , a primeira ao colégio das Orphas Desvalidas desta cidade onde se acha a dous annos pouco mais ou menos, fallecendo a segunda de bixiga em março de 1866. E por que, *em consequência não só das recommendações de seu dito irmão como de reiterados pedidos da mesma sua sobrinha Casemira*, deseje a supplicante que esta seja restituída a sua companhia onde fora deixada pelo pai[...]³¹⁵

Os “reiterados pedidos de Casemira” talvez tenha a ver com a morte da irmã na instituição. _Esses pedidos conduziram-me a pensar tanto na vida de tristeza e confinamento que passaram a levar os filhos dos combatentes como na inquietação destes em relação àqueles.

Além das cruzeiras das batalhas e das doenças nos acampamentos, o combatente tinha que conviver com a preocupação em relação aos seus parentes, sobretudo, suas proles, uma vez que o Governo Imperial, por medida econômica, impediu a ida dos familiares para a guerra³¹⁶.

³¹⁵ Ibidem. *Palácio Episcopal/ Bispado Cearense. Cx.01.(31/07/1867)*

³¹⁶ APEC. *Livro do Ministério da Guerra. Livro nº 149. Ofício (13/09/1865).*

O livro de Davi Carneiro, *O Paraná na Guerra do Paraguai*, traz relatos de militares que evidenciaram as aflições sentidas por estes homens nos acampamentos. O "oficial João Manuel da Silva", por exemplo, falava em carta para seu "amigo e irmão José" sobre suas inquietações a respeito de "sua filha Luiza":

Acampamento do 3º corpo do exercito em Tuiu-cuê, 17 de março de 1868.
Meu caro amigo e irmão José:
Recebi sua carta datada de 22 de janeiro e não acusei mais a recepção, por que já lhe ter escrito dois dias antes, contando o que se passou no combate do dia 14 do corrente, no fortalecimento.
[...] O Gabriel esta melhor e os mais oficiais
[...] *mande-me dizer si Luiza já esta em sua companhia, pois ando aflito por não ter certeza de sua residência.*³¹⁷

O significado da morte dos parentes só viria confirmar um mal maior para as crianças, pois muitas delas já eram órfãs de mães, sendo que outros familiares não poderiam arcar com suas despesas. Assim, a distância do pai era garantia de uma vida infeliz. Entregá-las em instituições foi, talvez, a melhor alternativa encontrada pelos parentes sem recursos.

A insegurança, o medo e o sofrimento até aqui narrados mostraram os impactos diretos da guerra do Paraguai no espaço familiar. Ao invadir a casa, esse conflito impôs sobre os parentes dos combatentes uma vida de angústias, drama este que se confirmou nos últimos anos do Império. Conforme Schulz, em 1880:

[...] muitas viúvas e órfãos não recebiam pensões. Para os oficiais vivos, isto significava que, se algo lhes sucedesse, suas famílias morreriam de fome. Os jornais militares advogavam o estabelecimento de montepios, para proteger parcialmente suas famílias, ao mesmo tempo em que, naturalmente, insistiam com o governo para que honrasse suas obrigações em relação aos mortos e inválidos. Não raro até mesmo os vivos ficavam sem pagamento[...]³¹⁸

³¹⁷ CARANEIRO, Davi. *O Paraná na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1980. P.21.

³¹⁸SCHULZ (1974).p.253.

No pós-guerra do Paraguai, o problema do abandono transparecia cada vez mais nas petições. Muitos pais e tutores viviam a requerer os direitos prometidos aos "parentes dos combatentes mortos ou mutilados", procurando legitimidade no decreto dos Voluntários da Pátria. Tal foi o caso do tutor "José Pompeu de Albuquerque" que suplicava, em 1872, "[...]uma pensão para suas duas pupilas creanças em remuneração dos serviços prestados pelo Major de commissao Antonio Lourenço da Silva Castro, pai daquellas menores, morto em consequência de moléstias adquiridas no Paraguay". A resposta obtida foi que ele, José Pompeu, remetesse "a Secretaria de Estado documentos, que provassem os serviços prestados pelo referido official, certidão de Batismo das ditas menores e competente titulo de tutor, que subscreveu a petição".³¹⁹

Comprovei, por intermédio da investigação de requerimentos datados no pós-guerra do Paraguai, que os sofrimentos dos familiares dos combatentes mortos nesse conflito não cessaram com o fim das hostilidades. Os parentes do sexo feminino, viúvas, mães e órfãs, eram os que mais suplicavam, mas foram os negligenciados pelos Governo, que não os ressarcia como mandavam as leis e os decretos militares.

Pior constatação: em 1939, o presidente Getúlio Vargas baixou um decreto, que "prometia ressarcir as viúvas dos militares mortos na Guerra do Paraguai". Ou seja, 75 anos após esse conflito o drama dos parentes dos combatentes mortos ainda era uma realidade.

³¹⁹ APEC. *Ministério da Guerra. Presidência da Província (1871- 1872). Livro nº 71. Ofício (16/01/1872).*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema guerra é estudado na historiografia nacional como resultante de uma multiplicidade de racionalidades, por envolver diversos setores da sociedade com interesses diferentes e antagônicos, que repercutem nas relações sociais e políticas. A Guerra do Paraguai, por ser um tema clássico no Brasil, seja na versão tradicional político-militar, seja nas abordagens mais recentes, não fugiu a este princípio.

Com amparo nas contribuições historiográficas mais recentes, principalmente aquelas cujas dimensões filiam-se aos pressupostos da História Social, escrevi uma história dos impactos da Guerra do Paraguai no Ceará. Para tanto, examinei fontes de diferentes naturezas: Jornais, documentos oficiais (Relatórios de Presidente de Província, Ministérios, Guarda Nacional, Secretaria de Polícia) e Literatura. Dessa maneira, foi possível narrar outras tramas e perceber como a mobilização para aquele conflito interferiu, tanto nas estruturas de poder, como na economia e na vida cotidiana do povo cearense.

A imprensa bipartidária um dos setores que mais envidaram esforços, inicialmente, para mobilizar e, posteriormente, para a desmobilização de contingentes para o conflito.

Em 1865, os jornais cearenses divulgaram decretos e leis militares, alistamentos patrióticos, ações diversas de patriotismos. A retórica jornalística também se encarregou de barbarizar Solano López- esse discurso permeou todo o estabelecimento da Guerra do Paraguai.

Ao escrever nos jornais sobre o ultraje de Solano López, a elite letrada cearense procedia à autopromoção, sob o argumento de salvar a Pátria, o que renderam títulos e promoções para alguns de seus membros. Materialmente, componentes da elite econômica também engajaram-se no esforço de guerra como provedores de recursos, garantindo por algum tempo as despesas com a remessa de praças para o *front* e para a manutenção das famílias combatentes.

Foram essas elites que também envidaram esforços na divulgação dos decretos e leis, a exemplo do Decretos do Voluntários da Pátria, de 1865. Intelectuais, poetas e autoridades locais ultrapassaram os limites das letras e começaram a propagar, em locais públicos, os benefícios socifinaceiros oferecidos por esse Decreto.

As vantagens prometidas aos voluntários da Pátria atraíram os interesses de setores marginalizados cearenses, como escravos e criminosos, que viram uma possibilidade positiva no alistamento voluntário. O decreto 3.371 possuía alguns artigos que apontavam a possibilidade de reinserção social e de conquista da cidadania.

O ano de 1866 foi o marco dos descontentamentos: nefasta guerra. As notícias não eram animadoras: mutilações e mortes no *front*, "pavorosos" recrutamentos locais que, igualmente, causavam mortes na Província.

Chamou-me especial atenção os descasos do Governo em relação aos parentes do sexo feminino. Viúvas, mães, "mães-viúvas" recorreram também às leis que as amparassem. Destaca-se a lei de 1841, que ressarcia com "pensão ou meio soldo as viúvas dos combatentes que morreram em guerra". Elas agiram dentro da lei. Agir dentro da legalidade, no entanto, não adiantou muito para essas mulheres, pois os inúmeros requerimentos enviados por elas aos ministérios do Governo enfrentavam uma burocracia pesada, com os quais tiveram que travar outras batalhas.

Certamente, no pós-Guerra do Paraguai, o Governo Imperial não deu conta de cumprir, por descaso e/ou incapacidade política-administrativa, os compromissos e obrigações gerados pelo estado de guerra. Esses descumprimentos, decerto, contribuíram para as crises políticas que enfrentou na décadas de 70 e 80 do século XIX.

❖ BIBLIOGRAFIA TEÓRICA.

- ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 2001.
- BAZCO, Bronislaw. Imaginação social. *Enciclopédia Einaudi- Antropos- homo*. Ed, Portuguesa, Imprensa Nacional, casa da Moeda, 1986. V.5.
- BOUTIER, Jean; e JULIA, DOMINIQUE (Orgs.). *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ FGV, 1998.
- BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campos, 1997.
- DARNTON, Robert. *Os Dentes falsos de George: um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- DARNTON, Robert. *Boemia literária e Revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. (Tradução Luis Carlos Borges). São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- DE CERTEAU, Michel. *A Invenção do cotidiano*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente (1300-1800): uma cidade sitiada*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro. Graal, 1979.
- FARGE, Arlete. *Lugares para a História*. (Tradução –Telma Costa). Lisboa: Editora Teorema, 1999.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- GINZBURG, Carlo. *A Micro História e outros ensaios*. (Tradução Antonio Norino). Lisboa: Difel, 1989.
- GINZBURG, Carlo. *Olhos de Madeira* (Tradução Paulo Brandão). São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- HOBBSBAWN, Eric. *Sobre História*. (Tradução Cid k. Moreira). São Paulo: Cia das Letras, 1998.

- NEGRO, Luigi e SILVA, Sérgio (Orgs.). *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001.
- NOBERT, Elias. *Mozart: Sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- SHALINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- SCOTT, James. Forma de resistências camponesas. In: *Revista Raízes*. Campina Grande, UFCG, V.21. N°.01, 1999.
- THOMPSON, E.P. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- THOMPSON, E.P. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia Das Letras, 1998.
- THOMPSON, E.P. *Formação da classe Operária Inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Volume I.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. (tradução Alda Baltazar e Maria auxiliadora Kneipp- 4ª edição). Brasília: editora da UNB, 1998.
- WILLAMS, Raymund. *O Campo e a Cidade: na história e na Literatura*. (Tradução de Paulo Henrique Britto). São Paulo: Cia das letras, 1989.
- WILLAMS, Raymund. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

❖ BIBLIOGRAFIA (Específica).

- ABREU, Capistrano. *Capítulos de História Colonial*. São Paulo, EDUSP, 1998.
- ALCANTARA, José Denizard Macedo de. O Ceará na campanha de Mato Grosso. Fortaleza. *Revista do Instituto Histórico do Ceará*. T. 86, 1972.
- ARAGÃO, Manoel Ximenes. As Phases de minha vida: genealogia. *Revista do Instituto Histórico do Ceará*, Typografia Minerva, 1913.
- ARANTES, Antonio Augusto; BIANCO-FELDMAN, Bella; BRANDAO, Carlos Rodrigues. Et. All. *Colcha de Retalhos*. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- ARARIPE, J.C Alencar. A Glória de um pioneiro. Fortaleza: BNB, 1997 (revista ampliada- 1ª edição).
- BARBOSA, Ivone Cordeiro. *Sertão um lugar incomum: o sertão do Ceará na Literatura do século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumar; Fortaleza: Secult, 2000.

- BARREIRO, José Carlos. *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência*. São Paulo: UNESP, 2002.
- BARROSO, Gustavo. *A Margem da História do Ceará*. Fortaleza: Programa Editorial, 2000.
- BARROSO, Gustavo. *A Guerra do López 1864-1870*. Fortaleza, Secult, 2000.
- BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Cia da editora Nacional, 1938.
- BEATTIE, Peter M. Ser homem pobre, livre e honrado: a sodomia e os praças nas forças armadas brasileiras (1860-1930). In: *Nova História Militar Brasileira*. CASTRO, Celso, IZECKSONH, Vitor e KRAAY, Hendrick (Orgs.). Rio de Janeiro: FGV. 2002.
- BEZERRA NETO, Eduardo. O Primeiro Voluntário da Pátria: notas e transcrições. *Revista do Instituto Histórico do Ceará*. Fortaleza: 1967. T.81.
- BEZERRA NETO, José Maia. Nos Bastidores da Guerra: Fugas escravas e Fugitivos da Guerra do Paraguai (Grão-Pará: 1864/1870). *Revista História e Perspectivas*, Uberlândia, 1999. N°20/21.
- BONALUME NETO, Ricardo. Novas Lições da guerra do Paraguai, *Folha de São Paulo*. São Paulo, 9 de novembro de 1997. (Folha Mais).
- BONALUME NETO, Ricardo. Nação Dizimada. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 5 de março de 2000. (Ciências).
- BORGES, Jafé. *Amor e Guerra no Paraguai*. Recife: edições Bagaço, 2001.
- CAMINHA, Adolfo. *Bom Crioulo*. São Paulo: Ática, 1993.
- CARVALHO, Humberto Feliciano de. *A Guerra do Paraguai: a praça da redenção e os brasileiros desalmados em Uruguaiana*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2002.
- CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: grande caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CARVALHO, José Murilo. *A Formação das Almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

- CARVALHO, José Murilo. *Pontos e bordados*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende. *O Quinto século*. Rio de Janeiro: Renan UIPERJ/UCAN, 1998.
- CASTRO, Jeanne Berrance de. *A Milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831- 1850*. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1980.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1991.
- CHIAVENATO, Júlio José. *Guerra contra o Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- CHIAVENATO, Júlio José. *Os voluntários da Pátria e outros mitos*. São Paulo: Global, 1983.
- COELHO, Edmundo Campos. *O Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.
- COSTA, Emília Viotti da. *A Abolição*. São Paulo: editora Global, 2001. COSTA, Iraci Del Nero. *Arraia-Miúda*. São Paulo: MGSP Editores, 1992.
- COSTA, Wilma Perez. *A Espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e crise do Império*. São Paulo: HUCITEC, Unicamp, 1996.
- CUNHA, Marcos Antônio. *A Chama da nacionalidade: ecos da Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Cotidiano e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *André Rebouças: diário da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Inst. Brasileiros, 1973.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: uma nova história da guerra do Paraguai*. Cia das Letras, 2002.
- DOURADO, Maria Teresa Garritano. *Mulheres comuns, senhoras respeitáveis: a presença feminina na Guerra do Paraguai*. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2005.

- ESPIG, Márcia Janete. O Uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do contestado. *Revista de Estudo Ibero-Americano*, PUCRS. N° V Ano XXIV, 1998.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. Correspondência familiar e rede de sociabilidade. In: CASTRO, Ângela Gomes de. (Org.) *A escrita de si, a escrita da História*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.
- FERRER, Francisca Carla Santos. *O Recrutamento militar para Guerra do Paraguai*. 2009. (Dissertação de Mestrado)- Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.
- FIGUEIRA, Divalte Garcia. *Soldados Negociantes na Guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2001.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1976.
- FUNES, Eurípedes Antônio. Negros no Ceará. IN: SOUZA, Simone (Org.) *In:Nova História do Ceará*. Fortaleza, UFC Demócrito Rocha, 2000.
- GEREMEK, Bronislaw. *Os Filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na Literatura Européia (1400-1700)*. (Tradução Henryk Siewierski). São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. Fortaleza: Editora do Instituto Histórico do Ceará, 1962. (2º edição).
- GORENDER, Jacob. *Escravidão colonial*. São Paulo: Ática, 1992.
- GRAHAM. Richard. *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- GRAHAM. Richard. O Brasil de meados do século XIX à Guerra do Paraguai. In: *História da América Latina*. BETHELL, Leslie (Org.) São Paulo: EDUSP, 2001.
- GRANZIERA, Rui Guilherme. *Guerra do Paraguai e o Capitalismo no Brasil*. São Paulo: Editora da Unicamp/ Hucitec, 1979.
- GUIMARÃES, Acyr Vaz. *A Guerra do Paraguai suas causas 1823-1864*. Campo Grande: UCDB, 2001. Volume II.

- GURGEL, Augusto. Discurso no enterro do General Sampaio. Fortaleza. *Revista do Instituto Histórico do Ceará*. Fortaleza, 1929. T. 48/49.
- IZECKSON, VITOR. *O Cerne da discórdia: Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1997.
- KRAYY, Hendrick. Repensando o Recrutamento no Brasil. *Revista Diálogos*. Universidade Estadual de Maringá V.3. N.3 (anual), 1994.
- KRAYY, Hendrick. O Cotidiano dos soldados na guarnição da Bahia (1850-1889). *In: Nova História Militar Brasileira*. Castro, Celso; Izecksohn, Vitor e KRAYY, Hendrik.(Org.). Rio de Janeiro: FGV, 2004
- KEEGAN, John. *Uma História da guerra*.(Tradução-Pedro Maia Soares). São Paulo: Cia das Letras, 2006. Coleção de Bolso.
- KIDER, Daniel. *Notícias Históricas e Geográficas do Império e das diversas Províncias*. São Paulo: Itatiaia, 1989.
- LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto* (4º edição). São Paulo: editora Alfa-Omega, 1978.
- LEITE, Ana Cristina. *O Algodão no Ceará: estrutura fundiária e Capital comercial (1850-1880)*. Fortaleza: Secult, 1994.
- LIMA, Pedro Airton Mesquita. *A Sombra das ingazeiras: o café na Serra de Baturité (1850-1900)*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado/UFRJ, 1999.
- MACHADO DE ASSIS, *Jaiá Garcia*. Porto Alegre: LP&M, 2000. Primeira edição em 1879.
- MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria*. São Paulo: UNESP/Moderna, 1997.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *A Arte da guerra*. (Tradução Ciro Mioranza).São Paulo: Editora Escala, 2005. (Coleção Grandes obras do pensamento universal -8).
- MARTINS, José Leite. Homenageando o Exército Brasileiro. *Revista do Instituto Histórico do Ceará*. Fortaleza, 1980. T.144.

MATTOS, Kelma. Jovita Feitosa. Fortaleza: edições Demócrito Rocha, 2001.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império 1871-1889*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1985.

MENDES, Fabio Farias. A Economia Moral do Recrutamento militar no Império Brasileiro. *Revista de Ciências Sociais*. São Paulo/USP, 1998.Nº38. V.4. P.81/96.

MENEZES, Antônio Bezerra. Como me tornei voluntário da Pátria. *Revista do Instituto Histórico do Ceará*. T. 80, 1966.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. *Nordeste Insurgente (1850-1890)*. São Paulo, 1987.

MOREIRA, Paulo Roberto Staud. Sobre Fronteira e Liberdade: representações e práticas dos escravos gaúchos na Guerra do Paraguai (1864-1870). *Revista Anos 90*. Porto Alegre, 1998. Nº9.

MOTT, Luis. A Inquisição no Ceará. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Fortaleza, 1985/1986. V.16-17. N.1/2.

MOURA, Denise Aparecida Soares. *Saindo das sombras*. Campinas: Centro de Memória/ UNICAMP, 1998.

MUNIZ, Durval. *A Invenção do Nordeste*. Recife: Cortez, 1999.

NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secult,200.

NOVAIS, Fernando. ALENCASTRO, Luis Felipe de. *História da vida Privada no Brasil*. São Paulo: Cia Das Letras, 1997. V.2.

PEIXOTO, Renato Amado. O Tempo do espaço e os espaços do tempo: a construção histórica do território Brasileiro no século XIX. *Revista Lócus*. Juiz de Fora, 2004. V.10. Nº1.

PERARO, Maria Adenir. *Bastardos do Império*. São Paulo: Contexto, 2001. PERROT, Michelle. *História da vida privada: da Revolução Francesa a Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Cia Das Letras, 1991. V.4.

PINHEIRO, Francisco José. *A Organização do Mercado de trabalho no Ceará*. 1999. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1999.

PINHEIRO, Francisco José. O Homem Livre/Pobre e a organizações das relações de trabalho no Ceará (1850/1880). *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, 1989/1990. N°1/2. V. 20/21.

POMER, Leon. *A Guerra do Paraguai: a grande tragédia Rioplatense*. São Paulo: Global, 1980.

PORTO, Maria Silvia Alegre. Fome de Braços/ A Questão Nacional: notas sobre o trabalho livre no Nordeste no Século XIX. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, 1985/1986. N°1/2. V.16/17.

RENAULT, Delso. *Rio de Janeiro: a vida da cidade refletida nos jornais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

RAMOS, Xisley Araújo. *Por trás de uma fuga nem sempre há um crime: o recrutamento a laço e os limites da ordem no Ceará (1850-1875)*. 2003. 214f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania no Exército brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

SALLES, Ricardo. *Memórias de Guerra: Guerra do Paraguai e a Narrativa Nacional*. In: *Historia Unesp*. São Paulo. V.16. P.131/155.

SAMARA, Eni de Mesquita. Chefiar Famílias e trabalhar: Trajetória de vida das mulheres brasileiras no século XIX. *Revista Caderno Espaço Feminino*. Uberlândia, 1997. N°4/5. V.4.

SAMARA, Eni de Mesquita. Famílias e cidades: espaços de sobrevivências e de sociabilidade no século XIX. *Revista Questões e Debates*. N°14. V. 26/27.

SCHWARZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador: D.Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo Cia das Letras, 1998.

SILVA, Eduardo. *Dom Obá II D' África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem de cor*. São Paulo: Cia das Letras, 1997. P.42.

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. *História da Escravidão no Ceará*. Fortaleza: Instituto Histórico do Ceará, 2002.

SLENES, Robert. *Na Senzala uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOUZA, Álvaro Pereira. Do Cativo ao mar: escravos na Marinha de Guerra. *Revista de estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro. N°38, 2000. P.1/26.

- SOUZA, Jorge Prata. *Escravidão ou Morte*. Rio de Janeiro: MUAD, 1996.
- SOUZA, Josinete Lopes de. *Da Infância desvalida a infância delinqüente: Fortaleza (1850-1928)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado/ PUC/SP, 1999.
- SQUINELO, Ana Paula. *A Guerra do Paraguai, essa desconhecida: ensino, memória e história de um conflito secular*. Campo Grande: UCDB, 2002.
- TEIXEIRA, Paulo Eduardo. *O Outro Lado da família brasileira: mulheres chefes de família*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2004.
- TORAL, André Amaral de. *Imagens em desordem: a iconografia da Guerra do Paraguai (1864-1870)*. São Paulo :Humanitas, 2001.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador-Séculos XVIII e XIX*. Campinas: Papirus, 1999.

❖ FONTES CONSULTADAS

FONTES IMPRESSAS

- JORNAIS DE FORTALEZA: *A Constituição, Aurora Cearense, Jornal do Ceará, O Cearense, O Echo do Norte, O Tagarela e Pedro II*. (Periódicos Microfilmados- Biblioteca Pública Meneses Pimentel-BPMP).
- OUTROS JORNAIS: *O Araripe (CRATO/CE- BPMP), O Cabrião (SÃO PAULO- possui o exemplar). E Jornal Correio Mercantil (RIO DE JANEIRO-disponível no APEC-Anexo)*.

MEMÓRIAS:

- CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1980.
- GALENO, Juvenal. *Lendas e canções populares*. Fortaleza: Casa Juvenal Galeno, 1978.
- MADUREIRA, Antônio de Sena. *Guerra do Paraguai*. Brasília: Editora da UNB, 1982.
- TAUNAY, Alfred D'Escrognolle. *A Retirada da Laguna: episódios da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

OUTRAS FONTES IMPRESSAS:
ARQUIVO PÚBLICO DO CEARÁ(APEC).
BIBLIOTECA PÚBLICA GOV. MENESES PIMENTEL (BPMP)

CÓDIGO criminal do Império do Brazil ANNOTADO por Drº João Baptista Pereira.

Rio de Janeiro: Typografia Americana, 1869.

REVISTAS do Instituto Histórico do Ceará.

RELATÓRIOS de Presidentes de Províncias. Província do Ceará(1864-1880).

BARROSO, José Liberato. Compilação das Leis Provinciais do Ceará. Rio de Janeiro:Typ. Laemmert, (1847-1855/Tomo II), (1856-1861/Tomolll).

FONTES MANUSCRITAS
ARQUIVO PÚBLICO DO CEARÁ-APEC.

EXECUTIVO PROVINCIAL:

CARTAS de Emancipação de Africanos livres existentes na Província. Livro nº 292. (1865).

PRESIDENTES da Província, Artigos Bélicos e Comandantes de Fortaleza, Ofícios 1865-1870. Livro nº315.

PRESIDENTES da Província, a diferentes autoridades militares desta Província, Ofícios 1862-1874. Livro nº230.

PRESIDENTES da Província, a diferentes autoridades militares fora desta Província, Ofícios 1863-1869. Livro nº231.

SECRETARIA do Governo da Província do Ceará, a Diversas autoridades, Ofícios 1862-1869. Livro nº191.

SECRETARIA do Governo da Província do Ceará, Assembléia Provincial do Ceará, Ofícios 163. Livro nº163.

GOVERNO da Província do Ceará, ao Ministério da Marinha, Ofícios 1866-1876.
Livro nº143.

GOVERNO da Província do Ceará, ao Ministério da Agricultura, Ofícios 1861-
1872. Livro nº144.

GOVERNO da Província do Ceará, ao Ministério da Guerra, Ofícios 1862-1870.
Livro nº149.

GOVERNO da Província do Ceará, ao Ministério da Justiça, Ofícios 1865-1871.
Livro nº135.

GOVERNO da Província do Ceará, ao Ministério do Império, Ofícios 1865-1876.
Livro nº141.

GOVERNO da Província do Ceará, as Câmaras Municipais desta Província,
Ofícios 1862-1869. Livro nº84.

GOVERNO da Província do Ceará, Livro de Avisos dos Diversos Ministérios,
Avisos (1866-1869). Livro nº16.

GOVERNO da Província do Ceará, Correspondências a diversas autoridades e
particulares. Ofícios (1862-1876). Livro nº160.

PALÁCIO Episcopal do Ceará, Vigários das Freguesias do Ceará a Presidência
cearense, Ofícios (1835-1869). Cx nº01.

GUARDA NACIONAL

ARACATY, ofícios recebidos e expedidos (1866-1889).Cx. 04.

BATURITÉ, Ofícios recebidos e expedidos (1854-1893) Cx. 07.

CANINDÉ, Ofícios recebidos e expedidos (1855-1897). Cx. 9.

CRATO, Ofícios recebidos e expedidos (1853-1893). Cx. 12.

FORTALEZA, Ofícios recebidos e expedidos (1864-1870). Cx. 14.

GRANJA, Ofícios recebidos e expedidos (1864-1892). Cx. 17,18.

ICÓ, Ofícios recebidos e expedidos (1854-1891). Cx. 19.

SÃO FRANCISCO, Ofícios recebidos e expedidos (1853-1889). Cx. 30.

SÃO JOÃO DO PRÍNCIPE, Ofícios recebidos e expedidos (1855-1889). Cx.31.

SOBRAL, Ofícios recebidos e expedidos (1850-1870). Cx. 32.

MINISTÉRIOS:

MINISTÉRIOS dos Negócios da Agricultura, Comercio e Obras Públicas a Presidência do Ceará, Avisos (1865-1869). Livro nº27.

MINISTÉRIOS dos Negócios da Fazenda a Presidência da Província, Avisos (1865-1870). Livro nº 9.

MINISTÉRIOS dos Negócios da Guerra a Presidência da Província, Avisos (1865-1870). Livros nº 70, 71,77,102 e 103.

MINISTÉRIOS dos Negócios da Justiça a Presidência da Província, Avisos (1866-1870). Livros nº 8 e 44.

SECRETARIA DE POLÍCIA:

SECRETARIA de Polícia do Ceará a presidência da Província, Ofícios (1865-1871) Livros nº201, 202, 203, 204 e 205.

SECRETARIA de Polícia do Ceará a presidência da Província, Ofícios (1865).
CX.05

SECRETARIA de Polícia do Ceará a presidência da Província, Ofícios (1867-1868). Cx.06

SECRETARIA de Polícia do Ceará a presidência da Província, Ofícios (1866-1868). Cx.07

SECRETARIA de Polícia do Ceará a presidência da Província, Ofícios (1869).
Cx.08

SECRETARIA de Polícia do Ceará a presidência da Província a diversas autoridades desta Província, Ofícios (1866-1870). Livros nº328,329 e 330.

SECRETARIA de Polícia do Ceará a presidência da Província a diversas autoridades fora desta Província, Ofícios (1862-1878). Livro nº332.

ARROLAMENTOS dos culpados.Quixeramobim (1868). Livro nº 390.

ARROLAMENTOS dos culpados.Telha (Iguatu)- (1861-1916). Livro nº10.

ARROLAMENTOS dos culpados.Imperatriz(Itapipoca)-(1869). Livro nº14.

MAPAS das Prisões de criminosos, Relações de criminosos (1866). Livro nº15.